



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 112

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 17 de setembro de 2015

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 14 minutos.

A Reunião teve início com a Agenda, tendo sido debatidos os seguintes pontos:

- Continuação da discussão do [Projeto de Resolução n.º 126/X – “Qualidade nutricional das refeições escolares”](#), apresentada pela Representação Parlamentar do BE.

Intervieram no debate as Deputadas Ana Espínola (*CDS-PP*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Zuraida Soares (*BE*), os Deputados Joaquim Machado (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Submetido à votação, o diploma em apreço foi aprovado.

Finalizando este ponto, proferiu uma declaração de voto o Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

- [Anteproposta de Lei n.º 16/X – “Programa especial de apoio social para a ilha Terceira”](#), apresentada pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a leitura do diploma pelo Deputado Aníbal Pires, participaram no debate os Deputados Berto Messias (*PS*), Luís Rendeiro (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), a Deputada Zuraida Soares (*PCP*), bem como a Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*) e o Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Submetida à votação, a anteposta de lei foi aprovada por unanimidade.

- [Relatório e Parecer sobre o pedido de autorização para que o Deputado Lizuarte Manuel Machado possa prestar depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito ao Transporte Marítimo de Passageiros e Infraestruturas Portuárias.](#)

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 63/X – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A, de 8 de agosto, que estabelece o Regime de Cooperação Técnica e Financeira entre a Administração Regional e a Administração Local”.](#)

Justificada a urgência pelo Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), a mesma foi votada, tendo sido aprovada por unanimidade.

- [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 63/X – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A, de 8 de agosto, que estabelece o Regime de Cooperação Técnica e Financeira entre a Administração Regional e a Administração Local”.](#)

Apresentada a proposta de DLR pelo Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), intervieram no debate os Deputados Cláudio Lopes (*PSD*), José Contente (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), bem como a Deputada Zuraida Soares (*BE*).

O documento referenciado, após votação, foi aprovado por unanimidade.

- [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 131/X – “Recomenda ao Governo Regional a aplicação das recomendações do "parecer fundamentado" da Comissão Europeia que "insta](#)

Portugal a pôr fim ao tratamento discriminatório dos professores que trabalham com contratos a termo nas escolas públicas", de acordo com a Diretiva 1999/70/CE, do Conselho, de 28 de junho de 1999, dando seguimento às considerações do Provedor de Justiça, de 8 de junho de 2012, sobre a mesma matéria", apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Justificada a urgência pela Deputada Zuraida Soares (*BE*), procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

- Projeto de Resolução n.º 131/X – “Recomenda ao Governo Regional a aplicação das recomendações do "parecer fundamentado" da Comissão Europeia que "insta Portugal a pôr fim ao tratamento discriminatório dos professores que trabalham com contratos a termo nas escolas públicas", de acordo com a Diretiva 1999/70/CE, do Conselho, de 28 de junho de 1999, dando seguimento às considerações do Provedor de Justiça, de 8 de junho de 2012, sobre a mesma matéria", apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

A leitura do diploma esteve a cargo da Deputada Zuraida Soares, tendo, seguidamente, participado no debate as Deputadas Catarina Moniz Furtado (*PS*), Graça Silveira (*CDS-PP*), os Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Joaquim Machado (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*) e o Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 132/X – “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pronuncia-se, por sua iniciativa, frontalmente contra a criação da figura de Presidente dos Açores e de governos de ilha, no âmbito de uma futura revisão da Constituição da República Portuguesa", apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM.

Justificada a urgência pelo Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), participaram no debate o Deputado Francisco Coelho (*PS*), a Deputada Zuraída Soares (*BE*) e os Deputados Humberto Melo (*PSD*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Submetida à votação, a urgência foi rejeitada.

Ainda neste ponto, proferiu uma declaração de voto o Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

- [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 133/X – “Plano de Investimentos Participativo”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O pedido de urgência foi apresentado pelo Deputado António Marinho, tendo, seguidamente intervindo no debate os Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Berto Messias (*PS*), a Deputada Zuraída Soares (*BE*) e os Deputados Artur Lima (*CDS-PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado.

Proferiram declarações de voto os Deputados António Marinho (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), a Deputada Zuraída Soares (*BE*) e os Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Berto Messias (*PS*).

Por fim, foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de setembro de 2015**.

Eram 20 horas e 24 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Iasalde Fraga Nunes

José António Vieira da Silva Contente

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz da Costa

Nuno Miguel Aguiar de Meneses

Paula Alexandra Pires Silveira Bettencourt

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares Marinho

António Lima Cardoso Ventura

António Oldemiro das Neves Pedroso

Bruno Filipe de Freitas Belo

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Humberto Trindade Borges de Melo

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Joaquim Ferreira Machado

José Maria de Medeiros Andrade

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria Judite Gomes Parreira

Paulo Henrique Parece Baptista

Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro

Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto Espínola

Artur Manuel Leal de Lima

Maria da Graça Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputadas/os, significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Ficámos ontem no debate do ponto 7 da nossa Agenda.

Está inscrito o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Prescindo.

Presidente: Pergunto se há mais alguma inscrição.

Sra. Deputada Ana Espínola, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois do debate de ontem à tarde, eu chego à conclusão que a qualidade das refeições escolares é má. Pode não ser em todas as escolas, pode ser só em algumas, pode ser em apenas uma, mas a preocupação seria exatamente a mesma e a má qualidade deve-se, sobretudo, no meu entender, a dois fatores. Das duas uma, ou nos contratos com as empresas concessionadas não estão vertidos os critérios de qualidade que constam do manual de orientações para o fornecimento das refeições escolares, ou, estando vertidos, não estão a ser cumpridos nem estão a ser fiscalizados, e nenhuma destas situações fica bem para o Governo Regional nem ele fica bem nesta fotografia.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José Contente, peço desculpa, tenho que verificar se o PS tem tempo.

Deputado José Contente (PS): É para uma interpelação.

Presidente: É uma interpelação à Mesa? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A minha interpelação é no sentido de procurar clarificar junto da Mesa o entendimento daquilo que é ou não a credibilidade de um estudo, porque toda esta discussão veio disso. E o entendimento do Partido Socialista é diferente e, portanto, a credibilidade de um estudo...

Deputada Judite Parreira (PSD): Isso não é uma interpelação!

O Orador: ... não é, como foi dito aqui, a possibilidade de fazer generalizações abusivas com base num estudo de um caso e é por isso que foi discutido aqui, quanto a nós, erradamente, a questão da credibilidade do estudo nutricional.

E, portanto, a interpelação à Mesa é no sentido de perguntar se o que foi entendido como credibilidade do estudo é a questão da validade e da fiabilidade, ou seja, o rigor dos resultados ou a capacidade de outros investigadores poderem replicar esses mesmos resultados. E, portanto, isso não se verifica neste estudo que foi invocado aqui.

Presidente: Sr. Deputado, está a ...

O Orador: E, portanto, a partir de agora, qualquer conclusão que foi retirada deste debate é enredada com base no estudo da Dra. Sara.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É o quê? Enrabada?

Deputada Zuraida Soares (BE): Enrabada?!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Essa saiu-lhe mal!

Presidente: Sr. Deputado!

Deputado José Contente (PS): É errada!

Presidente: Sr. Deputado, está registada a sua interpelação.

Estamos a começar os nossos trabalhos, naturalmente que a sua pergunta tem a legitimidade que tem, faz uma interpelação à Mesa, fez uma pergunta, mas

naturalmente não compete à Mesa aferir da credibilidade nem da fiabilidade de nenhum estudo.

As Sras. e os Srs. Deputados desta Casa são livres de intervirem, de comentarem aquilo que entenderem, dentro do âmbito daquilo que está a ser discutido, sendo certo também, logicamente, que há acusações muitas vezes, diretas, entre bancadas que, a devido tempo, a Mesa tem alertado que podem ser muitas vezes motivo para causarem distúrbios e não permitirem o bom funcionamento dos trabalhos.

Logicamente que a sua pergunta, eu não lhe vou responder. O estudo não foi entregue à Mesa e, portanto, a Mesa não tem sequer competência para avaliar o mesmo.

A Sra. Deputada Graça Silveira pediu a palavra para?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Para uma intervenção.

Presidente: Para uma intervenção. Então, tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não preciso de usar outra figura regimental porque ainda tenho tempo para intervir e penso que o debate está a entrar por caminhos que não dignificam esta Casa.

Por muito que nos agrade ou deixe de agradar os resultados de estudos científicos, eu acho que não cabe a este Parlamento vir aqui colocar em causa a validade de estudos científicos. É um estudo, é uma tese de mestrado, são resultados. O Governo tem toda a legitimidade...

Deputado André Bradford (PS): Não foi isso que foi dito! O estudo só é válido quando é avaliado e ele ainda não foi!

A Oradora: ... para considerar que aquilo não pode ser utilizado como um mecanismo de avaliação da qualidade das ementas nas escolas, porque para

usarmos instrumentos de avaliação, obviamente que eles têm de ser validados. Agora, daí a se colocar em causa a validade de resultados científicos...

Deputado André Bradford (PS): Não foi isso que foi dito!

A Oradora: ... feitos por instituições que todos nós, quando nos interessa, passamos e tempo a elogiar e quando, pela discussão política, os resultados não nos interessam e vêm aqui colocar em causa a validade de um estudo científico, mas o que é isto? Aonde é que nós chegamos?

As pessoas têm que fazer um discurso com elevação, os resultados valem o que valem, cada um utiliza os instrumentos que quer para o debate político, agora, não se pode vir aqui colocar em causa as instituições, porque se o estudo foi um estudo que foi publicado, a aluna em causa tem uma nota, está a colocar em causa a instituição,...

Deputado José Contente (PS): Isso é abusivo!

A Oradora: ... todas as pessoas que fizeram a avaliação científica do estudo. Portanto, acho que não há necessidade nenhuma de entrarmos por aí e muito menos em perguntar à Presidente da Mesa qual é a validade que aquele estudo tem.

Muito obrigada.

Deputado José Contente (PS): Não foi nada disso que eu disse!

Deputado André Bradford (PS): A senhora não percebeu nada do que foi dito!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não tendo mais tempo para intervir no debate, a minha interpelação tem dois pontos.

A primeira é que eu, ontem, fiz uma pergunta direta ao Sr. Secretário Regional da Educação...

Deputado André Bradford (PS): Isso não é uma interpelação!

A Oradora: ... e gostaria de a ver respondida, mas também não posso deixar de comentar a interpelação que foi feita, lendo aquilo que a própria autora posta em causa, com a credibilidade ou não credibilidade do estudo, escreve no seu parecer, e são três frases, Sra. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada, mas tem que ser em relação à Mesa!

A Oradora: “O facto de um instrumento...

Sra. Presidente, se houve uma interpelação...

Presidente: O Sr. Deputado José Contente, apesar de tudo, fez uma pergunta à Mesa.

A Oradora: Eu vou fazer uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é uma interpelação!

A Oradora: Pergunto-lhe se a autora deste estudo, que foi citada pelo Sr. Deputado José Contente, não terá ela própria também razão quando escreve, no seu parecer, o seguinte: “O facto de um instrumento não ser validado não lhe retira o rigor e a qualidade, até porque [e isto é muito importante] os restantes instrumentos de recolha de dados aplicados na Região Autónoma dos Açores no âmbito da saúde escolar também não se encontram validados, o que de modo algum lhes retira a pertinência e a fiabilidade dos dados recolhidos”.

Pergunto à Mesa, Sra. Presidente, se esta afirmação também não colhe da Mesa da Assembleia Legislativa um parecer positivo.

Presidente: E eu volto a responder nos mesmos termos: não cabe à Mesa nem a esta Assembleia fazer este tipo de avaliação, mas, como estamos em início de trabalhos, eu faço um apelo a todas as Sras. e Srs. Deputados para que possamos continuar os nossos trabalhos dentro da normalidade e pedia também a todos vós a escrupulosa utilização das figuras regimentais, para que também

seja possível à Mesa, dentro da latitude (e também deixo aqui o registo que esta expressão é da Mesa e já, entretanto, tem vindo a ser utilizada por muitos), apesar desta latitude e de alguma flexibilidade que tenho concedido, é lógico que não pode ser aproveitada para se eternizar o debate.

De momento a Mesa não tem mais inscrições.

Pergunto se há alguém que se queira inscrever.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, quando esta sessão foi, ontem, interrompida, por volta das 20 horas, a Sra. Deputada Zuraida Soares havia feito uma pergunta concreta, que ficou obviamente sem resposta em virtude do desfecho da reunião dos líderes dos grupos parlamentares.

Tentarei responder agora, mas farei um pouco mais. Julgo que ao longo do debate houve mais duas ou três questões que não ficaram, se calhar, devidamente esclarecidas, e oxalá o pudessem ficar, levantadas por diversos deputados e, por isso, não deixando de responder à sua pergunta, vou aludir a algo mais, inclusivamente a algo mais que a Sra. Deputada também comentou e disse nesta Assembleia.

Eu começaria por dizer que gostaria que não pairasse no seu espírito a ideia de que a minha prioridade não é a escola pública; a minha prioridade é a escola pública.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não vai, de maneira nenhuma!

O Orador: Agora, uma coisa é certa, na escola pública e fora da escola pública, quer queiramos quer não, o mundo não volta para trás, o mundo corre sempre para diante e isto vem a propósito de um assunto que foi tratado logo no início do debate e que se prende com o facto das refeições escolares serem

confeccionadas nas próprias escolas por pessoal das próprias escolas ou serem contratadas a empresas externas.

Aconteça o que acontecer, o curso normal das coisas será no sentido, e a história recente comprova-o, das refeições escolares serem cada vez menos preparadas internamente e serem cada vez mais preparadas por empresas da especialidade. E essas empresas da especialidade não podem ser vistas como nossas inimigas, não são. E também, se a minha prioridade é a escola pública, reconheço simultaneamente que nos dias de hoje a iniciativa privada desempenha um papel fundamental na dinamização da economia. Claro que isto coloca mais responsabilidades em cima de quem? Em cima de nós, porque a obrigação que nós temos é de fiscalizar (gosto mais deste termo, não vou usar o termo vigiar) o cumprimento dos contratos por parte dessas empresas privadas. Essa fiscalização tem que ser feita em par: tem que ser feita pelo Governo e tem que ser feita pelas próprias escolas, porque as próprias escolas, os Conselhos Executivos das escolas são, neste caso concreto, de certa forma, um braço armado do Governo no local.

Passei por todas as unidades orgânicas do sistema educativo regional, a todos os Conselhos Executivos aconselhei a que diariamente pelo menos um membro do Conselho Executivo almoçasse na cantina, porque a presença é útil, a ausência pode eventualmente conduzir a eventuais desleixos.

Vamos agora à pergunta essencial, à pergunta do preço das refeições, o que é que a Secretaria paga por cada refeição escolar.

Eu vou ser muito sincero para consigo. Eu vou recordar um episódio da minha vida. Quando eu cheguei à universidade como aluno, e durante a minha licenciatura, eu ganhei admiração por alguns Professores, mais por uns, menos por outros, mas ganhei admiração por alguns Professores e houve um pelo qual ganhei admiração pela seguinte razão: fiz-lhe uma pergunta e ele disse-me “Não sei”. Nunca me tinha acontecido, nunca tive professor nenhum nos liceus que

não me respondesse às perguntas e eu estava convencido de que os professores sabiam responder às perguntas todas. Ele disse que não sabia, no dia a seguir respondeu-me à pergunta e fez pedagogia, disse: “Avelino, isto na universidade é assim, a ciência, portanto, é uma coisa que é certa e incerta”, etc., etc., etc. Aqui passa-se exatamente a mesma coisa: eu não sei dizer, em rigor, quanto é que a região paga por uma refeição escolar. Agora, também reconheço uma coisa, reconheço-lhe uma virtude, reconheço o facto de ter sido razoável para comigo. Disse-me que se eu não soubesse um número em absoluto que dissesse mais ou menos o que é que era. É isso que eu vou tentar dizer.

Por aquilo que tenho apurado, e se calhar podia depois, com mais tempo, dar-lhe um número definitivo, nós pagamos às empresas...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário. O seu tempo...

O Orador: ... que nos fornecem refeições menos de 2 euros. Cuidado! Nestes 2 euros não se inclui a água, a luz, o desgaste de equipamentos, que fica da nossa parte. A média, talvez 1,80 euros, 1,90 euros, varia muito no arquipélago. Em São Miguel é mais barato. A Lagoa paga 1,52 euros, a Roberto Ivens 1,55 euros. Na Terceira ainda não é muito caro porque também há oferta. A EBI de Angra 1,53 euros, a Tomás de Borba 1,72 euros. Nas ilhas mais periféricas é efetivamente mais caro. Na Graciosa 2,30 euros, na Calheta 2,36 euros e nas Flores 2,57 euros. Este dinheiro não dá para confeccionar refeições do Tavares Rico, agora, digo-lhe uma coisa. Passei por todas as unidades orgânicas do Sistema Educativo Regional, almocei em cerca de metade delas e também vou ser sincero consigo, eu almocei como costume almoçar na minha casa e acho que de forma semelhante àquilo que nós almoçamos nas nossas casas. Das duas uma, ou fui felizado ou então não sei o que é que aconteceu, mas não...

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine.

O Orador: ... comi em salas separadas nem me foram preparadas ementas especiais.

Não tenho mais tempo?

Presidente: Não tem, Sr. Secretário.

O Orador: É pena.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Deputado André Bradford (PS): Estava à espera que o Sr. Secretário acabasse o seu tempo!

O Orador: Começo por fazer uma declaração de interesses.

Não conheço, nem no plano pessoal nem no plano académico, a Dra. Sara Ferreira, autora do estudo que foi citado no decurso deste debate, e só ontem tomei conhecimento da sua situação profissional enquanto funcionária pública, não sei com que tipo de vínculo, e creio, sinceramente, que isso não terá condicionado a posição...

Deputado André Bradford (PS): Isso não tem relevância! Se não condicionou, por que é que o senhor diz isso aqui?

O Orador: ... que a Dra. Sara Ferreira assumiu no parecer enviado à Comissão de Assuntos Sociais, embora se trate de uma posição estranha porque o seu estudo havia sido objeto de notícia, com uma amplitude de divulgação muito maior, e nunca tal circunstância mereceu qualquer reparo.

Deputado Berto Messias (PS): Não venha com esse tipo de insinuações! Registo lamentável!

O Orador: Dito isso e acrescentando o que também já disse a minha companheira de bancada, Deputada Judite Parreira, eu acho que neste tema que estamos a debater não podemos ser maniqueístas: nem tudo está mal, mas necessariamente temos que reconhecer que também nem tudo está bem.

Mas entre o que está bem, o Sr. Secretário Regional de Educação e Cultura, ontem, teve oportunidade de referir a evolução dos resultados relativos à prevalência de excesso de peso e de obesidade entre a população infantil dos Açores e é verdade que essa evolução positiva registada entre 2010 e 2013 é algo com o qual nos devemos congratular, mas não descansar nesta empreitada que a todos nos deve envolver no sentido de pugnarmos por uma qualidade de saúde e de vida das nossas crianças, dos futuros cidadãos dos Açores por uma qualidade de vida e de saúde ainda maiores.

Mas, Sr. Secretário Regional, permita-me que lhe diga, com a franqueza que politicamente me é habitual e que na nossa relação pessoal também...

Deputado André Bradford (PS): E académica!

O Orador: ... sempre existiu (e académica, naturalmente, e é nessa pessoal que também estou a referir) ...

Deputado André Bradford (PS): Não esperávamos outra coisa!

O Orador: ... que me dececionou quando fez essa abordagem, uma abordagem que é um pouco recorrente e até habitual na bancada do Partido Socialista, mas exatamente no apreço e no reconhecimento da sua craveira e carreira intelectual e académica, não esperava que se fixasse apenas numa parte da informação do estudo, porque o mesmo estudo da IOTF também diz que, em 2010, 5,1% das crianças dos Açores apresentava baixo peso, mas que, em 2013, as crianças açorianas mal nutridas já eram 13%.

E, portanto, se houve aqui uma evolução (e houve) positiva ao nível da obesidade e do excesso de peso, temos de registar que é nos Açores que está a segunda maior taxa do país com crianças mal nutridas, seja isso através do estudo da IOTF, seja através da aplicação dos critérios da Organização Mundial de Saúde.

E, portanto, Sr. Secretário, este dado,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mal nutridas inclui as obesas!

O Orador: ... que é a evolução negativa preocupante da prevalência de crianças mal nutridas nos Açores, julgo que nos deve preocupar, por ventura, ainda mais do que o excesso de peso e obesidade, porque, se ao fenómeno da obesidade do excesso de peso podem estar também associados problemas sociais, a má nutrição garantidamente não será por uma grande folga social que existe na nossa região.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Má nutrição inclui obesidade. Subnutridos é que são abaixo do peso!

O Orador: Julgamos que, de facto, o problema da qualidade da alimentação nos estabelecimentos de ensino tem muito a ver com os contratos, com a elaboração dos cadernos de encargo, com a fiscalização e com o não acionamento dos mecanismos previstos para o incumprimento. Além necessariamente do transporte, há refeições escolares que são transportadas nos Açores em condições que seriam absolutamente impedidas pela Inspeção Regional de Atividades Económicas se se tratasse do transporte de alimentos para uma atividade privada.

O Sr. Secretário Regional provavelmente conhecerá o anúncio publicado na II Série do Diário da República, o anúncio n.º 4156 de 2015, no dia 8 de julho. Conhece este anúncio, Sr. Secretário?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Devia conhecer!

O Orador: Eu vou dizer-lhe qual é. É o anúncio da adjudicação do fornecimento de refeições escolares à Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe.

O Sr. Secretário Regional acabou de nos dizer que o problema da qualidade das refeições está designadamente na circunstância da região pagar um baixo preço aos fornecedores e, portanto, isso inviabilizar que tenhamos refeições do Tavares Rico ou até do Tavares Pobre.

Sr. Secretário, sabe qual é o critério usado, há pouco mais de dois meses, para o fornecimento das refeições à Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe? É: “Critério de adjudicação: mais baixo preço”...

Deputado André Bradford (PS): Quem é que publicou isso?

O Orador: ... e além disso ainda está dispensada a apresentação a prestação de caução, o que significa que se houver incumprimento o adjudicatário não tem qualquer penalização.

E finalmente quanto ao Plano Regional de Saúde Escolar e Infantojuvenil, Sr. Secretário, o Plano Regional de Saúde Escolar e Infantojuvenil foi criado em fevereiro de 2010.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Dai forças ao PSD para o aturar!

O Orador: Sabe, Sr. Secretário, quantos relatórios foram produzidos?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): 2012, 2012-2013, 2013-2014, 2014-2015!

O Orador: Um! Do ano letivo de 2010-2011. Portanto, estão em falta os relatórios dos anos letivos 2011-2012, 2012-2013, 2013-2014 e 2014-2015 e isso também diz bem da consideração, da prioridade, da importância que o Governo Regional confere a estas matérias.

É tempo de acabarmos com este estado de negação que, insistentemente, o Governo Regional tem. Culpa sempre os terceiros, desresponsabiliza-se, já faz tudo o que a oposição propõe ou vai fazer e esse estado de negação permanente, no caso da educação, impede que verdadeiramente tenhamos um desenvolvimento integral dos nossos alunos.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sra. Secretária Regional, pede a palavra para?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Uma interpelação.

Presidente: Uma interpelação. Tem a palavra.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, considerando que, se percebi bem, no início do debate, o Sr. Deputado Joaquim Machado estava inscrito mas prescindiu, depois falou o Sr. Secretário Regional e depois falou o Sr. Deputado Joaquim Machado. Tendo interpelado diretamente o Sr. Secretário Regional nesta sua intervenção, eu perguntava-lhe de quanto tempo dispõe o Governo para que o Sr. Secretário Regional possa responder ao Sr. Deputado.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): Ora bem! Já tinha sido anunciado que não tinha tempo!

Presidente: Sra. Secretária Regional, a bancada do Governo não dispõe de mais tempo para responder, uma vez que foi esgotada nesta última intervenção do Sr. Secretário.

O Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra para?

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Uma interpelação.

Presidente: Uma interpelação. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, a minha interpelação é no sentido de V. Ex.^a informar, não só a bancada do PSD, mas julgo que a Câmara toda, se há alguma disposição regimental...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Nosso Senhor dê força aos seus companheiros! Oh!

O Orador: ... que determine a gestão do tempo...

Deputado Berto Messias (PS): Há alguma norma regimental que diga quando se deve intervir!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Fica-lhe mal!

(Burburinho geral)

O Orador: ... que a cada bancada...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Joaquim Machado possa terminar a sua interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(Pausa)

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor...

Sras. e Srs. Deputados, vamos ver se conseguimos chegar ao fim seta interpelação.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

O Orador: Sra. Presidente, era saber de V. Ex.^a se o nosso Regimento integra alguma disposição que determina regras para a gestão do tempo que é consignado a cada bancada, porque ainda ontem a Sra. Secretária Regional da Presidência fez uma intervenção...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exatamente!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Fiz essa pergunta!

O Orador: ... exatamente fundamentando a circunstância do Governo Regional não responder e não intervir, passado uma hora e meia sobre o início do debate, porque nada dispõe o nosso Regimento, e portanto eu pergunto a V. Ex.^a se o Regimento sofreu alguma alteração de ontem para hoje,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Foi durante a noite!

O Orador: ... além de que, Sra. Presidente, julgo que a circunstância de eu ter prescindido da inscrição que havia feito ontem não impedia o Governo Regional de ter tempo para responder. Aliás, o Sr. Secretário Regional respondeu aturadamente à Sra. Deputada Zuraida Soares, à velocidade de discurso que lhe...

Presidente: Sr. Deputado, está registada a sua interpelação.

O Orador: E portanto, podia muito bem, por economia de tempo, ter falado mais rapidamente. E portanto,...

Presidente: Sr. Deputado, penso que já...

O Orador: ... essa gestão não cabe ao PSD.

Presidente: Sr. Deputado, já fez a sua...

O Orador: Agora, esta não é a primeira vez,...

Presidente: O senhor não pode fazer...

O Orador: ... e vou terminar a interpelação,...

Presidente: Tem que terminar, porque não pode fazer esse tipo de consideração.

O Orador: ... com a pergunta, saber, Sra. Presidente, esta não é a primeira vez que o Governo Regional fica sem tempo, mas nós também ficamos com a convicção que até a gerir o tempo este Governo Regional não vai muito longe.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado, a resposta é que não há, de facto, nenhuma norma regimental.

Vamos continuar com o nosso debate.

Sr. Deputado Aníbal Pires está inscrito. Dou-lhe a palavra.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E tem tempo!

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sabendo e tendo consciência que a bancada do Governo e do Partido Socialista já não podem, enfim, porque não têm tempo, responder a alguma questão, eu não irei propriamente colocar nenhuma questão, mas apenas constatar alguns factos que julgo que ficaram perfeitamente claros, ou ficarão perfeitamente claros, relativamente àquilo que foi a alteração do paradigma do fornecimento de refeições escolares nas escolas da região.

E, de facto, houve uma alteração profunda nesse paradigma. Antes e quando as escolas serviam as refeições havia uma comparticipação da Ação Social Escolar que tinha um valor superior ao valor que os alunos sem nenhum escalão, portanto, que não tinham nenhum escalão da Ação Social Escolar, pagavam pela refeição, isto é, a comparticipação da Ação Social Escolar era superior a esse valor, o que quer dizer que beneficiavam também os alunos sem escalão de um apoio acrescido em termos da Ação Social Escolar quando utilizavam os refeitórios escolares e quando faziam o seu almoço nos refeitórios escolares, o que me parecia bem e o que permitia às escolas fazer uma gestão quer dos apoios, quer da receita, de forma a, durante o mês, construir, até porque as contas eram apresentadas mensalmente, um conjunto de ementas ao longo do mês de forma equilibrada e de modo a que se aproveitasse todo o apoio disponibilizado pela Ação Social Escolar.

(Pausa)

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, faça favor de continuar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não estou a falar consigo!

O Orador: Não! É só para dar margem ao Deputado Artur Lima...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está sensível do ouvido esquerdo?

O Orador: ... porque o Deputado Artur Lima tem...

Presidente: Oh, Srs. Deputados, não vamos começar.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: ... alguma dificuldade em conviver com esta pluralidade do Parlamento regional e, portanto, eu, como não tenho nenhum tipo de dificuldade, se o Sr. Deputado quiser interromper-me para expressar a sua opinião sobre aquilo que está a ser discutido, faça favor. Eu gosto de lhe dar espaço, Sr. Deputado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, os apartes são regimentais...

O Orador: Claro!

Presidente: ... e portanto o senhor não se devia desviar...

O Orador: Claro! Mas por serem regimentais é que eu...

Presidente: ... do objeto da sua intervenção, porque o seu tempo vai terminar.

O Orador: ... até para que seja permitida a audição por toda a gente dos apartes do Deputado Artur Lima...

Presidente: Ficam registados em Diário das Sessões.

O Orador: Ficam? Pronto! Então, estou mais descansado.

Mas, como eu estava a dizer, esta alteração a que é que levou? E foi dito aqui, eu posso não dizer o valor exato, mas aproximado direi, que os alunos que não beneficiam da Ação Social Escolar e que não têm nenhum escalão, não estão integrados em nenhum escalão, pagam pela refeição um valor um pedaço acima dos 2 euros, salvo erro, Sr. Secretário, ...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*): 2 e 14!

O Orador: ... 2 e 14. Ora bem...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

O que é que se passa entretanto? É que o valor por que é contratualizada a generalidade do fornecimento das refeições às escolas anda à volta de 2 euros (foi isso que o Sr. Secretário disse), o que quer dizer que esses alunos deixaram de beneficiar do apoio da Ação Social Escolar e não só isso, mas também contribuem, isto é, a escola ou quem fornece as refeições acaba por ganhar com o fornecimento da refeição.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: A alteração foi esta e é evidente, Sr. Secretário Regional, há, de facto, aqui uma profunda alteração do paradigma que foi introduzida pelo Partido Socialista, digo, pelo PS relativamente ao fornecimento de refeições escolares. E, de facto, Sr. Secretário, não me parece, até por estas questões, que este, isto para não falar na questão da destruição de emprego público que foi feita com a introdução do novo paradigma do fornecimento das refeições escolares e, portanto, há com certeza alguma coisa que necessitava de ser reformulada e isto tem a ver efetivamente também com a qualidade das refeições que são servidas nas nossas escolas e que V. Ex.^{as}, como foi claramente visto, não querem admitir.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Muito obrigado. Agradeço a sua tolerância.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A verdade é que no âmbito da discussão desta matéria a informação é absolutamente essencial.

Nós temos, neste momento, a perceção, temos o testemunho de muita gente que pertence à comunidade educativa que fala na falta de qualidade da alimentação que é fornecida pelas escolas e que refere também que muito daquele que é o referencial para uma alimentação saudável não está, de forma nenhuma, a ser seguido nas nossas escolas.

A questão é que se isto é uma perceção e que se existem testemunhos neste sentido, nós não temos, em boa verdade, um documento para aferir se estes factos são factos generalizados e, mais do que isso, porque um Parlamento não pode viver de acusações infundadas, do “diz que se disse”, mais do que isso, nós precisávamos, neste preciso momento, de uma informação que nos desse a absoluta certeza de que as coisas não estão a ser feitas de acordo com os parâmetros que estão definidos, até pela própria Direção Regional da Educação. E a verdade é que este debate informado sobre esta questão foi inviabilizado por parte do Governo Regional. O Governo Regional não fez chegar em devido tempo a informação que tinha a obrigação de fazer aqui chegar. Ou seja, nós teríamos que apreciar cada contrato, quais são os parâmetros que as escolas estão a escrever em cada um dos contratos que estão a realizar no âmbito do fornecimento da alimentação escolar. Precisávamos de verificar se estes parâmetros estavam acautelados e assim poderíamos ter aqui um debate que era realizado e que teria como parâmetros factos, factos, factos.

Ora bem, este Governo Regional, eu já aqui o disse, ontem, não se deixa fiscalizar em aspetos que são absolutamente fundamentais. O Sr. Secretário Regional da Educação não forneceu esses elementos, que tinha a obrigação legal e ética de fornecer. A verdade é esta! Disse que isso é uma competência das escolas. Não é uma competência das escolas. Eu, se lhe pedir informações sobre a atividade desportiva, não posso dirigir-me a cada um dos clubes, do

ponto de vista daqueles que são os apoios que são concedidos por parte do Governo Regional e assim sucessivamente. Ou seja, há aqui uma má perceção de como é que o sistema funciona, mas fundamentalmente esta má perceção, esta má prática prejudica o fornecimento de informação absolutamente fundamental para que aqui se tenha um debate fundamentado.

O Governo Regional prejudicou esta discussão. Prejudicando esta questão e não apresentando os factos e os dados que lhe foram solicitados em devido tempo, eu tenho, então, que fazer uma abordagem na base daquilo que se diz e daquilo que... O testemunho que eu tenho recebido por parte de muitos encarregados de educação e de muitos alunos é que, de facto, neste momento, o desempenho do Governo Regional, do ponto de vista da supervisão em relação ao que está a ser feito em cada uma das escolas, deixa muito a desejar e isto não pode ser (não pode ser!). Revela, por um lado, incompetência, porque não se realiza o processo de supervisão no sentido de garantir que a alimentação escolar segue os parâmetros adequados do ponto de vista alimentar, ponto número 1, e, ponto número 2, mostra uma descoordenação total das tarefas no âmbito do desempenho governativo, que também é um ponto grave.

Termino dizendo o seguinte. Eu considero que esta informação é fundamental. Há pouco, tive também a notícia que o Sr. Secretário afinal até já tinha alguns dados, alguns dos dados que lhe foram solicitados só ele é que os tinha e forneceu-os aqui,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é grave! Mentir a um deputado!

O Orador: ... no Plenário, quando os deputados e as representações parlamentares e os grupos parlamentares os tinham solicitado, ele, em devido tempo, o Governo Regional não nos fez chegar essa informação, também é uma situação grave,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é que é grave! A Sra. Secretária Regional devia-se ofender! Faça um protesto!

O Orador: ... que prejudica um debate fundamentado.

E portanto, nesse sentido, eu penso que nós, de facto, nesta matéria, o Governo Regional teve um mau desempenho e emprestou muito pouco para a clarificação do assunto em questão.

Eu só posso desconfiar que, de facto, algo se passa em relação ao processo de contratualização. Eu só posso desconfiar que algo se passa, porque começo a ficar desconfiado que os senhores não querem fazer chegar a este Parlamento os contratos. É que os contratos dizem tudo,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Pois dizem! Preço mais baixo!

O Orador: ... mas o que eu lhe posso garantir é que estes contratos vão chegar a este Parlamento e vão ser devidamente analisados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem mais inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação do projeto de resolução.

(Pausa)

Agradeço às Sras. e Srs. Deputados que se sentem para que seja possível procedermos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi rejeitado com 27 votos contra do PS; 15 a favor do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Para justificar a abstenção por parte da Representação Parlamentar.

Esta abstenção não significa que eu não concordo com a apreciação de que, neste momento, o desempenho do Governo Regional nesta matéria deixa muito a desejar, levanta enormes dúvidas, mas eu penso que a questão não foi colocada devidamente, ou seja, eu acho que existe um referencial, a percepção que nós temos é que esse referencial não está a ser tido em conta no âmbito da contratualização que está a ser realizada pelas escolas.

Portanto, a questão é outra, não é a elaboração do referencial, que esse existe, a questão é saber até que ponto esse referencial está a ser executado escola a escola, caso a caso. Essa é que é a verdadeira questão. E essa questão, novamente repito, essa discussão, essa análise não foi possível porque o Governo Regional não forneceu a informação em devido tempo. Mas a questão fundamental, na minha perspetiva, é esta: não está no referencial que existe, mas está na execução. É preciso analisar essa situação. Não foi possível por falta de informação, porque o Governo não forneceu essa informação em devido tempo, e, portanto, fica a percepção que, de facto, o Governo tem qualquer coisa a esconder nesta matéria e que os testemunhos que existem de encarregados de educação e de alunos em relação à falta de qualidade e de equilíbrio na alimentação escolar que é fornecida têm muita sustentação.

Deputado André Bradford (PS): O senhor absteve-se, mas não gosta do Governo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos avançar com os nossos trabalhos. Entramos agora no ponto 8 da nossa Agenda: Anteproposta de Lei n.º 16/X – “Programa especial de apoio social para a ilha Terceira”. Esta anteproposta é apresentada...

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que se impõe um esclarecimento depois da declaração de voto do Sr. Deputado Paulo Estêvão, porque os documentos que ele alude que o Governo não fez chegar atempadamente nunca foram solicitados em sede de Comissão para análise do documento acabado de votar. E, portanto, era uma diligência que podia ter sido solicitada e não foi. Ele solicitou-os aqui, já em debate Plenário, podia ter solicitado para análise em Comissão.

Era só esse esclarecimento.

Obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem! Bem lembrado!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta questão e esta intervenção são absolutamente gratuitas, porque todos,...

Deputado André Bradford (PS): Ah! E a sua não é?!

O Orador: ... e a Sra. Presidente sabe que do ponto de vista dos procedimentos regimentais e do ponto de vista dos procedimentos estatutários eu fiz, eu coloquei esta questão, penso eu, em junho (em junho!).

Se eu tenho, se eu solicitei, no âmbito de um instrumento regimental, de um instrumento estatutário, se eu solicito esta informação, eu estou à espera que o

Governo a forneça dentro do prazo legal, que são 60 dias. E, portanto, não há aqui, a senhora não me pode acusar de não ter pedido! Então, temos o requerimento que o prova...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não o acusei. Disse que em sede de Comissão não o pediu!

O Orador: ... e temos a resposta do Governo Regional que prova exatamente o contrário, ou seja, que essa informação, tendo sido solicitada, não foi respondida e não foi disponibilizada por parte do Governo Regional. O que é que quer que eu faça, Sra. Deputada? Eu mais não posso fazer! Este debate está a ser realizado no mês de setembro e eu pedi esta informação em junho, Sr. Deputada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É o problema dos requerimentos!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Em sede de Comissão não foi solicitado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então avançar.

Estava neste preciso momento a dar a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires para apresentar esta anteposta de lei.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Parlamento tem tido a oportunidade de discutir várias vezes a situação da Base das Lajes, a sua importância, passada e presente, os desenvolvimentos negativos na vertente diplomática, que têm os efeitos que infelizmente são bem conhecidos.

Embora pensemos, e certamente não é esse o debate que interessa aqui fazer hoje mais uma vez, não podemos deixar de recordar as profundas e graves responsabilidades políticas dos sucessivos governos da República, e dos partidos que exerceram o poder e optaram sempre por uma postura subserviente

e de cedência sistemática à vontade do parceiro norte-americano, em especial nas matérias que diziam respeito aos trabalhadores da Base.

Apenas para lembrar mais um dos episódios tristes desta história: Quem não se recorda do que foi a revisão do Acordo Laboral, em que as autoridades portuguesas cederam, mais uma vez, acabando oficialmente com o Inquérito Salarial, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E o Sr. Deputado André Bradford, não?

O Orador: ... depois de permitirem que este não fosse aplicado durante anos, roubando milhões de Euros aos trabalhadores, à ilha Terceira, à Região?

A justificação na altura: Era preciso ceder ou os Estados Unidos da América encerrariam a Base e ficaríamos sem os postos de trabalho e respetivos salários, afinal a única compensação que os Açores recebiam por ter esta instalação militar no seu território. De muito nos serviu mais esta cedência... De cedência em cedência até à cedência final!

E aqui estamos hoje, em que o ritmo dos despedimentos na Base das Lajes se acelerou, porque já vinha acontecendo há muito tempo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eles querem sair! Querem sair mais!

O Orador: Dias atrás, no simbólico dia 11 de setembro, saíram mais 40 trabalhadores, um número que se deverá repetir a cada 15 dias mais ou menos.

Mas para além dos próprios trabalhadores despedidos da Base das Lajes e da difícil situação em que a incúria – para não dizer uma palavra mais forte – das autoridades portuguesas e o oportunismo norte-americano os lançaram, existe a ilha Terceira.

Uma ilha que condicionou muito do seu desenvolvimento à existência desta Base e destes postos de trabalho, beneficiando com isso, sim, em muitos aspetos, mas sofrendo também o prejuízo de ter uma economia que se tornou dependente, sofrendo o prejuízo de não explorar outras vias de desenvolvimento, quiçá mais fiáveis que as flutuações de humor da máquina

militar americana, porque havia a Base, porque existiam os militares americanos, existiam os trabalhadores e os seus salários, existia trabalho e existiam encomendas para as empresas locais.

Tudo isto terminou hoje, ou está em vias de terminar, com efeitos económico-sociais que vão muito para lá das redes da Base das Lajes e que atingem o coração da ilha Terceira e a que é preciso dar respostas urgentes.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É disso mesmo que trata a nossa proposta: de encontrar respostas e de minorar aflições, de transmitir esperança e de dar um sinal positivo à economia terceirense. Não é uma proposta para os trabalhadores da Base das Lajes, embora os inclua. É uma proposta para todos os trabalhadores e para todas as famílias terceirenses.

Não discordamos da maior parte das medidas anunciadas ou já tomadas, para apoiar as empresas da ilha. No entanto, pensamos que é fundamental apoiar também as pessoas.

Apoiar as pessoas não só para minorar as suas dificuldades, mas também porque são as pessoas que compram produtos às empresas e sem poder de compra, com uma população depauperada, poucas ou nenhuma empresas conseguirão sobreviver, tornando inúteis esses apoios públicos e agravando o ciclo vicioso do desemprego.

Trata-se aqui, de um apoio especial, localizado, limitado no tempo, porque estamos perante uma situação excecional. Essa excecionalidade, aliás, foi reconhecida também pelo Governo Regional, que nessa circunstância fundamentou a necessidade do Plano de Recuperação Económica da Ilha Terceira.

Por outro lado, esta proposta que aqui fazemos também não é a primeira vez que é implementada em território nacional, uma vez que foi, face à

excepcionalidade da situação, já aplicada em devida altura aquando da crise dos têxteis no Vale do Ave, mas também na Península de Setúbal, aquando do desmantelamento da indústria daquela Região.

Trata-se, portanto, de majorar em duração e valor alguns apoios sociais, que poderão trazer algum alívio às famílias terceirenses, algum poder de compra à economia local, alguma esperança neste momento difícil.

Por último, sabemos que esta proposta já não será discutida na Assembleia da República nesta Legislatura, que agora termina. Mas cremos que é essencial que este Parlamento transmita desde já este sinal positivo às gentes da Terceira, manifestando a sua vontade política e o seu empenhamento em que estas medidas se concretizem. Muito negativo seria, muito mau sinal daríamos aos terceirenses se assim não fosse.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo inscrições ...

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Secretários:

Entende o PCP trazer aqui uma Anteproposta de Lei que visa, digamos, discriminar positivamente os apoios sociais, algumas prestações sociais, para os terceirenses consubstanciada com aquilo que todos sabem e que já aqui foi amplamente discutido que é a situação do *downsizing* da Base das Lajes, do contingente americano da Base das Lajes e conseqüentemente também da força laboral portuguesa naquela base que tem naturalmente, e também como já aqui foi discutido amplamente, um impacto social e económico significativo mais

especificamente na Praia da Vitória e na ilha Terceira, mas também podemos dizê-lo na Região Autónoma dos Açores.

Este é mais um contributo no âmbito do conjunto de trabalho que tem sido desenvolvido nesta questão e a estratégia que tem sido desenvolvida pelo Governo dos Açores, com o contributo de variadíssimas entidades da ilha Terceira e também com o contributo de vários partidos políticos nos Açores para que seja possível aplicar um plano na ilha Terceira, um plano de mitigação do impacto social e económico que referi em muitas famílias e em muitas empresas da ilha Terceira, tendo em conta esta medida dos norte americanos e por isso o Partido Socialista apoiará esta proposta.

É uma Anteproposta de Lei que como se sabe a tramitação depois da sua aprovação aqui é que siga para a Assembleia da República e que lá seja discutida já numa nova legislatura, porque a proposta não cai na Assembleia da República com o fim da legislatura da Assembleia da República. Tudo o que é proposto por Parlamentos Regionais mantêm-se até ao fim da legislatura nesses Parlamentos Regionais e, portanto, esta proposta ficará pendente, digamos assim, na Assembleia da República até à tomada de posse da nova Assembleia da República.

Também subscrevo aquilo que disse o Sr. Deputado Aníbal Pires da necessidade de mais um sinal político dos Açores, no caso do Parlamento dos Açores, de união em torno destas questões, em torno destes contributos de discriminação positiva para a ilha Terceira, não esquecendo também, é justo dizê-lo, que essa discriminação positiva também deve ser direcionada para as famílias assoladas pelas situações de desemprego e para as empresas que, enfim, vêm uma significativa redução no serviço e no trabalho que prestam àquela base e conseqüentemente aos postos de trabalho que têm e aos postos de trabalho que conseguem manter e até que têm conseguido criar nos últimos anos devido aos serviços prestados à Base das Lajes.

Portanto, é mais um contributo em todo este puzzle que temos desenvolvido nos últimos tempos da necessidade de uma estratégia de mitigação dos impactos negativos na Base das Lajes, numa primeira instância mais direcionada para os trabalhadores daquela Base, também no âmbito das empresas que trabalham para aquela Base e, portanto, desse ponto de vista nós apoiamos este contributo do PCP sobre esta matéria, que é uma matéria que nos parece muito importante para o futuro da ilha Terceira e dos Açores, que vai continuar a ser central no médio prazo, que carece e exige de todos nós uma atenção muito especial no futuro.

É preciso dizê-lo também que tem aqui uma grande influência nacional, do Governo da República, independentemente de quem estiver a governar o país depois das eleições do próximo dia 4 de outubro. Será uma matéria que tem que estar no centro da agenda política do próximo governo de Portugal, porque esta matéria não pode ser resolvida apenas pelo Governo dos Açores que tem feito um esforço sem precedentes ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Enorme! Na criação de postos de trabalho, na revitalização da economia, no acordo laboral ... Sim, sim! Uma coisa sem precedentes!

O Orador: ... nesta matéria.

Aliás, até com um simbolismo político que me parece muito relevante que é o facto do Presidente do Governo ter chamado a si todas as responsabilidades de defesa dos interesses dos trabalhadores da Base das Lajes (aliás, devo dizê-lo, com os riscos políticos que isso também acarreta), mas o Presidente do Governo não teve o mínimo problema, nem teve uma abordagem tática a estas questões. Não, não!

Imediatamente iniciou um conjunto de diligências e um conjunto de trabalhos na defesa daqueles trabalhadores e na defesa daquela questão e é por isso importante, que independentemente das divergências que tenhamos sobre esta

matéria, independentemente até das divergências ideológicas que existem sobre a presença militar norte americana na Base das Lajes, é fundamental que todos possamos remar para o mesmo lado nesta questão e que todos possamos trabalhar para que seja garantido que a questão da Base das Lajes, da defesa dos trabalhadores da Base das Lajes e da mitigação dos impactos económicos e sociais da redução norte americana na Base das Lajes esteja no centro da agenda política do próximo governo de Portugal sem descurar naturalmente as responsabilidades que o governo norte-americano tem nesta matéria e que para nós não podem ser minimamente descuradas, porque os norte-americanos têm também grandes responsabilidades naquela situação e têm também grandes responsabilidades em apoiar este plano de mitigação dos impactos económicos e sociais na Praia da Vitória, na ilha Terceira e nos Açores.

Por isso, nesta primeira intervenção, referir mais uma vez que o Partido Socialista apoiará e votará favoravelmente esta Anteproposta de Lei apresentada pelo PCP.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Agradeço que se inscrevam, caso contrário vamos passar à votação.

Não há mais inscrições, vamos então passar à votação.

Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Fica desde já aqui dito à câmara que isto vai acabar. Portanto, ou se inscrevem, ou eu passo de imediato à votação.

Deputado André Bradford (PS): Tinha sido uma boa oportunidade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Passe já à votação!

Presidente: Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os considerandos do diploma do PCP são absolutamente incontornáveis e o PSD concorda com eles.

O impacto social e económico do que está a acontecer na Base das Lajes já foi aqui amplamente debatido e fora daqui e julgo que todos nós concordamos com a emergência que é acudir ao que ali se está a passar.

No entanto, nós continuamos a achar que é redutor, senão mesmo uma falácia, assumir que a catástrofe económica e social que afeta neste momento a Terceira depende apenas daquilo que está a acontecer com a redução do efetivo americano na Base das Lajes. Nós não deixamos que o Governo Regional e o PS se continuem a esconder por detrás da redução da presença americana nas Lajes para mascarar as suas responsabilidades naquilo que está a acontecer na Terceira neste momento.

A Terceira está como está, porque temos, como em todas as ilhas, as consequências da crise económica e social regional que é fruto da governação do PS.

A Terceira está como está, porque sofre também com a crise do setor leiteiro para a qual os governos do PS não souberam preparar a nossa lavoura.

A Terceira sofre com o crónico incumprimento dos governos regionais do PS, de César, de Vasco Cordeiro e de Sérgio Ávila ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E de Vítor Fraga!

O Orador: ... em relação às promessas feitas à Terceira e aos terceirenses.

A Câmara da Praia já estava falida e a dever tudo a toda a gente antes dos americanos reduzirem os seus efetivos.

Em cima de tudo isso cai então o grave, o gravíssimo problema do impacto da redução da presença dos americanos na Base das Lajes.

Se a governação socialista tivesse sido boa para a ilha Terceira (e como eu aqui já disse noutras ocasiões e não faltou ao PS poder, maiorias absolutas, tempo – 20 anos –, câmaras municipais, juntas de freguesia e até Governos da República muito amigos que “juntos conseguiram” trazer a Terceira até à atual situação) nestes 20 anos (e é que 20 anos é mesmo muito tempo!) estaríamos hoje a discutir o dinamismo da economia da ilha e não a vontade de majorar apoios sociais.

O PS e o Governo Regional estão em dívida para com a Terceira e para com a sua economia.

Desde logo, prometeram e não cumpriram um investimento de 65 milhões de euros altamente comparticipados por fundos comunitários, dinheiro esse que ficou fora da economia da ilha e da Região. 65 milhões de euros!

Lembram-se do cais de cruzeiros?

Não se fez em Angra, não se fez na Praia da Vitória, nem se substituiu este investimento por outro, ou outros que garantissem o aproveitamento das mesmas verbas da União Europeia os 65 milhões de euros para a nossa economia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nessa matéria a Dra. Berta Cabral era *nim!*

O Orador: Hoje nem uma rampa ro-ro no Porto das Pipas os senhores parecem ser capazes de construir.

O parque tecnológico continua a ser prometido e a não existir.

A geotermia já teve muitas datas de arranque, mas já mandou foi funcionários para casa.

O parque de exposições já foi rebatizado de parque multissetorial, mas está tão atrasado que já não se sabe bem que empresas e negócios ainda existirão para o dinamizar.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Deixa uma listazinha para a gente!

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente!

Deputado António Parreira (PS): O que é que isso tem a ver?

O Orador: O Laboratório Regional de Veterinária, ferramenta tão importante no atual contexto do setor leiteiro, está pronto e por equipar há dois anos, apresentando já evidentes sinais de degradação.

O Governo e o PS até já prometeram e ‘desprometeram’ à Associação Agrícola da ilha Terceira a construção e uma nova fábrica de lacticínios.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Essa tem quase 12 anos!

O Orador: E os problemas com as ligações marítimas à Terceira e com a falta de melhor aproveitamento do potencial do porto da Praia, e o mau serviço da SATA nos voos, nos horários, nos preços dos bilhetes, ...

Deputado Berto Messias (PS): Ou nas *low cost*!

O Orador: ... na falta de lugares?

As consequências no turismo da Terceira estão aí e estão à vista de todos.

Se a dependência económica que a Terceira tem em relação à Base das Lajes é tão significativa o que é que os governos do PS fizeram em 20 anos para corrigir esses desequilíbrios?

Muito pouco! Muito pouco, meus senhores!

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Sra. Presidente, não há limites!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já lhe disse: deixa uma coisinha!

O Orador: Chega de passar as culpas para os outros. A Terceira e os Açores precisam de muito mais e muito melhor governação e vou vos dar mais alguns exemplos.

Todos nós concordamos que os 4,8 milhões de euros que vêm da União Europeia para apoiar o setor leiteiro regional são muito pouco. São pouco! Mas o que dizer então dos 13 milhões de euros (duas vezes e meia este valor) gastos no Centro de Artes Contemporâneas na Ribeira Grande?

O que dizer ...

Presidente: Sr. Deputado, vamos entrar no debate sobre a Anteproposta de Lei.

O Orador: Estamos a falar do que é que o Governo Regional podia ter feito e fez outras opções e deixou a economia da Terceira no estado em que está.

Presidente: O Sr. Deputado já fez o seu enquadramento e eu permiti, mas naturalmente compreenderá ...

O Orador: Estou já a acabar!

Presidente: Não é uma questão de estar a acabar, mas compreenderá que neste caso ...

O Orador: Estou a dar exemplos ...

Presidente: ... estamos a falar dos apoios sociais propostos pela iniciativa do PCP.

O Orador: Estou a dar estes exemplos, porque o motor da economia da Terceira continua a ser o setor leiteiro.

Presidente: Concordo!

O Orador: E o problema do setor leiteiro é ainda mais grave do que o problema da Base das Lajes.

Presidente: Sim, mas não é este o caso que nós estamos agora a discutir.

Sr. Deputado, sabe que a Mesa permite sempre um enquadramento bastante generalista às vossas intervenções, mas quando ultrapassam os limites tenho que chamar à atenção. Peço que acolha a minha advertência, Sr. Deputado.

Deputado André Bradford (PS): Mas vai continuar!

O Orador: Acolho a sua advertência, mas não foi o PSD que incluiu a eletrificação de casas de ordenha no PREIT, ...

Deputado André Bradford (PS): O que é que isso tem a ver?

O Orador: ... foi o Partido Socialista e enquadrou as casas de ordenha no setor agrícola e a mitigação do problema da Base das Lajes.

Presidente: Mas nós não estamos a discutir o PREIT.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estamos, estamos! A seguir vou discutir o PREIT!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa está aqui para gerir os trabalhos.

O Sr. Deputados também sabe que nós não estamos a discutir o PREIT. Nós estamos a discutir a majoração de apoios sociais propostos pelo PCP. É neste caso em concreto que estamos a discutir.

Deputado Luís Maurício (PSD): Está perfeitamente enquadrado!

Presidente: Pode continuar a sua intervenção, Sr. Deputado.

O Orador: Respeitando a sua advertência, também peço que respeitem o meu enquadramento, porque estamos a falar da mitigação da situação social da Terceira e ela tem muitos contornos e essa situação social foi englobada de forma bastante abrangente num documento que revela, por parte do Governo Regional, a vontade de agrafar todas as promessas não cumpridas e tentar fazer com que outros as paguem.

Portanto, minhas senhoras e meus senhores, ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

... o PSD também vai votar favoravelmente este diploma do Partido Comunista que vem em boa altura e fez (e muito bem!) o paralelo com aquilo que se passou noutros locais do país, como por exemplo o Vale do Ave.

Julgo que a situação da Terceira neste momento pode perfeitamente ser comparada, se ainda não for até ainda mais grave do que aquela que se passou nessas zonas do país, mas é preciso que não haja aqui ninguém que sacuda “a água do capote” nem as suas responsabilidades, porque esta Região tem um governo próprio e tem responsabilidades próprias e tem aqui senhores que andam a mandar nisto há 20 anos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Isto é “casa roubada, trancas às portas” e é claro que todas as iniciativas que vêm no sentido, enfim, de mitigar ou de minorar os efeitos negativos de uma crise profunda que há largos anos se alastra na Terceira são naturalmente bem-vindas e esta do Partido Comunista com certeza que trará algum benefício às pessoas que estão desempregadas, mas é preciso ver o seguinte.

Há quando tempo o desemprego aumenta na ilha Terceira?

É a pergunta que se tem de fazer.

Há quanto tempo o desemprego aumenta na ilha Terceira?

Há quanto tempo a economia da ilha Terceira está abaixo e com níveis de desenvolvimento comparáveis com outras ilhas, abaixo das outras ilhas?

Ainda agora os números do turismo são bem reveladores disso: menos 4%, enquanto todas crescem. Corvo e Terceira descem.

Portanto, qual foi o papel do Governo nestes anos relativamente aos investimentos na ilha Terceira?

Qual foi na criação de emprego qualificado?

Politicamente assumiu contra um bom investimento, contra o bom uso de dinheiros públicos, não pôr a radioterapia na Terceira. Não foi uma decisão técnica, não foi uma decisão científica. Foi uma decisão política e errada assumida por Carlos César e Vasco Cordeiro. É o primeiro exemplo.

O segundo exemplo foi como enganaram os terceirenses relativamente com o cais de cruzeiros e repito: engaram os terceirenses com promessas eleitorais, com um cais de cruzeiros que sabiam à partida ...

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Sra. Presidente, não pode deixar continuar isto!

O Orador: ... que não iam fazer.

Podíamos ter emprego na Terceira se tivéssemos obras públicas na Terceira. Não temos. Por culpa de quem?

Por culpa do Governo.

Portanto, temos desemprego e por isso é preciso acudir aos desempregados.

Têm mais esse exemplo, mas há mais exemplos que podíamos dar para a criação de emprego e que hoje em dia podíamos até aproveitar os trabalhadores qualificados da Base das Lajes para irem para esses postos de trabalho, nomeadamente, várias propostas: o aumento da capacidade civil do aeroporto das Lajes.

Há anos que o CDS defende isso. Há anos!

O terminal de carga aérea há quantos anos está prometido?

Nunca foi feito.

O aumento da placa de estacionamento de aviões há quantos anos foi prometido?

Nunca foi feito.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): 2006!

O Orador: E a celebre indústria naval?

Há quantos anos?

Reparação naval. Há quantos anos?

Postos de trabalho, emprego qualificado na Terceira podia haver. Não venha o Governo Regional agora aliviar a “água do capote” e dizer que não teve grandes responsabilidades.

Reconheço o empenho do Sr. Presidente do Governo, deste Presidente do Governo, na questão da Base das Lajes, como se empenhou em minorar o efeito para os trabalhadores que vão ser ou que querem ser despedidos. Alguns deles

querem ir para casa voluntariamente. Alguns até pedem para irem embora. Isto é a verdade e tem de ser dita assim.

Reconheço o empenho abnegado do Sr. Presidente do Governo nessa matéria, no (digamos, entre aspas) “diferendo ou conflito”, mas diferendo, com os Estados Unidos da América e a pressão que fez sobre os Estados Unidos da América, legítima, e sobre o Governo da República, legítima, para defender a ilha Terceira.

Isso é um ponto para defender a Base das Lajes. Isso é um ponto em que eu lhe reconheço todo o empenho.

Agora, o problema não é esse, Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Então?

O Orador: O problema não são os trabalhadores que vão para casa, Sr. Deputado Berto Messias. O problema são o potencial de criação de postos de trabalho que a Terceira perde e aí não se fez nada para os colmatar, nomeadamente colocando a base da SATA Internacional na ilha Terceira, nomeadamente!

Tinha também alguma utilidade e nomeadamente se a Sra. Secretária de Estado da Defesa, Berta Cabral, tem cumprido o seu papel enquanto Secretária de Estado da Defesa, naturalmente que a força aérea hoje em dia seria um empecilho menor na utilização civil da Base das Lajes.

Deputado André Bradford (PS): Essa é que é essa!

O Orador: Não teríamos que humilhar passageiros dentro de um avião à espera e naturalmente afasta quem quer investir, companhias privadas que querem investir nas Lajes que não estão para estar a chegar ali e dizer ...

Imaginem o que é dizer a uma *low cost* que o avião tem de esperar lá em cima 45 minutos, porque não tem lugar na placa de estacionamento e o Sr. Comandante está de mau humor e não autoriza que o avião estacione na placa militar.

Os senhores imaginam isto? Imaginam isto?

Portanto, toda a gente sabe isto.

Quem quer investir sabe isso e sabe os constrangimentos. Não vale é a pena agora virem todos como salvadores da pátria e não vale é a pena agora em promessas eleitorais quem ocupou cargos políticos na República e com essa pasta, como a Dra. Berta Cabral, vir agora resolver o assunto, porque já o devia ter resolvido e há um assunto, Sr. Presidente do Governo, que estou disponível, e faço-lhe aqui o desafio, para uma conversa nesse sentido, para um entendimento nesse sentido, para nos empenharmos no aumento da capacidade civil do aeroporto das Lajes, porque há este ridículo.

Isto é a aerogare das Lajes, a minha bancada, ali é o alcatrão. Eu ponho o pé ali estou sob as ordens de um militar do outro lado. Isto não pode acontecer. Isto não pode acontecer, Sr. Presidente!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Até cá dentro!

O Orador: Para sair de um avião tem de ser um coronel do outro lado a dizer que eu posso sair do avião. Não pode ser!

Há que respeitar a utilização militar, com certeza, ...

Presidente: Sr. Deputado, não nos vamos dispersar.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente.

... mas com certeza há um ponto de entendimento e de razoabilidade em que todos possamos conviver no respeito institucional uns com os outros sem ninguém atrapalhar ninguém, porque nós também não queremos provocar incidentes na parte militar.

O que não queremos é que a força aérea seja um empecilho do desenvolvimento da Terceira, com o patrocínio da Secretaria de Estado da Defesa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio dia e dez.

Eram 11 horas e 36 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 16 minutos.

Está em discussão o ponto oito da nossa Agenda. Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Vou voltar a um assunto que já foi alvo de análise nas duas intervenções que me antecederam e que considero que têm toda a razão.

No âmbito da iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do PCP a questão que salta à vista no âmbito do preâmbulo que o Sr. Deputado apresenta é que em nenhum momento atribui a situação social que se vive na ilha Terceira a outra causa que não seja a situação e a questão da Base das Lajes.

Já aqui foi referenciado que a questão não é só essa. Há questões que estão a ter um enorme impacto e que resultam sobretudo de más opções estratégicas e de má governação e essa questão é uma questão muito relevante.

É evidente que o Governo Regional, o atual Presidente do Governo Regional, se tem empenhado nesta questão da Base das Lajes, mas sobretudo isso deve-se a dois fatores.

Em primeiro lugar, porque no tempo certo, no momento certo, estou absolutamente convencido que o Governo Regional e o anterior titular do cargo não fizeram tudo o que deviam ter feito. Ponto número um.

Ponto número dois: a questão social, a crise económica que afeta a ilha Terceira e a desvalorização da Terceira enquanto polo económico estruturante para a nossa economia é algo que antecede a questão da Base das Lajes.

Portanto, neste momento temos uma situação social tremendamente difícil na Terceira e a notícia é que tenderá a ficar ainda pior.

Portanto, é preciso ter opções diferentes.

Do ponto de vista desta câmara ficamos assim confrontados com uma situação que é um preâmbulo que de facto se foca, se centra na questão da Base das Lajes, que não refere outra matéria e, portanto, nós que concordamos que se vive uma situação difícil e que é necessário majorar os apoios sociais, nós o que consideramos é que este preâmbulo atribui a questão social exclusivamente a um fator que não é o único fator e provavelmente o Sr. Deputado do PCP sabe isso.

Sabe isso, mas também percebo porque é que não o colocou. Se colocasse outras referências como as más opções estratégicas do Governo e a má governação evidente do Partido Socialista em relação à ilha Terceira, bem, se o fizesse, enfraqueceria, perante o legislador nacional, a posição dos Açores, porque alguém que estivesse a analisar o documento lá fora diria: “Bem, mas se o problema não é só esse, mudem de Governo”. Portanto, os senhores em relação a esta matéria se dizem que a responsabilidade é do Governo, más opções estratégicas e que isso tem a ver também com má governação, desinvestimento do Partido Socialista na Terceira não acudir aos problemas quando eles eram mais do que evidentes, prometer investimentos no âmbito de campanhas eleitorais e depois não os concretizar, há todo um conjunto que são responsabilidades do governo socialista. Se eles aqui fossem referenciados evidentemente que o legislador nacional, responsabilizava de alguma forma o legislador nacional, dizendo: “Bom, então afinal a responsabilidade é política, tem a ver com as más políticas que o Partido Socialista fez e por isso não faz

aqui referência” e eu acho que é quase, digamos assim, um ato patriótico da nossa parte não exigir que faça parte para quem quer votar a favor, que é o meu caso, porque é quase passar um esponja para fortalecer a legitimidade e a capacidade deste documento poder vir a passar no âmbito da Assembleia da República.

Por isso, eu anuncio aqui que vou votar favoravelmente, que reconheço que o preâmbulo está muito incompleto, há responsabilidades que deviam ser assacadas ao governo do Partido Socialista e que não estão a ser, mas que compreendo as razões que levaram o Sr. Deputado do Partido Comunista a omitir essa situação. Compreendo! São opções utilitárias, digamos assim, pragmáticas, muito pragmáticas!

Considero que o que é importante também são os resultados e nesse sentido o que quero dizer é que a Representação Parlamentar do PPM votará favoravelmente esta iniciativa, que se vive uma situação social dramática, que com a crise do setor agrícola se irá aprofundar ainda mais e que é absolutamente necessário proteger, do ponto vista social, aquelas populações (é verdade!) por causa da Base das Lajes e por causa de tudo o resto, cuja responsabilidade é do Governo do Partido Socialista.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Eu não vou atropelar o Regimento nem as regras deste debate como fizeram alguns Deputados que me antecederam, fugindo por completo ao tema que estamos a discutir na proposta do PCP, mas não posso deixar de dizer duas coisas.

Em primeiro lugar, dizer que o Partido Socialista, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, está disponível como sempre para discutir as opções políticas

do PS e do Governo na ilha Terceira, os investimentos públicos que fez na ilha Terceira, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa é interessante!

O Orador: ... o projeto de desenvolvimento que tem implementado na ilha Terceira, as opções políticas do PS na ilha Terceira.

Estamos como sempre totalmente disponíveis para discutir isso, quando os senhores quiserem, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Queremos ver é resultados!

O Orador: ... no momento que os senhores quiserem, estamos perfeitamente à vontade com aquele que tem sido o nosso trabalho na ilha Terceira e na Região Autónoma dos Açores.

Quando os senhores quiserem, mas convenhamos não é este o momento tendo em conta a discussão que está em causa.

Também não posso deixar de dizer o seguinte, usando até as palavras, no seu estilo muito peculiar e caceteiro, ali do Sr. Deputado Rendeiro que disse que há 20 anos que há gente que manda nisto.

Há 20 anos que o Partido Socialista governa os Açores, porque os açorianos lhe conferiram esse direito ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores traíram a confiança aos açorianos!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em termos teóricos é verdade, na prática nem por isso!

O Orador: ... acreditando no projeto político que o Partido Socialista lhes apresentou e há 20 anos os açorianos conferem o direito de governar a Região Autónoma dos Açores ao Partido Socialista.

Uso da palavra porque não o fiz na minha primeira intervenção apenas para fazer um alerta ao PCP. Julgo que esta é também uma matéria como se sabe muito séria, tendo em conta o parecer que foi apresentado pelo município da

Praia da Vitória que é na minha opinião um parecer muito pertinente do ponto de vista jurídico, mas julgo que do ponto de vista da redação final estas matéria podem ser resolvidas, porque há aqui questões de precisão jurídica que do ponto de vista da credibilidade institucional deste Parlamento parece-me serem importantes de ser resolvidas na redação final e, portanto, era para fazer este alerta, porque parece-me muito relevante que este parecer e os alertas que faz sejam acolhidos na proposta que será depois remetida à Assembleia da República.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

De facto, o parecer que veio da Câmara Municipal da Praia da Vitória coloca algumas questões de ordem jurídica e relativamente à redação que julgo que têm de ser atendidas. Eu, aliás, tenho um conjunto de propostas que posso fazer dar entrada no sentido de corrigir e atender às sugestões que são feitas pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, se assim for entendido e se a questão não puder ser resolvida de uma outra forma. E, portanto, farei dar entrada antes da votação na generalidade (elas estão prontas, Sra. Presidente), no sentido de atender às pertinentes e oportunas sugestões que foram feitas pela Câmara Municipal da Praia da Vitória. Isto para responder ao Sr. Deputado Berto Messias.

Por outro lado, eu já tinha pedido a palavra, aliás, poucos segundos depois do Deputado Berto Messias, mas apenas para dizer o seguinte.

Esta iniciativa do PCP e a forma como ela é apresentada, designadamente as considerações que teceu sobre os considerandos ou, digamos, sobre as outras intervenções que foram feitas, que são perfeitamente legítimas, mas a

Representação Parlamentar do PCP, como é sabido, relativamente à questão das Lajes, remeteu sempre a responsabilidade para onde o PCP julga que ela deve ser remetida, para o Estado, e na apresentação que eu fiz da proposta, ali da tribuna, referi sucessivos governos da República, não especifiquei nenhum, não referenciei nenhum partido exatamente porque considero que esta questão não se deve reduzir, digamos, a esse combate político. Eu até podia ter aproveitado esta oportunidade, porque estamos em fase de campanha eleitoral e de pré-campanha eleitoral, para fazer aqui um outro tipo de intervenção.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Umas asinhas para o santinho!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não vai para o altar porque tem os pés grandes!

O Orador: Pronto! Oh, Sr. Deputado, os Srs. Deputados farão o juízo que muito bem entenderem das minhas palavras, têm toda a legitimidade para o fazer. A verdade é que eu podia ter aproveitado essa oportunidade, não o fiz e não o vou fazer (não o fiz e não o vou fazer!), mas quero também aqui, digamos, dar alguma contribuição, esclarecer esta situação e que tem a ver com o seguinte.

O PCP sempre remeteu esta responsabilidade para o Estado português, porque esta, efetivamente, é uma questão de Estado. Se me perguntarem assim: “Mas as opções, as políticas seguidas pelo Governo Regional, para a região toda, são as melhores?”, podemos discutir isso, mas não é este o momento e eu centrei muito a intervenção no objeto destas questões e também tenho críticas a fazer certamente às políticas do Governo Regional para a ilha Terceira e para a região de uma forma geral, mas não é esse o momento. Neste caso aqui, aquilo que nós estamos a fazer é exigir ao Estado que cumpra parte do seu papel. Mais! Estamos a propor uma iniciativa que não é a primeira vez, como eu já referenciei, que é utilizada em situações de exceção.

E, portanto, a abordagem que foi feita foi esta, no sentido de que, tendo consciência, e partindo até do princípio que esta era uma questão que unia esta Câmara e, portanto, não quis introduzir aqui nenhum tipo de ruído acerca desta questão que não fosse exatamente objeto da questão e também porque, efetivamente, respeitei o facto de estarmos em período de pré-campanha eleitoral e não querer, de maneira nenhuma, até porque não parecia eticamente correto e não me pareceria curial eu utilizar esta bancada para fazer isso. Farei isso fora daqui.

É evidente que terão as leituras que muito bem quiserem fazer do assunto, mas a questão é efetivamente darmos aqui um contributo e mais, e exigirmos ao Estado, porque a responsabilidade é do Estado, que dê um contributo para mitigar a situação que se vive na ilha Terceira e que, de facto, não é de hoje, não decorre agora dos últimos despedimentos, já tem algum tempo, já tem alguns anos e, sobretudo, houve, como todos nós temos consciência, muitos trabalhadores que indiretamente perderam os seus postos de trabalho, muitas empresas que viram o seu negócio diminuir ou mesmo encerrar. E, portanto, não é, efetivamente de agora. Mas o peso, e a situação que se vive na ilha Terceira não depende só desse facto, mas depende, em grande medida, da alteração do paradigma que já aconteceu, há algum tempo, da utilização da Base Militar pelas forças militares dos Estados Unidos. Mais! Não há nenhuma crítica sequer à questão dos Estados Unidos e ao posicionamento dos Estados Unidos, porque acho que também, independentemente das posições políticas e das opiniões que podemos ter sobre o assunto, não nos cabe aqui, ou não me cabia a mim aqui trazer esta questão à coação.

E, portanto, um pouco para, digamos, justificar de alguma forma a abordagem que o PCP está a fazer desta questão, porque julgo que é uma questão que nos unirá a todos e que é importante para a região, particularmente para a ilha

Terceira e aquilo que for bom para a ilha Terceira é, certamente, bom para a Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda vai apoiar com o seu voto, sem nenhum tipo de tibiezas, esta anteposta da Representação Parlamentar do PCP que propõe um programa especial de apoio social para a ilha Terceira.

Fazemo-lo por várias razões e, aliás, digamos que bem sintetizadas na primeira intervenção do Sr. Deputado Berto Messias quando dizia que há alturas em que é preciso que todos rememos no mesmo sentido, independentemente das divergências ideológicas que possamos ter. De facto, o Bloco considera que esta é uma das alturas em que todos nós temos que remar no mesmo sentido. E nós entendemos que tem havido variadíssimas remadas ao longo do tempo. Agora, temos um problema, é que nós temos remado, não temos é chegado a porto nenhum, ou seja, o porto para onde nós temos remado, tanto quanto possível, juntos, não nos tem aberto a porta.

Ora bem, e para exemplificar o que estou a dizer, acrescentar o seguinte.

Do nosso ponto de vista, a ilha Terceira tem exatamente os mesmo problemas, neste momento, que qualquer outra ilha da nossa região. Tem desemprego, tem empobrecimento generalizado, sobretudo de uma classe média completamente depauperada, tem falências, tem emigração, tem falta de alternativas, tem tudo o que as outras ilhas têm. Responsabilidade, isto é outro debate, simultânea das políticas do Governo Regional e das políticas do Governo da República. Mas não é nisto que nós estamos agora a falar, estamos a falar de outra coisa. É que a ilha Terceira tem um problema que mais nenhuma outra ilha tem, das nove da

nossa região, tem uma dependência direta e indireta de uma Base que é nossa, mas que está ao serviço das sucessivas administrações norte-americanas.

E, portanto, esta dependência, criada ao longo de 60 anos, criou agora um problema social, laboral, económico trágico, porque se vem juntar também a um problema que já existe no nosso país e, portanto, nesta região também do ponto de vista económico.

Portanto, o Bloco de Esquerda faz uma diferenciação entre os problemas da ilha Terceira enquanto ilha desta região e deste país e, portanto, sujeita a uma quantidade de problemáticas comuns, mas reconhece à ilha Terceira um problema acrescido que mais nenhuma outra enfrenta.

Podemos dizer erros meus, má fortuna, amor ardente, todos têm responsabilidades, isso levar-nos-ia muito longe na história, mas, neste momento, é com isso que ela se confronta.

E agora, Sras. e Srs. Deputados, lembrar o seguinte.

Quando eu digo que tem havido várias remadas, eu gostaria de chamar a atenção, lembrar às Sras. e aos Srs. Deputados que só no ano de 2015, assim de repente, eu fui buscar três, das tais em que remámos todos no mesmo sentido e encontrámos uma porta fechada no destinatário da nossa viagem de remos que era o Governo da República.

Primeiro exemplo.

Janeiro de 2015, esta Casa aprovou, por unanimidade, uma resolução da iniciativa do Bloco de Esquerda, subscrita depois por todos os partidos, cuja parte resolutive diz assim: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e o Governo Regional, por via da atual resolução, pretendem debelar a ameaça do agravamento da crise social e económica nos Açores, especialmente na ilha Terceira e no concelho da Praia da Vitória, ao recomendar ao Governo da República a criação de um plano de emergência que minimize os efeitos da redução de pessoal civil ao serviço das forças militares norte-americanas da

Base das Lajes”. Janeiro deste ano. Chegou ao porto, remámos para lá. O porto disse-nos alguma coisa? Pelo menos pôs a bandeirinha a dizer: “Chegaram à meta?”. Tanto quanto eu sei, zero.

Portanto, não é por falta de remarmos todos no mesmo sentido. É porque do outro lado não encontramos eco nenhum. E também reconhecer aqui que não é só da Assembleia Legislativa que têm havido remadas. Tem havido da Assembleia da República, tem havido de variadíssimas entidades da ilha Terceira, Conselho de Ilha, Município da Praia da Vitória, Município de Angra, Câmara do Comércio, tem havido do Governo Regional, tem havido dos diversos partidos representados aqui nesta Casa. Portanto, Sras. e Srs. Deputados, não é por falta de iniciativa, é por falta de interlocutor, que é uma coisa completamente diferente.

Esta é de 15 de janeiro.

Agora, refiro uma do dia 6 de março de 2015, um projeto de resolução da autoria do Bloco de Esquerda, apresentado na Assembleia da República, cujo objetivo principal é a “Criação de um plano de emergência que minimize os efeitos da redução de pessoal civil ao serviço das forças militares norte-americanas na Base das Lajes”. Este projeto de resolução foi chumbado pela coligação PSD/CDS, tendo todos os outros partidos votado favoravelmente.

Vamos agora a 27 de março de 2015. Há um projeto de resolução da Assembleia da República, uma proposta conjunta de todos os partidos, aprovada por unanimidade, e, Sras. e Srs. Deputados, deixem-me referir dois pontos desta resolução da Assembleia da República.

Diz uma delas, a primeira: “A Assembleia da República manifesta a sua profunda preocupação pelos efeitos negativos que a intenção tornada pública pelos Estados Unidos da América, no passado dia 8 de janeiro de 2015, de reduzir efetivos na Base das Lajes terá na situação social, económica e ambiental dos Açores em geral e da ilha Terceira em particular”.

Ponto dois: “A Assembleia da República exorta o Governo da República Portuguesa e o Governo dos Estados Unidos da América a procurar uma solução respeitadora do quadro da relação diplomática entre os dois países”.

E no ponto terceiro, mais uma vez: “A Assembleia da República recomenda ao Governo da República, em articulação com o Governo Regional dos Açores, a mobilização de todos os esforços políticos, diplomáticos, económicos e de opções estratégicas no sentido de manterem e reforçarem a defesa firme dos interesses do nosso país, quer na fase de definição dos exatos contornos que a intenção dos Estados Unidos da América vier a assumir, quer no que se refere às componentes de recursos humanos, infraestruturas e cuidados ambientais, quer na fase de definição e implementação das medidas mitigadoras dos efeitos que essa mesma decisão vier a ter”.

Esta resolução da Assembleia da República tem cinco pontos, eu li três.

Sras. e Srs. Deputados, ninguém tem respondido a nenhuma destas resoluções, pelo contrário, quando elas existem, na prática, como se viu, a coligação PSD/CDS na República até as chumba, mas depois quando se junta aos outros partidos (isto é datado de 27 de março), Sras. e Srs. Deputados, estamos em setembro, não tarda nada, em outubro, daquilo que aqui está, votado por unanimidade na Assembleia da República, o que é que foi cumprido? Zero.

Deputado André Bradford (PS): Ora aí está!

A Oradora: E, portanto, não vamos fazer de uma situação trágica para milhares de trabalhadores, para centenas de famílias, para toda uma ilha, para a sua economia, para o seu equilíbrio social e, portanto, para toda uma região, um jogo de pingue-pongue de responsabilidades, porque todos as temos, dentro e fora da região. Não estamos agora a fazer *mea culpa*, estamos a bater à porta de quem nos pode ajudar mais, de quem tem a obrigação de nos ajudar: o Governo da República e o Governo dos Estados Unidos da América. Um porque é responsável por tudo aquilo que lá se tem passado, o outro porque tem fechado

os olhos, ao longo de décadas e agora também não abre a boca para muito mais que não seja o encontro de diplomáticos ao mais alto nível, mas que, no concreto, ainda não se viu nenhum resultado. E não me venham dizer que as reformas antecipadas, que satisfazem, e ainda bem, muitos dos trabalhadores portugueses daquela Base, chegam, porque isso não chega, porque se há trabalhadores de 50 e tal anos, de 70 anos que ficam contentes de se reformarem agora com o supletivo que vão ter, há outros, muito mais novos, que estão no princípio da sua vida e que se vão confrontar com o desemprego e com o subsídio de desemprego quando e enquanto tiverem direito a ele.

Portanto, vamos remar todos no mesmo sentido? Vamos. Mas há uma coisa que quero dizer, e com isto termino, Sra. Presidente, provavelmente vamos ter que derrubar a bastilha, porque a bastilha está fechada a qualquer batida, a qualquer remada, seja ela em conjunto ou isoladamente.

Muito obrigada.

(Burburinho geral)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Informo que esgotou o seu tempo com esta intervenção, e passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A questão que a proposta do PCP nos traz enquadra-se num contexto que deveria, efetivamente, ser tido como um contexto suprapartidário e que convocaria aos esforços de todos, inclusivamente aos esforços a nível nacional, no sentido de encontrarmos as melhores soluções para este contexto particular em que a ilha Terceira se encontra.

No entanto, e à semelhança daquilo a que assistimos já noutros debates que aconteceram no decurso deste anos nesta Assembleia, aquilo a que assistimos, e de forma muito particular, por parte da bancada do PSD, foi a dois exercícios.

Ignorando a proposta que está aqui em discussão, quis, mais uma vez, tentar culpar o Governo dos Açores pela crise e pelos resultados que as medidas adotadas para responder à crise tiveram no país e na região, enquanto tentou também minimizar os esforços que o Governo dos Açores desenvolveu ao longo do tempo no sentido de minimizar, na medida dos seus recursos e das suas competências, os efeitos desta redução de efetivos na Base das Lajes.

Relativamente ao primeiro exercício com que o PSD se entreteve, caberá talvez lembrar que as coisas não são exatamente como os senhores dizem, embora eu compreenda que vos desse jeito que as pessoas acreditassem que elas assim fossem.

Todos nós sabemos e temos presente que o mundo viveu uma das maiores crises económico-financeiras de que há memória.

Olhe, não se mostre tão incomodado, porque ainda vai ouvir um bocadinho mais. Portanto, não gaste as suas energias todas logo no início da minha intervenção.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não se preocupe!

A Oradora: Todos nos lembramos também que no auge dessa crise conhecemos um certo candidato a Primeiro-Ministro que dizia que conhecia muito bem a situação do país e que não seria preciso cortar salários, nem cortar pensões,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Chamava-se José Sócrates!

A Oradora: ... nem aumentar impostos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Chamava-se José Sócrates!

A Oradora: Conhecemos depois essa pessoa como Primeiro-Ministro,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Chamava-se José Sócrates! Candidato a Primeiro-Ministro!

A Oradora: ... que o que é que fez? Aumentou os impostos, cortou os salários e as pensões e decidiu que aquilo que teria que fazer teria que ser aplicar uma austeridade desmedida, independentemente das consequências que isso tivesse para o país.

Infelizmente, a situação na Base das Lajes associa-se a um contexto de especial dificuldades na região, é verdade. Agora, o que importa é saber quem fez o quê para tentar minimizar as consequências desse desfecho negativo.

É sabido, e já aqui, hoje, foram reconhecidos os esforços que o Governo dos Açores desenvolveu, ao longo de bastante tempo, tentando influenciar um desfecho mais positivo possível mas que, contudo, teve o resultado que é conhecido. Agora, perante a situação, aquilo que o Governo dos Açores efetivamente fez foi lançar mão de todos os meios de que dispunha e apresentar o trabalho que vinha desenvolvendo com o qual procurava preparar-se para essa eventualidade que se veio a realizar.

Outra coisa é o que aqui, hoje, já foi suscitado, porque esse plano que o Governo dos Açores apresentou chamava ao trabalho, porque assim as circunstâncias o exigiam, o Governo Regional, mas também o Governo da República e o próprio Governo norte-americano. A verdade é que nós sabemos o que é que o Governo Regional fez, mas nós não sabemos o que é que o Governo da República fez e seria interessante, particularmente da vossa parte, e já que gostam tanto de fazer anúncios em nome de governos,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... que anunciassem aqui, hoje, quais são as respostas que o Governo da República tem, no quadro das suas responsabilidades,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Ora bem!

A Oradora: ... para nos ajudar a ultrapassar esta situação.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Ora bem!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: A verdade é que os senhores não terão nada para dizer.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vire-se para o lado e pergunte ao Presidente Vasco Cordeiro!

A Oradora: E nós sabemos isso, nós sabemos que os senhores não terão nada para dizer. E é precisamente por não terem nada para dizerem que se entretêm com estes exercícios,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Até o Vice-Presidente tem assento no grupo de trabalho criado na República! Pensa que as pessoas estão a dormir!

A Oradora: ... tentando iludir as pessoas, mas as pessoas não se deixarão iludir.

A proposta do PCP tem o mérito de lançar mão de instrumentos que estão já fora do domínio da decisão da região, nomeadamente do Governo Regional.

A concretizar-se, temos a certeza que será mais um contributo na mitigação das consequências negativas que esta situação naturalmente tem para a ilha Terceira.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Continuaremos, no entanto, mesmo que os senhores não queiram, mesmo que os senhores não gostem, empenhados em tudo fazer para resolver este problema,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... à semelhança daquilo que fazemos todos os dias.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Na minha intervenção inicial referenciei,...

Deputado André Bradford (PS): Lamentável!

O Orador: ... para que ficasse o registo histórico, que concordo com a iniciativa do PCP, embora as causas da situação social que se estão a viver não sejam, fiz questão de apontar isso, da exclusiva responsabilidade desta questão. Há responsabilidades objetivas por parte da má governação, más opções por parte do Partido Socialista, em especial do Governo Regional. Essa é uma questão que teve que ficar o registo histórico dessa situação.

Eu também tive a oportunidade de referenciar que compreendia as razões pragmáticas do Sr. Deputado do PCP.

Devo dizer agora dois pontos para terminar a minha intervenção em relação a esta questão.

A primeira questão. Os apoios sociais. O Sr. Deputado refere na sua proposta que é um regime transitório, temporário. Eu considero que esta questão é fundamental, que se tenha esta perceção: não se resolve nenhum problema através da eternização da política da subsidiopendência.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Estas políticas sociais têm que ser acompanhadas em simultâneo por políticas económicas que promovam o crescimento económico da ilha Terceira. São políticas pontuais, são políticas que só podem ser mantidas durante um tempo limitado. E, de facto, Sr. Deputado, o que lhe digo é que aqui consta que são políticas temporárias e transitórias.

O que eu quero referenciar, para acautelar a posição da Representação da Parlamentar, é que considero que em simultâneo a estes apoios sociais têm que ser lançadas já, depressa, com muita urgência, políticas de combate e de

promoção ao crescimento económico, de combate à atual situação de estruturação da economia da ilha Terceira. Primeiro ponto.

Segundo ponto. Reconhecer, já aqui foi abordada a questão por parte do CDS-PP, que, de facto, nós temos um problema que acentua as nossas dificuldades, que tem a ver com a natureza militar da Base das Lajes e que essa natureza militar da Base das Lajes, neste momento, é até irracional, porque ao mesmo tempo em que a presença militar e a atividade militar se tornam residuais, parece que as dificuldades logísticas e as dificuldades do ponto de vista da utilização civil diminuem. Há uma cada vez maior intervenção por parte dos militares, criação de obstáculos por parte dos militares, quando a atividade militar atualmente se resume a uma espécie de jogos de guerra, em que se movimentam aviõezinhos que não existem e que são exercícios mentais por parte da burocracia militar.

E, portanto, isto é absolutamente inaceitável que essa situação se venha a acentuar, se tenha vindo a acentuar, quando, de facto, a presença militar é cada vez mais residual e quando, de facto, as nossas necessidades de potenciar a utilização civil são cada vez maiores, até tendo em conta o atual contexto.

Ora bem, eu considero que existem dois grandes responsáveis por essa situação. O primeiro deles é, obviamente, quem esteve, quem ali se sentou durante 16 anos e não resolveu esta questão e que diz agora que vai resolver. Agora que não tem uma função institucional de peso, de Presidente do Governo Regional, agora, sim, agora é que ele vai resolver. Portanto, o Sr. Carlos César tem uma enorme responsabilidade nesta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o segundo!

O Orador: E depois há um outro grande responsável, que é de quem tutelou esta pasta diretamente, que é a Sra. Secretária de Estado da Defesa.

Deputado António Ventura (PSD): Os problemas começaram agora?

O Orador: Não, os problemas não começaram agora, mas o que é verdade é que os problemas não foram resolvidos agora e nós tivemos uma legislatura em que os problemas se acentuaram e a verdade é que trabalho feito, trabalho de casa, TPC, não está feito, nota negativa.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E a verdade é essa, a verdade é essa, ou seja, os dois candidatos, do Partido Socialista e do Partido Social Democrata têm enormes responsabilidades em não ter resolvido a questão das limitações militares, que são completamente irracionais num quadro de diminuição da presença militar, temos cada vez mais dificuldades.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Ora, isto é incompreensível.

Sra. Presidente, muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu peço aos líderes e à Sra. Secretária Regional o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, nós vamos interromper os nossos trabalhos para o almoço. Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 57 minutos.

Presidente: Muito boa tarde a todos.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Estávamos no debate do ponto oito: Anteproposta de Lei n.º 16/X. Está inscrito o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que por tudo aquilo que já foi aqui debatido é um facto incontornável que nós estamos todos unidos nas preocupações relativas àquilo que interessa e por isso é que as várias bancadas aqui representadas já demonstraram a sua intenção de votar favoravelmente este diploma apresentado pelo Partido Comunista.

No entanto, é importante termos consciência de que a credibilidade de que precisamos para pedir responsabilidades aos outros, e que são dos outros, fora da região, e sermos levados a sério, também devemos ter a nossa parte feita, porque eu julgo que a maioria dos que aqui estão presentes não se sentem confortáveis a viver de mão estendida, não tendo o trabalho de casa feito.

E portanto, todos percebemos que aquilo que acontece na Terceira, neste momento, tem um enquadramento de responsabilidades a vários níveis, desde logo pelas responsabilidades da potência norte-americana, que os Estados Unidos têm, de facto, que assumir perante a Terceira e os terceirenses; temos as responsabilidades do Estado, que são do Estado e que nos compete a nós como açorianos e representantes dos açorianos, das suas várias sensibilidades, saber exigir. Mas é importante que este Governo Regional não saiba só exigir àqueles que não são da sua cor política, que saiba exigir a todos, porque nos seus 20 anos de mandato teve bastas oportunidades para ser igualmente exigente e reivindicativo com outros governos da República e não foi.

Quanto a algumas referências infelizes, e lamento que o Sr. Deputado Berto Messias esteja ausente da sala, feitas acerca da forma como eu próprio faço oposição nesta sala, não entendi ser necessário pedir uma defesa da honra,

porque eu não me senti desonrado de todo com as declarações do Deputado Berto Messias, mas eu julgo que o facto de qualquer deputado nesta casa ser tenaz na defesa da sua terra, dos seus ideais ou do programa pelo qual foi eleito também seria importante que se percebesse que a legitimidade de quem está no poder ou de quem está na oposição é igual, foram ambas conferidas pelo mandato popular. E, em segundo lugar, também se regista que se o Deputado Berto Messias fosse mais tenaz na defesa da sua terra e menos submisso aos interesses do seu partido, talvez tivesse conseguido que o PS e os seus governos tivessem cumprido para com as promessas que fizeram na Terceira e aos terceirenses de que a ilha precisa, de que a economia precisa em vez de se ter esquivado a essa responsabilidade que aqui lhe foi pedida e às questões que eu aqui coloquei e que se regista que não foram respondidas, essas responsabilidades não foram assumidas, nem pela bancada do Partido Socialista, nem pelo Governo Regional, e isso é de registar.

E, portanto, em vez do Partido Socialista se queixar do estilo, do tom ou da forma como os deputados da oposição aqui apresentam as suas divergências, se calhar devia queixar-se de si próprio...

Deputado André Bradford (PS): Foi uma opinião!

Deputado José Ávila (PS): Alguns Deputados!

O Orador: ... e do incumprimento das suas promessas. Porque fica muito feio,...

Deputado José Contente (PS): Fica feio?

O Orador: ... em todos os problemas da região, o PS e o Governo Regional terem sempre um responsável externo. Isto é fantástico! Há sempre um responsável externo e quando não é um responsável externo, nos 20 anos da sua governação, é o Deputado José Contente que, já por várias vezes, foi ao baú e encontra responsabilidades de há mais de 20 anos. Ora, isto fica muito feio para quem está há 20 anos a governar, fica muito feio.

Deputado José Contente (PS): Fica feio é não admitir a vossa história. Mas tenho mais coisas no baú!

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor gosta muito de arquivos!

O Orador: Fica muito feio!

As responsabilidades do PSD são julgadas nos atos eleitorais, sem dúvida, e nós aceitamos os resultados eleitorais.

Se o Partido Socialista cumprisse as suas promessas na Terceira e em todas as ilhas dos Açores, as nossas críticas ficariam de todo esvaziadas e as críticas que aqui foram feitas por vários deputados foram no sentido das promessas que não foram cumpridas, ou vão dizer que foram? Ou vão dizer que aquelas questões que eu aqui levantei foram cumpridas e que estão feitas? Diga-me, Sr. Deputado José Contente, onde é que está o cais de cruzeiros na ilha Terceira? Diga, já não está aqui presente o Sr. Secretário Regional da Agricultura, por que é que não está a trabalhar o laboratório de veterinária? Mas está ali o Vice-Presidente do Governo, que foi transversal a toda esta governação. Nenhum deles respondeu. Respondeu, com toda a legitimidade, em nome do Governo, a Sra. Secretária Regional.

Às vezes os silêncios também são gritantes.

Deputado José Contente (PS): Se respondeu, está respondido!

O Orador: Falta um ano para este governo e, portanto, se não quiserem ser criticados, têm um ano para cumprir as promessas todas. É simples. Só têm que cumprir e mostrar resultados.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E as do baú!

O Orador: Volto a lembrar, porque aqui foram pedidas, quais é que são as ações e as medidas do Governo da República perante esta situação e eu volto a lembrar que, quer Vasco Cordeiro, Presidente do Governo Regional, quer o Dr. Sérgio Ávila, Vice-Presidente do Governo Regional, quer o Dr. Roberto Monteiro, Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mayor!

O Orador: ... não em faltado lugar, não tem faltado assento, não tem faltado importância aos titulares democraticamente eleitos dos vários órgãos da região em todos os fóruns,...

Deputado José Contente (PS): E a Dra. Berta?

O Orador: ... em todos os lugares onde se tem trabalhado nestas questões. E, portanto, mais do que ninguém, têm conhecimento de todos os dossiers e de tudo aquilo que está em cima da mesa. Não se pode é falar fininho lá fora e vir falar grosso na Assembleia Regional.

Deputado André Bradford (PS): Pelos vistos resultou! O senhor está muito mais manso!

O Orador: E são essas as responsabilidades que vos são pedidas.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito mais manso!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Era só para comentar uma afirmação do Sr. Deputado Artur Lima, que referiu o facto, e afirmou aqui que se estava a registar um aumento do desemprego na ilha Terceira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Não foi isso que eu disse!

O Orador: Eu vou-lhe citar os dados do Ministério da Segurança Social, um ministério tutelado por um membro do seu partido, e são dados oficiais,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sim! Se é um membro do meu partido, não falha!

O Orador: ... do Instituto do Emprego e Formação...

Então, se não falha...

De acordo com um ministério tutelado por um membro do seu partido, havia 3408 terceirenses desempregados inscritos em abril de 2013. Em agosto de 2015, citando a mesma fonte, baixou para 3002, ou seja, menos 12% de desempregados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não disse o contrário!

O Orador: São os dados referentes a um documento oficial proferido pelo Ministério que um membro do seu partido tutela, o que demonstra que há uma redução...

Deputado Jorge Macedo (PSD): E os emigrantes, não estão aí?

O Orador: ... de 12%, de acordo com esses dados, nos desempregados inscritos no período dos últimos 28 meses.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E o pessoal que emigrou, não está aí?

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Prescindo.

Presidente: Tendo prescindido, tem então a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(* **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Naturalmente que esse número eu não o ponho em causa, mas o que eu disse, V. Ex.^a pode ter percebido mal ou eu ter-me explicado mal, foi que o desemprego na ilha Terceira não aumentou apenas com a crise da Base das Lajes, o desemprego já vem aumentando há anos. E se a gente quiser fazer a comparação e ir buscar números de 2002, 2003 para aqui, muito bem. O que eu disse foi que o desemprego não aumentou apenas e devido à Base das Lajes.

Que baixou, pronto, eu fico sempre satisfeito quando há menos desempregados.

Eu acho que todos nós ficamos satisfeitos com isso.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, só para perguntar ao Governo Regional se está em condições de assumir que todas aquelas promessas não cumpridas que eu aqui elenquei vão ser concretizadas até ao fim do presente mandato. É porque algumas delas já têm barbas brancas, já têm mais de 10 anos.

E portanto, é isso que, no âmbito das responsabilidades deste Governo, que presta contas perante esta Assembleia e perante os açorianos, que é importante também esclarecer: é quando.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Não tem nada a ver com aquilo que agente está a discutir!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

Agradeço algum silêncio para podermos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Anteposta de Lei apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos passar então agora ao debate e votação na especialidade.

Não havendo propostas de alteração aos artigos 1.º e 2.º do projeto de DLR, pergunto se os posso votar em conjunto. Penso que sim.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP ao artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 3.º com a alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração e de aditamento ao artigo 4.º, também apresentado pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 4.º com a integração destas alterações.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração ao artigo 5.º, também apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade. **Presidente:** Coloco agora à votação o artigo 5.º com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: E perante esta unanimidade, vou colocar os restantes artigos do diploma à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Votação final global. A anteposta de lei apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos então continuar os nossos trabalhos. Entramos agora no ponto nove da nossa Agenda: **Relatório e Parecer sobre o pedido de autorização para que o Deputado Lizuarte Manuel Machado possa prestar depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito ao Transporte Marítimo de Passageiros e Infraestruturas Portuárias.**

O relatório foi distribuído por todos. Julgo não haver inscrições.

Vamos então colocar de imediato à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de autorização foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos então agora passar ao ponto dez da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 63/X – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A, de 8 de agosto, que estabelece o Regime de Cooperação Técnica e Financeira entre a Administração Regional e a Administração Local”.**

Rege nesta matéria o artigo 146.º do Regimento e após justificada a urgência pelo Governo Regional cada Grupo e Representação Parlamentar dispõe de 10 minutos para usar da palavra uma única vez.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente para apresentar esta Proposta de DLR, ou para justificar a urgência, peço desculpa.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

A urgência da apresentação desta Proposta visa, tendo em conta as intempéries recentemente ocorridas nos Açores em várias ilhas, criar o mais rapidamente possível as condições necessárias a que o enquadramento legislativo da cooperação com as autarquias possa também possibilitar criar mecanismos de cooperação e de apoio às autarquias em momentos de intempéries, como aquelas que ocorreram recentemente nos Açores, e deriva da urgência o facto de quanto mais cedo essa legislação for aprovada, mais rapidamente poder ser permitida a criação de mecanismos de cooperação com as autarquias para apoiar no esforço de minimização dos efeitos decorrentes dessas intempéries.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo inscrições, vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Aprovada a urgência, agora sim, dou a palavra novamente ao Sr. Vice-Presidente para apresentar esta Proposta de DLR.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

O regime de cooperação técnico financeira que a Região tinha com as autarquias locais, quer no âmbito dos municípios, quer no âmbito das juntas de freguesia, não previa a possibilidade de estender essa cooperação em momentos em que derivados de intempéries as autarquias carecessem de um apoio específico, de enquadramento excecional derivado a uma situação efetivamente excecional.

Efetivamente o quadro jurídico que define e baliza a cooperação com as autarquias, quer seja em municípios, quer seja freguesias, tinha até agora uma área que define áreas de cooperação, mas que eram fechadas e que eram definidas consoante se por um lado tivessem enquadramento em fundos comunitários teriam um determinado apoio de comparticipação financeira indireta, ou mecanismos de colaboração quando decorresse essa mesma cooperação de obras ou intervenções que estavam na competência da administração regional e que podia assim, através da colaboração, delegar nas autarquias.

O que aqui propomos é que também em situações de intempéries devidamente identificadas possa o Governo dos Açores apoiar as autarquias locais dos Açores, sejam municípios, sejam juntas de freguesia, até ao montante de 70% dos encargos que se considerem efetivamente enquadrados para que possa também se apoiar as autarquias em investimentos que sejam da sua competência e que não estejam na tipologia que já estava prevista o apoio decorrentes de situações de intempéries que implica a reposição de infraestruturas que tenham sido degradadas, ou que tenham ficado sem funcionar na sequência dessas intempéries.

No fundo, o que se pretende aqui é reforçar os mecanismos de apoio às autarquias locais dos Açores, possibilitando ao Governo apoiar as autarquias em

situações excepcionais decorrentes de matérias imprevistas, neste caso concreto, as intempéries.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Estão então agora abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD encara com bons olhos esta proposta de alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A, em que passa a existir aqui uma possibilidade de em caso de calamidades, de catástrofes ou de prejuízos causados por intempéries, haja a possibilidade da solidariedade institucional entre o Governo Regional e os municípios da Região por danos provocados no património, seja das juntas de freguesia, seja dos municípios, que são organismos que atravessam sérias dificuldades financeiras e, portanto, esta abertura à solidariedade institucional do Governo para com os municípios e para com as juntas de freguesia dos Açores é para o PSD um gesto generoso da parte do Governo.

A solidariedade institucional é sempre um bom princípio na relação institucional entre os órgãos da Região, pois acreditamos que para um Governo que há uns anos para cá vem anunciando orçamentos superavitários é justo que proporcione esta solidariedade que agora aqui fica plasmada também neste diploma.

Nós apenas temos duas ligeiras dúvidas em relação à alteração que é proposta. Uma delas, Sr. Vice-Presidente, é relativa ao artigo 7.º da alteração, em que ficamos com a dúvida se as entidades que se podem candidatar a estes apoios excepcionais serão apenas os municípios ou também as freguesias, no caso de se tratar de património pertença das juntas de freguesia. Ficámos com esta dúvida.

Também no artigo 18.º-A, no seu ponto 3, que diz que “a comparticipação financeira direta do Governo Regional prevista no n.º 3, do artigo 4.º, será fixada pelo Conselho do Governo Regional consoante a gravidade ou a necessidade das situações objeto de apoio, podendo atingir até 70% do montante global a investir.”

Nós achamos que há aqui uma latitude muito grande na decisão, há uma margem de discricionariedade grande que fica muito à mercê da avaliação que o próprio Governo pode fazer ou não da situação em concreto.

Consideramos que seria importante dar mais objetividade a esta situação, regulamentando se calhar *a posteriori* melhor isto, ou então definindo critérios objetivos que pudessem objetivar mais a percentagem a atribuir em função dos danos que têm de ser sanados.

Nesta primeira intervenção gostaria de sublinhar uma vez mais esta generosidade que agora em 2015 este Governo, presidido por Vaso Cordeiro, tem para com os municípios e juntas de freguesia dos Açores nesta matéria, o mesmo Governo que em 2013 não quis ter essa solidariedade institucional para com os municípios afetados também por intempéries, nomeadamente os municípios de Angra de Heroísmo, Povoação e Nordeste, ...

Deputado André Bradford (PS): Não deve estar a falar a sério!

O Orador: ... aquando o PSD apresentou aqui um Projeto de Resolução que deu entrada em junho de 2013, solicitando ao Governo que fosse solidário especialmente com estes três municípios que tinham sido alvo de intempéries e que o Governo Regional fosse solidário também com estes municípios nesta altura.

Deputado Berto Messias (PS): É preciso ter muita lata!

O Orador: Este Projeto de Resolução de junho de 2013 foi chumbado pela bancada do Partido Socialista ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: ... e logicamente representava uma não disponibilidade do Governo Regional para colaborar com os municípios da Região aqui referidos.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Porque o PS apresentou uma Anteproposta de Lei para que o Governo da República assumisse as suas responsabilidades. Não conte só a sua parte!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em primeiro lugar, queria realçar o carácter positivo e de algum modo também solidário do Governo do Partido Socialista para com as autarquias açorianas, nomeadamente aquelas que possam vir a ter e a sofrer situações de estragos (não são só calamidades), intempéries e outras calamidades, mas gostaria também de lembrar a câmara que, como tudo, esta situação tem uma história próxima e uma história remota e a história próxima é que de facto a partir de 2013 o que aconteceu foram algumas coisas que representam a falta de solidariedade de algumas entidades para com os Açores, nomeadamente quando o Governo da República pela Resolução de Conselho de Ministros de 27 de março apoiou a Madeira em incêndios e logo a seguir mandou o Governo dos Açores fazer empréstimos para resolver as calamidades açorianas.

Deputado José Ávila (PS): Aí é que está!

O Orador: Portanto, há aqui uma história que representa a postura habitual do Governo da República, do PSD, que aliás remonta ao próprio sismo de 1998.

Recordo que no sismo 98, em 2002, o Governo da República impediu a Região Autónoma dos Açores de proceder a um empréstimo porque isso representava um acréscimo no défice de 0,04% de agravamento no défice e foi por isso que

se avançou para a constituição daquela sociedade que veio a assumir os empréstimos decorrentes do sismo que diga-se em abono da verdade para os açorianos foi um processo pago pelos açorianos numa percentagem superior a 70% e isso significa que o Governo da República, ou os Governos da República, só participaram o sismo das ilhas do Faial, Pico e São Jorge em 28%.

Portanto, foram os açorianos que participaram essa reparação desses estragos, mas mais uma vez se comprova que os Governos da República do PSD têm sido muito mais padraços para os Açores do que outros governos que têm tido outras posturas, nomeadamente em matéria de calamidades.

Este diploma é por isso um diploma importante para as nossas autarquias, mas também representa o espírito solidário com que o Governo do Partido Socialista entende em matéria de aflição das pessoas e também das entidades que estão próximas delas podem de um modo mais rápido e eficaz resolver os seus problemas. Por isso, é um bom diploma que em boa hora também chega a esta Casa, mas é preciso dizê-lo que é também mais uma vez a capacidade do Governo Regional se chegar à frente quando outras entidades têm demonstrado tanta falta de solidariedade para com os Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Duas questões. Muito rapidamente uma para responder ao Sr. Deputado Cláudio Lopes em relação à referência às juntas de freguesia.

Sr. Deputado, este diploma está dividido em duas partes. Uma parte diz respeito a municípios, uma parte a juntas de freguesia.

O artigo que referiu refere-se à colaboração no âmbito dos municípios; os artigos seguintes do diploma são em relação às juntas de freguesia e, portanto, está dada a resposta nos correspondentes artigos que referiu, porque o diploma sendo das autarquias locais a cooperação é dividida uma parte a regulamentar para as juntas de freguesia, outra parte para os municípios e no conjunto servindo as autarquias locais. Portanto, essa matéria está devidamente esclarecida e respondida.

Só uma segunda parte que é importante dizer.

O Sr. Deputado Cláudio Lopes referiu que os municípios açorianos passam algumas dificuldades.

Pois, passam algumas dificuldades. O Sr. Deputado esqueceu-se de dizer é porquê.

É bom lembrar que desde 2011, ou seja, durante esta legislatura do atual Governo da República foram retiradas às autarquias dos Açores transferências do orçamento de Estado (autarquias, câmaras e juntas de freguesias) 20 milhões de euros a menos do que tinham quando se iniciou a legislatura em 2011.

Portanto, há aqui uma redução da solidariedade nacional de 20 milhões de euros para as autarquias dos Açores só nesta legislatura que agora termina. Evidentemente essa realidade trouxe dificuldades acrescidas às autarquias.

Neste contexto, o que nós pretendemos é, tendo em conta essa realidade de redução objetiva de recursos para as autarquias da Região impostas pelo Governo da República nessa ordem de grandezas que é extremamente significativa (aliás, em 2015 as transferências para as autarquias são em 2,5% inferiores àquelas que eram em 2011 ainda), face a essa realidade o Governo dos Açores faz um esforço adicional para, do ponto de vista de cooperação, fazer face a uma situação que também é excecional e que as autarquias não tinham isto previsto no âmbito, obviamente, dos seus planos de atividades, como a Região também não o tinha, obviamente, mas que assumimos essa

mesma solidariedade e esse apoio, aliás da mesma maneira que o fizemos com as famílias que foram atingidas, fazendo aprovar uma resolução concreta e objetiva de apoio às famílias, quer através do apoio à habitação, quer através ao apoio aos equipamentos que ficaram danificados ou inutilizados por essas mesmas intempéries e também às empresas que também foram afetadas pelo mesmo, criando também um regime de apoio específico para as empresas.

Isto é, nós numa situação excepcional tomamos medidas que sendo excecionais e não previstas criam condições de solidariedade para que se possa minimizar e anular os efeitos de uma situação que foi de intempérie e não imprevista e assumindo nós a responsabilidade que se calhar era de outros.

Podíamos estar agora facilmente a discutir que outros assumem essa responsabilidade. Nós tomámos a decisão de não ficarmos pelas palavras, fomos à ação e com isto pretendemos resolver problemas derivados desta situação, das empresas, das famílias e da comunidade local através das suas autarquias.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa não tem mais inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Contente, o senhor não fugiu à tentação de recuar no tempo

...

Deputado José Contente (PS): É verdade!

O Orador: ... e relembrar outros momentos em que foi solicitada a solidariedade social e o que é que aconteceu com essas situações. Pois vou ajudá-lo a reconstituir um bocadinho a história, se me permitir.

Antes de mais, gostaria que esta abordagem ao passado fosse feita com a maior seriedade possível e é isso que vou procurar fazer e vou começar por referir-me ao valor monetário que foi solicitado ao Governo da República em 2013 para que o Governo Regional pudesse fazer face aos prejuízos ocorridos na Região fruto das intempéries ocorridas em março desse mesmo ano. Vamos começar por esse valor, os 35 milhões de euros.

Este mesmo Projeto de Resolução do PSD que aqui referi há bocadinho, teve um percurso aqui neste Parlamento, porque baixou à Comissão competente na matéria e foram assim solicitados pareceres aos três municípios em causa com mais prejuízos patrimoniais: à Povoação, a Angra do Heroísmo e ao Nordeste.

Os ofícios de resposta a esse pedido da Comissão e da Câmara da Povoação data de 3 de setembro de 2013 e diz assim: “Nada temos a informar, uma vez que os factos associados ao sucedido são da responsabilidade do Governo Regional.” Fim de citação.

Isto da Câmara da Povoação.

Da Câmara de Angra do Heroísmo diz o seguinte, uma informação datada de 10 de setembro de 2013: “Este município já encetou todos os procedimentos para dar início às suas obras, assegurando os respetivos fundos. No entanto, caso haja, quer por parte do Governo Regional, quer por parte do Governo da República apoio financeiro, será um reforço muito positivo.” É a única resposta da Câmara de Angra.

Da Câmara Municipal do Nordeste, sim, recebemos um dossier relativamente extenso, bem documentado, com fotografias e com orçamentos e o orçamento global para os prejuízos então evocados pela Câmara do Nordeste eram de 416.007,90€.

Trabalhemos em números redondos. Supúnhamos que era um prejuízo no Nordeste de meio milhão de euros, os senhores, o Governo Regional dos Açores, quando faz um pedido de 35 milhões ao Governo da República refere,

tem o cuidado de referir, que da totalidade dos prejuízos ocorridos na Região 90% reportam-se a prejuízos no património da Região, portanto, do Governo Regional, da alçada do Governo Regional, e 10% dos municípios.

Deputado Manuel Pereira (PS): Não, não é!

O Orador: Ora, se nós fizermos agora as contas, meio milhão de euros, representando 10% que é o prejuízo declarado dos municípios estaríamos a falar de um prejuízo global de 5 milhões de euros e os senhores pedem 35 milhões de euros.

Portanto, gostaria também, se pudessem, que explicassem, porque isto passou-se há dois anos, se calhar ainda têm as contas mais ou menos presentes, porque é que pedem cerca de sete vezes mais aquilo que foram os documentos oficiais que entraram neste Parlamento.

Esta é uma primeira questão.

Segunda questão: as tempestades ocorreram a 14 de março de 2013 e os Srs. Deputados socialistas na República, ...

Deputado André Rodrigues (PS): Podia ser só um milhão. Tem de dar!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Pedir é fácil!

O Orador: ... eleitos pelos Açores, Srs. Carlos Enes e Ricardo Rodrigues, em 28 de março de 2013 dirigem uma pergunta ao Governo da República que é dividida em duas alíneas: “Que razões estão na origem da mudança de critérios no apoio a esta situação de calamidade que afeta a Região Autónoma dos Açores?”

Segunda questão: “Qual é em concreto a participação direta do Governo da República para ajudar a solucionar os estragos materiais provocados pelas intempéries?”

Esta resposta é colocada a 1 de abril e a 10 de abril o Governo da República dá a resposta aos Srs. Deputados. Aqui também se vê a atenção que o Governo da República dá às questões colocadas pelos Srs. Deputados na Assembleia da

República. Estamos aqui a falar de nove dias de diferença entre a pergunta e a resposta.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É como aqui!

O Orador: Aqui é ligeiramente muito diferente e a resposta do Governo da República é esta: ...

Deputado André Rodrigues (PS): Tiveram prejuízos! Vão à banca!

O Orador: ... “Assim, a Resolução do Conselho de Ministros aprovada em 27 de março, portanto, é respeitante aos Açores e ao pedido dos Açores, permite que os municípios afetados possam ultrapassar os limites de endividamento líquido para financiamento das intervenções necessárias à recuperação das infraestruturas e dos equipamentos atingidos, retomando o disposto na Resolução relativa à Região Autónoma da Madeira.”

Portanto, o Governo da República deu aos Açores tratamento igual que deu em 2012 à Região Autónoma da Madeira.

E continua: “O Governo da República teve o cuidado de dar conhecimento prévio do texto do Projeto de Resolução ao Governo Regional antes do Conselho de Ministros de 27 de março. Em resposta, o Governo Regional agradeceu o gesto e sugeriu tão só que fosse aditada ao Projeto de Resolução a possibilidade de ultrapassagem dos limites de endividamento da administração regional, evocando que uma parte substancial, mas não detalhada dos prejuízos se tinha verificado em equipamentos da responsabilidade ou propriedade da Região.” Ponto final.

Aqui o Governo da República acrescenta que este pedido que o Governo Regional faz ao Governo da República se transforma numa impossibilidade formal, porque se está a pedir ao Governo da República aquilo que o Governo da República não tem competência para fazer, porque esta competência de autorizar a ultrapassagem dos limites de endividamento das regiões autónomas é competência exclusiva da Assembleia da República.

Portanto, isto ficou muito clarinho nesta data, em 10 de abril de 2013.

A história continua um bocadinho.

Deputado André Rodrigues (PS): Vão à banca!

O Orador: Reconhecendo isto o PS dos Açores e o Governo Regional dos Açores apresentam neste Parlamento uma Anteproposta de Lei que aqui já foi evocada pelo Sr. Deputado Berto Messias, uma Anteproposta de Lei que entra neste Parlamento a 19 de junho de 2013. Essa Anteproposta de Lei pretende fixar os meios que asseguram o financiamento do Governo da República à Região Autónoma dos Açores para fazer aos prejuízos causados pelas intempéries que assolou os Açores a 14 de março de 2013, cumprindo assim com o princípio constitucional da solidariedade social.

Esta Anteproposta de Lei, que solicitava os tais 35 milhões de euros, entrou no Parlamento nacional já no final do período legislativo, portanto, em fim de junho, e o fim do período legislativo é em julho de 2013. Portanto, não houve possibilidades de agendamento desta Anteproposta de Lei.

Vem agosto, o mês de setembro ...

Deputado José Contente (PS): Só desculpas!

O Orador: ... é como sabem o mês de preparação da discussão do plano e orçamento para 2014 e em outubro e novembro de 2014, no Parlamento nacional, o que se discute é o Orçamento de Estado.

Deputado André Bradford (PS): Coitados do Governo da República!

O Orador: Entretanto esta Anteproposta de Lei nunca foi agendada durante o ano de 2013 na Assembleia da República, porque este agendamento tem de obedecer a prazos que estão estipulados na lei.

Deputado Aníbal Pires (PCP): No ano de?

O Orador: Portanto, esta Anteproposta de Lei caduca, porque ela própria tem um prazo de vigência que termina a 31 de dezembro de 2013, portanto, a

história deste diploma que saiu daqui desta Região Autónoma dos Açores e deste Parlamento caducou a 31 de dezembro de 2013.

Portanto, o resto da história penso que já sabem.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não, não! Faltam os pormenores!

O Orador: A Anteproposta de Lei por diligências feitas pelos deputados eleitos pelos Açores, pelo PSD, na Assembleia da República, ...

Deputado André Bradford (PS): Quais? Os que não vão voltar mais?

O Orador: Os três que tiveram a coragem de enfrentar o seu próprio Governo e defender os açorianos, fazendo com que os açorianos hoje paguem menos impostos. São esses que o senhor já ouviu falar deles.

Acontece que esta Anteproposta de Lei acaba por ser agendada só em outubro de 2014 e não foi levada à Comissão (é diligência feita pelos três deputados do PSD eleitos pelos Açores), porque o PS, na Assembleia da República, não quis que este diploma baixasse à Comissão onde o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República pretendia confirmar se o princípio da solidariedade institucional da República para com as Regiões Autónomas tinha sido cumprido ou não e caso não tivesse sido cumprido teria de ser chamada a responsabilidade a quem de direito.

Portanto, este é o percurso dessa Anteproposta de Lei, Sr. Deputado Berto Messias, Sr. Deputado José Contente.

Deputado José Contente (PS): Esse é ‘um’ percurso. Não é ‘o’ percurso! É ‘um’! Vão receber agora um prémio!

O Orador: Sobre a votação desta Anteproposta de Lei também vos quero dizer que os três deputados eleitos pelo PSD dos Açores à Assembleia da República abstiveram-se nessa votação que levou ao chumbo desta Anteproposta de Lei.

Portanto, significa uma coisa: que à linha bem definida que separa o comportamento dos deputados do PSD/Açores neste Parlamento e aqueles que são eleitos para o Parlamento da República que se distingue dos deputados

eleitos pelos Açores na Assembleia e dos deputados do PS neste Parlamento que é: quando se tratam dos interesses superiores dos Açores, seja qual for o Governo que esteja na República, nós pomos em primeiro lugar os interesses dos Açores e dos açorianos contrariamente aos senhores.

Deputado André Bradford (PS): E em segundo lugar põem-nos em casa!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta intervenção, e antes de tecer algumas considerações sobre esta iniciativa que o Governo Regional nos traz aqui e já que estamos a falar, enfim, da história relativamente recente e foram dadas aqui algumas informações e interpretados determinados percurso, é importante acrescentar mais alguma coisa que foi obliterada, designadamente, pela bancada do PSD.

A primeira iniciativa na Assembleia da República foi uma iniciativa do PCP, um Projeto de Resolução, que visava acionar o fundo de emergência para situações como aquela que se tinha verificado nos Açores. Esse Projeto de Resolução foi discutido e foi aprovado por unanimidade, isto é, o PCP, o Partido Ecologista os Verdes, o Bloco de Esquerda, o CDS-PP, o PS, o PSD, aprovaram (e muito bem) aquele Projeto de Resolução, isto ainda no primeiro semestre de 2013.

É importante aqui também dizer o seguinte: sei que o Dr. Mota Amaral teve um papel importante para que esse Projeto de Resolução fosse aprovado pela bancada do PSD. Sem dúvida! Aliás, o Dr. Mota Amaral tem o prémio, pelos

vistos o PSD acha que ele merece, mas isso é outra questão e é uma questão interna do PSD.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não se meta nisso!

O Orador: Meto-me, meto-me, sim senhor!

Entretanto, o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade e o fundo de emergência não foi acionado.

Não foi acionado e o que é que o PCP faz?

Em sede de discussão do orçamento para 2014, portanto, naquele período que há pouco referiu, o PCP no conjunto e número de propostas que faz ao plano e orçamento na República, fez uma proposta no valor de 35 milhões para afetar, isto é, para dar cumprimento ao Projeto de Resolução, à recomendação que tinha sido aprovada, mas pasme-se! Não foi aprovada essa proposta de alteração para o orçamento de 2014 e não foi aprovada porquê?

Porque os votos do Partido Ecologista os Verdes, do Bloco de Esquerda e do PCP não foram suficientes para aprovar essa proposta, porque para o orçamento de 2014 essa proposta do PCP foi chumbada pelo CDS, pelo PSD e pelo PS.

Deputado Berto Messias (PS): Porque o PS tinha uma proposta própria! É preciso dizer isso!

O Orador: Foi rejeitada esta proposta pelo CDS, pelo PSD e pelo PS.

Deputado André Bradford (PS): No ano seguinte!

O Orador: Portanto, no ano seguinte, sim senhor, uma vez que aquela recomendação nunca mais produziu efeito, tendo sido aprovada por Vs. Exas. e por Vs. Exas e todos os outros ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Todos aprovaram?

O Orador: Certamente!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor também?

O Orador: Se a proposta era nossa! Oh, Sr. Deputado Artur Lima, vai-me perdoar, mas agora não lhe dou espaço. Vai-me perdoar, mas agora não lhe dou!

Orçamento para 2015: o PCP renova a proposta em sede de orçamento ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a cassette!

O Orador: É o *blue-ray*!

Renova a proposta!

Desta vez também a proposta que remetia a 2013 não foi aprovada. Há depois é alguma alteração, tenho que lhe dizer. Houve alguma alteração no sentido de voto. Desta vez os votos do Partido Ecologista os Verdes, os votos do Bloco de Esquerda, do PCP e do Partido Socialista não foram suficientes para fazer aprovar essa proposta, porque o CDS-PP e o PSD voltaram a reprovar essa proposta.

Portanto, isto não foi dito, nem pela bancada do PS, nem pela bancada do PSD. Não se percebe muito bem porquê, mas de vez em quando obliteram-se assim algumas informações e é bom que para além da informação que já aqui foi referenciada, quer pela bancada do PS, quer pela bancada do PSD, que se complete a informação com estes pormenores que têm a importância que têm, mas que dizem muito de quem representa, ou não, e bem o povo açoriano.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Feito este enquadramento histórico, dou agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só para deixar ficar um registo de profundo lamento.

Profundo lamento pela intervenção do PSD.

O PSD sobre um diploma que permite apoiar as autarquias açorianas num momento de graves intempéries disse nada, falou zero e passou 10 minutos

(repite: 10 minutos!) a defender o Governo da República por não ter apoiado os Açores em 2013. Passou 10 minutos a defender ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Repito: passou 10 minutos a defender que a República não apoia os açorianos. Passou 10 minutos a apoiar a recusa de solidariedade com os Açores, recorrendo e apoiando quem disse que não apoiava quem precisava no momento e sobre uma proposta que apoia aquilo que os outros não apoiam nem uma palavra dirigiu e, portanto, para quem diz que quer falar de futuro e não de passado estamos absolutamente conversados.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Mas a situação seria lamentável e grave se fosse apenas esse o objetivo, mas quando se recorre a argumentários para justificar esta posição inqualificável a situação ainda se torna mais grave.

Primeiro argumentário que eu acho que nunca devia ser usado por essa bancada neste momento: citar o Sr. Deputado Mota Amaral.

Deputado António Marinho (PSD): Como é que é?

O Orador: Se há coisa que o PSD/Açores neste momento não deve fazer é citar o Sr. Deputado Mota Amaral, porque lembro-me exatamente e muito bem ... Disse que o Sr. Deputado Mota Amaral se tinha absterido nesta proposta.

Sabe qual é o problema citando o Sr. Deputado Mota Amaral?

É que o Regimento que os senhores aprovaram para o vosso Grupo Parlamentar na Assembleia da República já não permitirá na próxima legislatura que os deputados dos Açores voltem a abster-se.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E quem disse que o Regimento que o PSD aprovou para os deputados da Assembleia da República é inconstitucional e viola ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: ... os estatutos do próprio partido não fui eu, foi o Sr. Deputado Mota Amaral.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, vamos ser claros sobre esta matéria. Os deputados que são eleitos pelo PSD nos Açores estão proibidos de apoiar os Açores e obrigados a votar contra os Açores. É esta a realidade e é lamentável que tenham trazido esta matéria aqui.

Deputado António Ventura (PSD): Isso é uma manobra para fugir!

O Orador: Mas mais lamentável ainda é tentar, para justificar a falta total de apoio à Região, numa situação de calamidade que ocorreu no passado, invocar algumas coisas que não correspondem objetivamente à realidade.

Só vou citar duas muito rapidamente, porque acho que este debate foi lamentável na argumentação, foi lamentável no objetivo quando nós estamos aqui a criar condições para apoiar quem precisa numa situação de calamidade os senhores não falam sobre isso e vão justificar que no passado não tenham feito exatamente o mesmo.

As duas questões muito rapidamente é o argumento ...

Eu digo-lhe uma coisa, Sr. Deputado: não há justificação, interesse político, campanha política entre precipitação, preocupação, nervosismo com resultados

que justifique um deputado nesta Casa arranjar argumentos que não são verdadeiros para dizer que os Açores pediram mais do que deviam à República. Quem defende os Açores nunca diz nesta Casa que os Açores pediam mais do que deviam à República ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... e usando um caso que não é verdade!

Deputado Duarte Freitas (PSD): José Sócrates não diria melhor!

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Para a frente que é caminho!

Deputado Bruno Belo (PSD): Não vale tudo!

Deputado António Marinho (PSD): O senhor não queria dizer isso!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Gente séria!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Primeiro: o apoio que foi dado ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos restabelecer algum silêncio para podermos continuar o debate.

O Orador: Compreendo o nervosismo e partilho o vosso nervosismo e as vossas preocupações, porque espero que o vosso resultado nas próximas eleições não seja tão mau como muitos que estão sentados nesta bancada o desejam.

Portanto, sobre essa matéria só quero dizer: não é verdade que o apoio que foi indicado pela República, que foi nenhum, seja correspondente exatamente ao mesmo que foi atribuído à Madeira.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso é a escola de José Sócrates!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, pela segunda vez chamo a vossa atenção. É necessário estarem criadas as condições para que se possa continuar o debate.

Sr. Vice-Presidente, pode continuar.

O Orador: Não é verdade, porque foram feitas transferências adicionais do Orçamento de Estado para a Região Autónoma da Madeira depois das calamidades de 2011. Foram feitas transferências adicionais até ao ano passado no montante anual de 50 milhões de euros para o Governo da Madeira.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Às datas que eu referi é verdade! O senhor seja sério! Está gravado!

O Orador: Portanto, não é verdade que o apoio que propuseram atribuir aos Açores fosse igual ao da Madeira, foi reforçado o fundo de coesão para os investimentos na Madeira. Portanto, o Sr. Deputado faltou, nessa matéria, à verdade.

Deputados Bruno Belo e Luís Rendeiro (PSD): Foram as autarquias que disseram!

O Orador: E segunda questão, Sr. Deputado, dizer que os prejuízos das autarquias dos Açores foram de apenas 500 mil euros é alguma coisa que falta claramente à verdade.

E a técnica que o senhor usou foi usar um município que referiu 500 mil euros, outro município que disse que o montante era global, mas que já estava enquadrado no âmbito dos fundos comunitários e que totalizava uma vasta ...

Basta ir ao portal do PROCONVERGENCIA e verem as duas oras que a Câmara Municipal de Angra candidatou no âmbito dessas calamidades no montante de 3 milhões euros para terem os 3 milhões e meio, mas isso não é o que nós vamos discutir aqui. Não é isso que interessa discutir aqui. O que interessa discutir aqui é que estamos perante uma situação onde há um partido que tenta baixar o valor de uma calamidade nos Açores para que a República apoie menos os Açores do que aquilo que devia. É isso que está aqui em causa e é isso que é profundamente lamentável.

Deputado André Rodrigues (PS): Isso não entra!

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Vá ver os documentos que estão na Comissão neste Parlamento!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Lamentável!

Não há, Sr. Deputado, período eleitoral, campanha eleitoral, interesses partidários ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): A escola de José Sócrates! Ninguém diria!

Deputado Luís Maurício (PSD): O esbanjamento!

O Orador: ... que ponham acima da defesa dos Açores em matéria que a todos nos deviam unir e não que venham para aqui tentar justificar algo de há quatro anos atrás e tentar dividir e essencialmente fragilizar uma posição dos Açores no passado só para defender um Governo que nesta matéria não teve nenhuma solidariedade com os Açores ...

Deputado Luís Maurício (PSD): É o gastar o que não tem!

O Orador: ... e mais importante gastaram nisto 10 minutos e perante o diploma que pretende apoiar quem efetivamente teve prejuízos e consequências dessas intempéries falaram zero, dedicaram zero minutos da vossa atenção a esta Proposta ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... de apoiar os açorianos que precisam com estas intempéries e dedicaram 10 minutos do vosso tempo a defender um Governo da República que num momento de intempérie apoiou em zero os Açores.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O esbanjamento!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Maurício (PSD): Tudo gente séria!

Deputado Duarte Freitas (PSD): É a escola de José Sócrates! Sabes onde é que ele foi parar!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, a sua verdade fica consigo e a minha verdade é a minha verdade.

Deputado Manuel Pereira (PS): Tem de ver melhor a resposta da camara de angra!

Deputado André Bradford (PS): A sua verdade é a mentira!

O Orador: Se o senhor esteve atento à minha intervenção todas as referências que fiz aos documentos solicitados as três câmaras em causa e que deram entrada formal neste Parlamento, na Comissão de Política Geral, têm as datas que eu aqui referi, têm os conteúdos que eu aqui referi e, portanto, a verdade é esta que eu aqui referi.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: O senhor pode ficar com a sua verdade, porque a minha verdade coincide com a realidade dos factos, porque aconteceu nesta Comissão e neste caso em concreto.

De resto, fiquei aqui por uns escassos segundos arrepiado de ver a bancada do Partido Socialista aplaudir o nome do Dr. Mota Amaral. Isto deixou-se sensibilizado e arrepiado! Ao que havíamos de chegar!

A bancada do Partido Socialista em uníssonos, junto com o Governo, a aplaudir o nome do Dr. Mota Amaral!

Bem-vindos ao nosso clube, porque também nós temos muito orgulho do percurso do Dr. Mora Amaral no nosso partido.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Seriedade, Sr. Vice-Presidente, é ser rigoroso e transparente quando estamos a pedir solidariedade de alguém e não é assim. Tudo quanto vier é bem-vindo e quanto mais melhor.

Deputado Manuel Pereira (PS): É preciso saber fazer contas!

O Orador: Não é assim que se lida com a dificuldade, nem com a seriedade entre as instituições. Isto é tipicamente uma saída à socialista: quanto mais melhor, o que importa é empurrar para a frente.

Deputado André Rodrigues (PS): O que é preciso é fazer contas!

O Orador: Depois, eu aqui tive uma primeira intervenção, se o senhor ouviu (não sei se estava cá, ou então se estava cá devia estar distraído a mexer no telemóvel ou a fazer outra coisa qualquer), ...

Deputado André Rodrigues (PS): Quem está sempre ao telemóvel é o Deputado Duarte Freitas com a República!

O Orador: ... que passei longos minutos (se calhar também não me está a ouvir agora) ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... iniciais a elogiar esta iniciativa e o senhor desprezou esses minutos da minha intervenção inicial. Quis agarrar-se a essa questão, mas essa questão também foi suscitada pelo Deputado Berto Messias, que é que referiu a Anteposta de Lei e pelo Deputado José Contente que até recuou a 98, ao sismo de 98.

Deputado José Contente (PS): Ainda vou recuar mais!

Deputado Luís Maurício (PSD): Podemos ir ao Vulcão dos Capelinhos!

O Orador: Eu também posso recuar mais um bocadinho ainda, temos mais para falar, Sr. Deputado.

Portanto, é assim Sr. Vice-Presidente: é verdade que posteriormente àquela Resolução do Conselho de Governo da República em relação à Madeira em 2012, houve pois apoios diferentes para a Madeira, mas também houve para os Açores e vou dizer-lhe quais foram. É que aquilo que era solicitado pelo Governo dos Açores ao Governo da República era que houvesse reforço das verbas dos fundos comunitários ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Vai pedir ao vizinho do lado!

O Orador: ... e nós estávamos no final do Quadro Comunitário de Apoio quando já não era possível fazer nenhuma reprogramação do quadro, mas tem mais.

A Região Autónoma dos Açores não tinha utilizado a totalidade dos fundos comunitários e o Governo da República permitiu que essa reserva de fundos comunitários que não tinham sido utilizados pela Região pudessem ser transferidos para este novo Quadro Comunitário de Apoio e isso foi feito.

E sabe o que é que o Governo dos Açores disse?

Ficou muito satisfeito, disse assim: “O Governo da República comunica [deixaram em 2013] que os Açores deixaram verbas comunitárias por executar em valor muito superior ao da reprogramação solicitada na proposta da ALRAA e já em 2014 o Governo da República autorizou que estas verbas transitassem para o atual Quadro Comunitário de Apoio conforme pedido pelo Governo Regional dos Açores que logo se mostrou publicamente satisfeito com a programação prevista para 2014-2020, afirmando claramente que a Região dos Açores vai receber todas as verbas que solicitou ao Governo da República.”

Depois ainda tem mais, Sr. Vice-Presidente, não só o Governo da República foi compreensivo e quis ajudar os Açores permitindo que os fundos comunitários

de um quadro pudessem transitar para o outro, como os senhores propriamente aqui dentro da Região, a vossa solidariedade para com os municípios da Região traduz-se no seguinte número: é que do Quadro Comunitário que terminou em 2013 os senhores ficaram com cerca de 60 milhões de euros que eram dos municípios ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e neste novo Quadro Comunitário de Apoio os senhores já fizeram a repartição e sabe quanto é que retiram aos municípios da Região relativamente ao quadro anterior?

Mais 30 milhões! Portanto, os senhores têm 90 milhões para serem solidários com os municípios dos Açores, só não são se não tiverem mesmo boa vontade política.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que a bancada do PSD esgotou o seu tempo com esta intervenção.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo: ...

Deputado António Marinho (PS): Em 1700 e ...!

O Orador: Em primeiro lugar, o Sr. Deputado Cláudio Lopes esqueceu uma coisa básica inicial: é que a Resolução do Conselho de Ministros de 27 de março é muito clara. Diz que para além do apoio geral (isto refere-se à Madeira) “determinar a criação de um fundo destinado a suportar os encargos resultantes dos estragos causados pelos incêndios, nomeadamente a reconstrução e a

reparação de habitações e de unidades de exploração económica, bem como a cobertura de outras necessidades sociais.”

Isto é a primeira resposta distinta daquilo que ficou consignado na última resposta do Governo da República que é: “têm prejuízos, vão à banca”.

Isso é a primeira verdade e a verdade indesmentível com essa história toda que o senhor pretende fazer, mas há aqui outra coisa também.

O Sr. Deputado veio aqui dizer uma coisa que não corresponde à verdade: é que os Deputados do PSD na República, independentemente do Governo, defendem sempre os Açores.

Isto não é verdade! Não é verdade e vou-lhe provar que não é verdade.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É verdade, é!

Deputado Bruno Belo (PSD): É, é!

O Orador: O senhor se ler o jornal o *Diário da República* de 26 de setembro de 2002 vê aqui um deputado do Partido Socialista que pediu ao Governo da República de então, de Durão Barroso, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Estamos quase no Vulcão dos Capelinhos!

O Orador: ... para que a Região se pudesse endividar (isto tem importância, porque isso faz parte da história dos Açores, não é da história do Salazar) e por isso o Governo da República foi instado a permitir uma autorização de endividamento ao Governo Regional dos Açores para acudir ao sismo do Faial, do Pico e de São Jorge, o Governo da República e os deputados do Governo da República, incluindo os dos Açores que lá estavam, votaram contra um endividamento que representava 0,04% do défice público ou de agravamento do défice.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quem era?

O Orador: Portanto, isso não é verdade que defendam sempre. Aliás, o que se passou hoje aqui é um certo prelúdio daquilo que vai acontecer na próxima legislatura.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Volta Seguro que estás perdoado!

O Orador: Os senhores já estão formatados para a obediência ou para a subserviência nacional e, portanto, nós já percebemos que essa subserviência com as regras do vosso grupo parlamentar estão já acertadas e, portanto, é por isso que tenho esse problema com o vosso criador.

Faz lembrar a velha história das criaturas a quererem matar o criador, mas pelos vistos se os próximos resultados eleitorais não forem muito de feição os senhores vão voltar a ter um problema com o vosso criador. Isso nós já percebemos.

Mas há mais uma coisa que eu vos queria dizer.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E as intempéries?!

O Orador: O que se passa nesta matéria é que os governos do Partido Socialista nos Açores e também na República sempre dialogaram e colaboraram bem e em todas as calamidades que nós conhecemos desde 1996 se houve alguém que nunca participou devidamente as calamidades dos Açores e que voltou a reiterar isto agora são os governos do PSD.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Foi o Guterres!

O Orador: Por isso, não vão merecer a confiança dos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Lopes, pede a palavra para?

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sra. Presidente, é uma interpelação à Mesa, porque acho que neste Parlamento a verdade tem de ser dita e quando não é dita tem que ser reposta e em nome da verdade, e atendendo àquilo que o

Sr. Deputado José Contente acaba de dizer de que sempre houve solidariedade do Governo da República no tempo do PS para com a Região, gostava de provar através de documentos que nem sempre foi assim e relembrar as calamidades na Terceira, em dezembro de 2009, em que o então Presidente do Governo afirmava que perante prejuízos de 10 milhões de euros não tinha necessidade de recorrer à solidariedade da República. Depois acontece que o Sr. Sócrates, que era o Primeiro-Ministro da altura, acabou por mandar para a Região, ou fez uma notícia a dizer que dava 250 mil euros, só que esses 250 mil euros era uma verba que resultava das transferências da Segurança Social a que os Açores já tinha direito. Portanto, isto era uma mão cheia de nada.

Era só para entregar à Mesa, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Será depois distribuído o documento.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para lamentar que o Sr. Deputado Cláudio Lopes tenha voltado a não afirmar a verdade.

Não vou introduzir outra vez as questões que já introduzi, mas só para repor os factos.

Primeira questão, Sr. Deputado: é completamente falso que a Região não tenha executado a 100% o seu programa operacional ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Um 100 muito suspeito!

O Orador: ... e esse dado é público.

O senhor consulta o *site* que tem o PROCONVERGENCIA e vê que a execução foi de 100% em termos do PROCONVERGENCIA.

Deputado Luís Maurício (PSD): Um *site* insuspeito!

O Orador: Portanto, o que o senhor disse não corresponde à verdade.

Segunda questão: aos municípios dos Açores não lhe foi retirada nenhuma verba em relação à dotação que tinham. Os municípios dos Açores têm até ao dia 31 de dezembro de 2015 ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Documente isso! Isso é por boca!

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Estava esquecido!

O Orador: ... para executar integralmente o *plafond* que lhe foi atribuído no princípio sem ser retirado um cêntimo. Se algum município não executa é porque não tem capacidade para executar, não é que lhe tenha sido retirado um único cêntimo.

Terceiro aspeto: em relação ao novo Quadro Comunitário de Apoio não foi reduzido absolutamente nada para os municípios, muito pelo contrário.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É preciso ter lata!

O Orador: Há um aumento substancial das dotações para os municípios.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Ai não! O que quer dizer 162 para 198?

O Orador: Diga, diga?

Presidente: Não entrem em diálogo, por favor.

O Orador: O que é que quer dizer 162 para 198, Sr. Deputado?

Mais um erro que o Sr. Deputado comete e já são demasiados por hoje, que já começo a ter pena de tantos erros.

O senhor não está a referir o Quadro Comunitário, o senhor está a referir o FEDER ...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): São as verbas para as autarquias!

O Orador: ... e omitiu o Fundo Social Europeu que também está no PO. O senhor esqueceu-se do Fundo Social Europeu para o qual ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... são afetos dezenas de milhões de euros para as autarquias.

O senhor acha que uma autarquia como a de Vila do Porto que tem 70 pessoas no âmbito do programa Recuperar, não é o Fundo Social Europeu que financia a autarquia para esse programa Recuperar e para essas pessoas?

Mas vou-lhe dizer ...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Os senhores é que anunciam os 162! Não podem ser levados a sério!

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Sócrates deixou aqui uma escola!

O Orador: São os dados objetivos.

Depois, para concluir, sabe qual é o problema de um aluno ser cábula?

É que quando lhe dizem uma coisa errada, repete um erro e o que o Sr. Deputado veio aqui dizer da transição de verbas para o novo Quadro Comunitário de Apoio ou não lhe contaram bem a história, ...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Essa já não tem piada! O senhor já disse isso muitas vezes! Já não pega!

O Orador: ... ou o senhor tentou omitir a história, porque essa transição que está a referir, primeiro, não é do Programa Operacional dos Açores; ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor Cláudio Lopes falou com documentos na mão!

O Orador: ... segundo diz respeito a um Programa Operacional nacional – POVT – fundo de coesão que não é um programa dos Açores e essa transição refere-se à obra do tratamento de resíduos de São Miguel, cuja transição foi pedida pelo Presidente de Câmara de Ponta Delgada, que é do PSD, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor é perito em confundir! Baralha tudo! Não diga mais nada!

O Orador: ... pelo Presidente de Câmara da Ribeira Grande, que é do PSD, e, portanto, é essa matéria que não tem a ver com o PO regional, tem a ver com o POVT nacional e foi esse pedido que o Governo dos Açores apoiou para que as autarquias ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... de Ponta Delgada e da Ribeira Grande não perdessem esses fundos excepcionais que não têm no âmbito do PO dos Açores.

Quando não se sabe do assunto, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... quando se traz um documento que alguém lhes diz para ver se pega, é essa a resposta que dá e é esse papel lamentável que acabou de fazer.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, pela terceira vez vos chamo a atenção e apelo a todas as bancadas alguma serenidade e alguma contenção nos apartes e no diálogo inter bancadas, porque o debate muitas vezes quer-se emocionado e combativo, mas o que está a acontecer nesta sala de plenário é claramente barulho que nos impede de nos ouvirmos uns aos outros e para não ter que interromper os trabalhos apelo a todas as bancadas o favor de poderem permitir que nos consigamos ouvir.

Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos para matar uma lagartixa que está aqui na sala.

Presidente: Não vai matar a lagartixa, Sra. Deputada?

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor.

(Pausa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, nós estamos num Parlamento.

Às vezes esquecemo-nos que estamos num Parlamento.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Penso que o motivo do intervalo está sanado, portanto, não há motivo, mas se a Sra. Deputada insiste no intervalo é regimental e não tenho outra opção.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Estava a incomodar e estava a atrair a atenção no fundo de muitos de nós para a criatura em causa. Está sanada e, portanto, isso quer dizer que eu fico com 15 minutos de intervalo para pedir noutra oportunidade.

Presidente: Agradeço, Sra. Deputada.

Vamos então continuar os nossos trabalhos.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de DLR apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao debate e votação na especialidade.

A votação será feita como é habitual pela ordem cronológica dos artigos que estão a ser alterados.

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao n.º 1, do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração do Governo ao n.º 3, um aditamento do n.º 3, ao artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS à alínea b), do artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora então à votação a proposta do Governo, o aditamento de uma alínea e) a este mesmo artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Governo ao artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: E agora coloco à votação, penso que poderei votar em conjunto as duas propostas de alteração apresentadas pelo PS aos artigos 41.º e 42.º.

Não havendo oposição, serão colocadas à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: As propostas de alteração anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Estão concluídas as votações do n.º 1, do artigo 1.º desta Proposta de DLR. Agora coloco à votação a proposta de alteração do PS ao n.º 2 da proposta do Governo, n.º 2, do artigo 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação também uma proposta de aditamento por parte do PS de um n.º 3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 1.º desta Proposta de DLR com as alterações que acabámos aqui de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação o artigo 2.º da Proposta de DLR.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do PS ao artigo 3.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação este mesmo artigo 3.º com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Por fim, o artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global, a Proposta de DLR foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Concluimos assim o ponto 11 da nossa Agenda.

Vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

Eram 16 horas e 34 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 59 minutos.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, agradeço então que se sentem para podermos recomeçar os nossos trabalhos.

Entramos no ponto 12 da nossa Agenda: [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 131/X – “Recomenda ao Governo Regional a aplicação das recomendações do "parecer fundamentado" da Comissão Europeia que "insta Portugal a pôr fim ao tratamento discriminatório dos professores que trabalham com contratos a termo nas escolas públicas", de acordo com a Diretiva 1999/70/CE, do Conselho, de 28 de junho de 1999, dando seguimento às considerações do Provedor de Justiça, de 8 de junho de 2012, sobre a mesma matéria”](#). Isto pedido de urgência e de dispensa de exame em Comissão é apresentado pelo Bloco de Esquerda e dou a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares para justificar a urgência.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tendo a Sra. Presidente da Assembleia lido exatamente a epígrafe e, portanto, referido o objetivo do nosso projeto de resolução, basta concluir da leitura que a Sra. Presidente fez que passaram 15 anos desde a publicação desta diretiva da Comissão Europeia, 15 anos, e, portanto, a urgência é exatamente esta: é que se passaram 15 anos sem que esta diretiva tenha sido cumprida ou esteja a ser cumprida na RAA.

Penso que para justificar a urgência, Sra. Presidente, não precisarei de acrescentar mais nada.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, também já não vou voltar a ler o projeto de resolução, tem a palavra, então, agora a Sra. Deputada para apresentar o projeto de resolução.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: São docentes sem vínculo que trabalham ininterruptamente ano após ano, alguns há mais de uma ou de duas décadas. São precários, mas chamam-lhes professores contratados.

Redigida há mais de 15 anos, a diretiva europeia visa evitar a utilização abusiva de contratos a termo, mas a atual legislação na RAA viola o documento referido.

Concluída em 1999, a Diretiva Comunitário 1999/70/CE, que versa sobre a duração dos contratos a termo e a vinculação dos professores, estipula que os Estados Membros são obrigados a adotar medidas destinadas a evitar os abusos decorrentes da conclusão de sucessivos contratos de trabalho ou relações laborais a termo.

Aplicada tanto ao setor público como ao privado, a norma estipula que os Estados Membros têm um prazo de dois anos para pôr em vigor as disposições legislativas regulamentares e administrativas necessárias para lhe dar

cumprimento (dar cumprimento à diretiva). E importa referir que este prazo de dois anos terminou em 2014.

Quinze anos volvidos, a legislação na RAA não sofreu as alterações requeridas e viola esta diretiva. Paralelamente, centenas de professores e educadores têm exercido funções docentes de forma ininterrupta e sucessiva sem que tenham direito a qualquer vínculo à instituição (neste caso, às escolas).

Perante queixas sucessivas sobre esta matéria, a Comissão Europeia fez chegar a São Bento, em 20 de novembro de 2013, uma notificação que dava dois meses ao Governo para adotar medidas contra a discriminação exercida sobre os professores contratados, como o emprego precário e o salário inferior ao dos professores do quadro com funções equivalentes.

O Governo português, e vou citar, “tem de rever as condições de emprego dos professores com contrato a termo nos próximos dois meses”, lia-se no documento remetido para Lisboa, e advertia também a Comissão Europeia que a ausência de medidas para se conformar plenamente com o disposto na diretiva europeia que regula os contratos a termo poderia levar a um recurso ao Tribunal de Justiça da União.

A notificação que referi constituiu o segundo passo de um processo de infração movido pela Comissão Europeia contra um Estado Membro, neste caso, Portugal, e o último passo antes de um eventual recurso perante o Tribunal de Justiça da União Europeia se até lá o nosso país não notificar a Comissão das medidas tomadas para se conformar plenamente com o disposto na diretiva.

A RAA é parte integrante do nosso país e na RAA, até hoje, esta diretiva não esta a ser cumprida.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão então agora abertas as inscrições.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda traz um assunto que lhe é caro, recorrente, não é novo, mas desta vez vem mesmo a destempo. E vem a destempo porque, atentos, se nós virmos, a Sra. Deputada Zuraida Soares plasmou um projeto de resolução que, na altura, tinha o número 880/12/III, da Assembleia da República, do seu grupo parlamentar,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Está aqui!

A Oradora: ... que data do dia 9 de dezembro de 2013. Na altura, talvez, e fazia sentido que o Bloco de Esquerda na República fizesse este projeto de resolução. Hoje, volvidos quase dois anos, fazer isso, na nossa região, na nossa Assembleia, é puramente a destempo e impercetível.

Eu vou escusar-me de ler, porque é exatamente tirando que é ao abrigo do grupo Bloco de Esquerda propõe à Assembleia da República e ao Governo, o resto do dê prosseguimento é exatamente igual ao do Bloco de Esquerda de 2013 na República.

Não posso começar a discussão sem dar algumas notas.

O Bloco de Esquerda traz uma urgência, um pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o mesmo assunto que, em fevereiro, se a mente não me falha, de 2014, fê-lo abandonar a sala porque não tinham sido ouvidos os sindicatos. Hoje, a Sra. Deputada traz...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem lembrado!

A Oradora: ... um projeto de urgência com dispensa de exame em Comissão exatamente do mesmo teor laboral, porque se visa dar cumprimento a uma diretiva e, pasme-se, agora não é preciso ouvir os sindicatos, portanto, muito se muda.

O Bloco de Esquerda traz esse projeto de resolução com esta urgência toda a um mês, e ainda ontem foi dito pelo Sr. Secretário da Educação, de ser

discutido nesta Casa o estatuto da carreira docente, e bem sabe o Bloco de Esquerda, porque já leu certamente a proposta do Governo, que uma das alterações é essencial para o quadro do pessoal docente das nossas unidades orgânicas, que é exatamente a alteração do rácio de alunos por turma, que passará de 25 para 20, e isto fará com que se tenha que reestruturar o quadro de pessoal docente da nossa região. Então, antes que isso aconteça, e com medo que depois ainda faça menos sentido do que já faz hoje, o Bloco de Esquerda traz aqui isto.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: O Bloco de Esquerda insiste com a diretiva como se essa se dirigisse apenas ao pessoal docente e não é, é uma diretiva que tem, de facto, os anos todos que tem, mas que se trata para tudo o que é funcionário, para os trabalhadores. Portanto, não é uma diretiva exclusiva dos professores.

O Bloco de Esquerda traz isso aqui, porque gostaria que o nosso regulamento de concurso de professores tivesse a norma do regulamento do concurso do continente, do decreto-lei posterior ao projeto de resolução do Bloco, de 23 de maio, e que tem no seu artigo 42, que diz o seguinte: “Os contratos a termo resolutivo sucessivos celebrados com o Ministério da Educação e Ciência, em horário anual e completo, no mesmo grupo de recrutamento, não podem exceder o limite de cinco anos ou quatro renovações”.

O que o Bloco de Esquerda não diz, mas espero que o diga aqui, hoje, é se quer apenas essa norma ou se quer o labirinto que é o decreto-lei por inteiro, porque ou bem que é uma norma, ou bem que é o decreto-lei por inteiro, que é um autêntico labirinto. E eu passo a explicar e a demonstrar porque é que é um verdadeiro labirinto. Porque um professor do quadro de escola ou do quadro de agrupamentos de escola, os vulgares, no entendimento, para as pessoas que nos estão a ouvir, professores efetivos se tiverem menos de seis horas letivas por semana no seu horário, são obrigados, mas obrigados com os termos todos,

“deve constituir-se opositor”, diz no número 2 do artigo 22 do mesmo labirinto, “os docentes de carreira sem componente letiva devem ser opositores ao concurso interno”. Portanto, ele passa para a mobilidade interna, mas depois de passar para a mobilidade interna, este professor tem uma grande vantagem que é a prioridade na colocação noutras escolas em que seja possível atribuir-lhe mais do que seis horas.

No entanto, esse professor passa também, este professor passa a ser por quatro anos nesta escola, mas se nós atentarmos ao que diz no artigo 28, que é os candidatos, diz que “a colocação de docentes de carreira referidos no número 1 (que são os tais que não tinham seis horas letivas por semana) mantém-se até ao limite de quatro anos de modo a garantir a continuidade pedagógica”.

Mas diz mais. Diz que esses mesmos docentes, no seu ponto 6, referidos são candidatos necessários à mobilidade interna, ou seja, têm que ir se não quiserem, porque se não forem, diz o ponto 7, se não forem, “os docentes referidos no número anterior que não se apresentem ao procedimento previsto na presente secção são sujeitos à aplicação do disposto na alínea b) do artigo 18”, e o artigo 18 diz que é “instaurado um processo disciplinar aos docentes de carreira com vista à demissão ou despedimento”. Ou seja, ele era professor efetivo e de repente pode ser instaurado um processo disciplinar e ele vai para o desemprego.

Mas mais!

Este professor passa para a reserva de recrutamento, que é a chamada, de onde vão buscar para as necessidades transitórias. Ou seja, ele já está na bolsa da contratação de escola, ou seja, num ano... para já não falar dos quadros de zona pedagógica a que ele também tem que ir.

O que é que arranjou o Governo da República? Um excelente mecanismo de concurso que, nem que seja pelo que eu há pouco imprimi da página do Governo de Portugal, da República, diz que “foram colocados 11936,

preenchidos por professores de carreira” num concurso que é a mobilidade interna, e desses 11000 diz que 1606 eram de quadros de escola ou de quadros de agrupamentos de escola e 10330 de QZP. Os QZP no continente, para quem não sabe, os quadros de zona pedagógica, estão divididos em fatias e abrangem 300 km de área para se movimentarem.

Mas é um território contínuo. Nós já acabamos com os quadros de zona pedagógica atendendo à descontinuidade do nosso território.

E, portanto, mais do que isso, desses todos, o que é que resulta em professores contratados? 2833 professores contratados.

Mas como se isso não fosse suficiente, é preciso ver o que é que o Governo da República criou o ano passado, uma coisa extraordinária, os professores ficaram todos satisfeitíssimos: um concurso excecional de integração de contratados, mas o que o Bloco também não disse é que este concurso extraordinário excecional de integração de contratados fez com que houvesse ultrapassagens ferozes dentro dos próprios contratados, porque se não tivessem as renovações sucessivas no mesmo agrupamento e no mesmo grupo de recrutamento, eles não poderiam concorrer nem ser integrados.

Portanto, houve aqui ultrapassagens ferozes...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah, houve!

A Oradora: ... e depois o Ministro Crato,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Ministro!

A Oradora: ... para amenizar os contratados, criou...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Ministro!

A Oradora: Eu disse o Ministro Crato!

... uma outra coisa: “Bem, vamos acalmar as hostes e vamos criar um concurso extraordinário para a mobilidade interna”, que era o tal, os de facto, os professores que já têm quadro de escola ou quadro de agrupamento de escolas,

mas estes já não puderam optar pela mobilidade que tinha sido ocupada pelos extraordinários ou pelos contratados. Ou seja, um grande labirinto.

Mas o Bloco de Esquerda traz isso também aqui, porque o Bloco de Esquerda não se conforma com o facto do concurso extraordinário criado na região para vigorar em 2014, 2015 e 2016 esteja a ser um sucesso, um sucesso porque não há turbilhão, é um sucesso porque há paz social entre os professores, é um sucesso porque ninguém se manifesta e só não é um sucesso para o SDPA. O Sindicato Democrático dos Professores, quer a gente vá discutir o estatuto da carreira docente, quer a gente vá discutir o início do ano letivo, quer a gente vá discutir assuntos relacionados com os alunos, o SDPA só sabe dizer “ E os professores contratados? E os professores contratados?”

Eu não queria ser indelicada, mas a verdade é que o Bloco de Esquerda, pela segunda vez, faz de barriga de aluguer ao Sindicato Democrático dos Professores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Catarina Furtado acabou de contar aqui uma história.

De facto, esta proposta do Bloco de Esquerda é a continuação de uma novela que em nada dignificou esta Casa.

Quando a Sra. Deputada diz que houve grupos parlamentares que se levantaram e saíram,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Eu não disse isso, disse que o Bloco de Esquerda saiu! Não mencionei vocês!

A Oradora: ... (mas nós também saímos), não foi porque os sindicatos não foram ouvidos, foi porque o Grupo Parlamentar do PS quis, de uma forma

inadmissível e lamentável, parasitar uma proposta do Bloco de Esquerda que, na altura, propunha exatamente isto: um regime excecional para a integração nos quadros dos professores contratados.

Mas eu devo lembrar-lhe, Sra. Deputada, que essa novela deu origem a outros episódios muito mais lamentáveis, que eu não lhe vou lembrar, porque de certeza que nesta Casa, até hoje, ainda ninguém se esqueceu.

É impressionante como cada vez que nesta Casa se fala, por exemplo, das prioridades regionais, em que os professores, quando concorrem às escolas da região, têm prioridade, ou se estudaram na Universidade dos Açores, ou se fizeram o estágio numa escola açoriana ou ainda se tiveram três anos numa escola, esta questão das prioridades regionais, que é uma herança pesada e pesarosa de José Gabriel Álamo de Meneses, que até hoje ainda ninguém teve a coragem política de mexer,...

Deputado André Bradford (PS): Mas a senhora vai mexer?!

A Oradora: ... o Grupo Parlamentar...

Já várias vezes veio aqui, nomeadamente trazido pelo Grupo Parlamentar do Partido Popular Monárquico, ao qual nós nos associamos. Portanto, o senhor, em relação a isso, não tem nada a dizer.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E os senhores votaram contra!

A Oradora: A vossa bancada é que repete até à exaustão, como nota justificativa, como se repetir a mesma coisa mil vezes isso passasse a ser uma verdade, que na altura havia necessidade de haver uma estabilidade do quadro de docentes na região e, portanto, isso tinha sido introduzido.

Em relação à estabilidade do quadro docente, estamos todos de acordo. A forma como nós vamos conseguir uma estabilidade do quadro docente é que estamos em completo desacordo. Então, se os senhores querem estabilidade do quadro docente, como é que mantêm na região, até hoje, ainda 20% de docentes

contratados, que, na realidade, ano após ano, estão a cumprir necessidades permanentes nas escolas e não os introduzem no quadro.

Portanto, a solução parece-nos simples, é fazer exatamente aquilo que esta proposta do Bloco de Esquerda aqui nos traz, hoje, é vincular de uma forma definitiva os docentes a contrato a prazo para os quadros da Região Autónoma, ou seja, para o Sistema Educativo Regional.

Muito obrigada.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): A senhora leciona no superior, certamente!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às questões dos concursos e da afetação dos professores contratados e da redução dos professores contratados, relativamente à solução encontrada no território continental, o único comentário que tenho a fazer é que os professores estão à procura de emprego no olx. Não tenho mais nenhum comentário a fazer sobre isso e, portanto... Porque acho que decorre daí que a solução que foi encontrada não terá sido, digamos, a mais adequada e, enfim, os colegas contratados no continente procuram emprego através do olx. Pronto! Está bem! É um mecanismo!

Relativamente à matéria que temos aqui em apreço, há aqui algumas questões que importa esclarecer.

Dando resposta à diretiva comunitária, foi encontrada uma solução neste Parlamento, com a introdução de um concurso extraordinário que tem a duração de três anos, e, portanto, já dura há dois, 2014-2015-2016.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Que o senhor deu o aval!

O Orador: Essa solução, como todas as outras,...

(Apartes inaudíveis de alguns deputados da Câmara)

O Orador: Tão “incomodadinhos” que eles estão! Tão “incomodadinhos”!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, não pode reagir aos apartes. Faça o favor de continuar a sua intervenção.

O Orador: Não posso?

Presidente: Não deve!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sra. Presidente!

O Orador: Oh, Sra. Presidente! Depois daquilo que eu já, hoje, ouvi neste Parlamento, eu acho que posso dizer tudo, mas isso é outra questão.

Presidente: Mas não deve! Não deve porque se distrai da sua intervenção.

O Orador: Não devo. Ok! Então, eu acato a observação de V. Ex.^a e vou deixar falar as bancadas do CDS e do PPM sobre este assunto nos apartes.

Ora bem, foi encontrada uma solução na RAA e que passa pela realização de um concurso extraordinário, em 2014-2015 e 2016. Falta, portanto, para concluir, mais um concurso e ao fim da realização desse concurso se deve fazer a avaliação se a solução adotada foi adequada ou a mais adequada ou não e se resolveu aquilo que são as necessidades permanentes do sistema. Só nessa altura é que deve ser feita essa avaliação. Aliás, há aqui um pormenor que não deixa de ser de somenos importante, e espero que no próximo Plenário, no Plenário de outubro, essa questão fique resolvida e que, de facto, vai introduzir aqui um fator importante e que tem a ver com a questão de que o lugar do quadro vai-se, para ser considerado, um limite máximo de 20 alunos por turma. E isso, se vier a ser aprovado já no próximo Plenário, com certeza que produzirá efeitos já nos próximos concursos de 2016 e fará, certamente, alguma diferença.

Importa ainda dizer sobre esta questão o seguinte.

É evidente que, independentemente das avaliações que já possam ser feitas sobre este processo, há uma questão que eu não posso deixar de referir e que tem a ver com o seguinte: satisfação total era se fosse desenhado um concurso para cada docente e para atender àquilo que cada docente efetivamente pretende.

Há aqui uma outra questão que não está devidamente salvaguardada. A aplicação linear,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É uma grande verdade!

O Orador: ... no caso de este Parlamento vir a aprovar esta iniciativa do Bloco de Esquerda, há aqui um problema muito complicado. É porque há um concurso extraordinário que está a decorrer há dois anos, há professores que já foram colocados segundo aquelas regras e, portanto, estar a alterar regras a meio do jogo não me parece, de todo,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sr. Deputado, não dê ideias! Já viu o que era um concurso para cada professor?

O Orador: ... não me parece, de todo, aconselhável.

Por outro lado, existe aqui uma outra questão e que não tem sido, não foi na altura, porque os ânimos incendiaram-se, mas já na altura era importante e é importante que se diga aqui, hoje, o seguinte. Se esta iniciativa do Bloco de Esquerda fosse aprovada e aplicada, prejudicava, desde logo, os professores do quadro, os professores a termo incerto, todos aqueles que quisessem mudar de escola.

Portanto, é bom que se atente a estas questões, porque isto punha em causa os professores que estão no quadro das escolas e que querem e que estão longe da sua residência, estão até fora da sua ilha e que aguardam pacientemente a aproximação à sua residência.

A aplicação linear desta medida prejudica os professores do quadro. E volto a reiterar aquilo que disse há pouco. Só não haveria contestação se nós encontrássemos um modelo adequado às necessidades pessoais de cada um dos docentes...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não dê ideias!

O Orador: ... e não me parece que qualquer ato legislativo ou qualquer recomendação ao Governo se dirija a um destinatário, mas sim ao universo. E, portanto, não me parece, independentemente do *timing* em que esta iniciativa está a ser apresentada, que esta seja a forma de resolver o problema da precariedade docente, há outras formas, outras formas e não é por esta via, sobretudo porque havia prejuízo de alguns professores, designadamente dos professores que estão integrados na carreira com 40 e mais anos de serviço e que estão à espera de chegar ao topo da carreira e não se sabe se lá chegam.

Deputado André Bradford (PS): Chegam, chegam!

O Orador: A Representação Parlamentar do PCP irá, assim, votar contra esta iniciativa do Bloco de Esquerda.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já muito aqui foi dito sobre este tema, ainda bem, e eu gostaria também de responder a algumas das questões aqui levantadas.

Primeiro, foi dito que o tema, este tema dos professores contratados ou precários, é um tema caro ao Bloco de Esquerda. Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de lembrar que este tema é caro a centenas de famílias da nossa região, a centenas e centenas de professores e a centenas de crianças cujos pais e mães

se veem obrigados anualmente a ou estarem perto ou estarem longe deles e, portanto, não é um problema do Bloco de Esquerda nem caro ao Bloco de Esquerda, é um problema que deveria ser caro a toda a sociedade açoriana, sobretudo a toda a comunidade escolar, e, portanto, também ao Governo Regional e à tutela.

Esta proposta vem a destempo? Bom, enquanto ela não estiver resolvida, vem sempre a destempo, porque só quando ela estiver resolvida é que não vale a pena vir. Portanto, enquanto estivermos sempre na mesma, a precariedade continuar, agora sob a ilusão de que todos os anos há uns poucos que deixam de ser precários, agora, mais um ano à frente e no próximo ano, então, é que vai ser a explosão, vai ser bombar, como diria o Sr. Primeiro-Ministro, porque todos os precários vão ficar integrados no quadro.

Portanto, vem a destempo? Não. Continua a tempo.

Referiu que o projeto de resolução do Bloco de Esquerda, datado de 9 de dezembro de 2013, na realidade é exatamente igual ao projeto de resolução que o Bloco de Esquerda apresenta nesta Casa, agora. Tem uma diferença. É que na República o Partido Socialista votou favoravelmente...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não tem nada a ver com isso!

Deputado José Contente (PS): Somos independentes, temos autonomia!

A Oradora: ... exatamente o mesmo conteúdo deste projeto de resolução...

(Risos do Deputado Artur Lima)

... e na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores vota contra, o que não deixa de ser curioso, já que estamos a falar de contradições, de oportunismos, de eleitoralismos, de várias coisas acabadas em “ismos”. Essa é uma das razões principais para que este projeto de resolução fosse exatamente igual, é que o Partido Socialista não tem nenhuma desculpa para não o votar

favoravelmente uma vez que achou que ele foi justíssimo em dezembro de 2013, só que foi na República e era outro Governo, é outro Governo e, portanto, aí interessava votar favoravelmente.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É verdade!

A Oradora: Mas lembrar também, já agora, que, em 2010, foi aprovada na Assembleia da República e, portanto, quando ainda era Presidente da Assembleia da República o Dr. Jaime Gama e que também foi votada favoravelmente, obviamente, só podia ser, pela maioria parlamentar e, portanto, pelo Partido Socialista, uma recomendação...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... publicada em Diário da República que diz o seguinte, Sras. e Srs. Deputados: “A Assembleia da República resolve recomendar ao Governo (ao Governo de então, de José Sócrates): 1 – A integração excepcional na estrutura da carreira docente dos educadores e professores profissionalizados contratados em funções de docência há mais de 10 anos letivos com a duração mínima de seis meses por ano letivo para efeitos de integração e progressão na mesma,...” e mais “... assegurando que essa integração aconteça em prazo a estabelecer com as organizações sindicais dos professores e no máximo (repite, no máximo) em concurso extraordinário a realizar em janeiro de 2011”.

Segundo ponto: “A criação de condições para que, no prazo máximo de cinco anos, os educadores e professores em funções de docência há mais de 10 anos letivos, com a duração mínima de seis meses por ano letivo, com habilitação própria e não profissionalizados, acedam à profissionalização de modo a poderem usufruir do estipulado no número anterior”. Em 2010, o Partido Socialista pensava, e bem, desta maneira. Nós estamos em 2014, em 2015, passaram cinco anos, mudou de ideias, mas o que é engraçado é que ele dava a si próprio, enquanto era Governo, 10 anos para resolver o problema. Continua na RAA tudo na mesma.

Vamos continuar.

Temos medo que a nossa proposta deixe de fazer sentido um dia destes? Sras. e Srs. Deputados, deixará de fazer sentido quando finalmente o problema for resolvido, agora, continua a fazer todo o sentido, basta ouvir os sindicatos há 15 dias!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Um!

A Oradora: Porque eles falaram! Basta ouvir os professores e as professoras contratadas nesta região, porque eles falam e mandam *mails* para os deputados e deputadas desta Casa...

Deputado André Bradford (PS): Só se é para si, para mim não mandam!

A Oradora: ... a denunciar a sua situação.

E, portanto, eu não tenho medo nenhum que realmente isto fique fora e, felizmente, que tão breve fique fora de prazo.

Já agora lembrar que nos cerca de 1000 professores contratados da nossa região, neste momento, para lá dos 3800 que existem, há 20% que são precários e este ano letivo entraram nos quadros das escolas 61. Mesmo que destes 1000, evidentemente, se tenha que tirar alguma percentagem daqueles que respondem a necessidades transitórias e não permanentes, Sras. e Srs. Deputados, fica muito professor para deixar de ser precário.

Depois, a diretiva de 1999 do Conselho de 28 de junho refere a necessidade de pôr cobro à contratação a termo, sucessiva e mal justificada, para todos os trabalhadores, é verdade, do privado, do público, não distinguindo, de uma forma particular, os professores. Mas, Sras. e Srs. Deputados, o parecer fundamentado que nós referimos no nosso projeto de resolução da Comissão Europeia é muito claro nos destinatários e são apenas os professores contratados.

Deputado André Bradford (PS): Está tudo dito em relação a esse assunto!

A Oradora: É sobre eles que este parecer incide. Sobre eles e só eles.

E ainda mais claro do que este parecer fundamentado é o parecer do Provedor de Justiça, datado de 6 de junho de 2012, que é um tratado sobre a hipocrisia reinante na forma como se tratam os professores precários nesta região ou noutra qualquer do país.

Iria falar das barrigas de aluguer, mas a mim o que me tecia dizer é que cada barriga escolhe o dador que muito bem entende. Faz parte dos direitos, liberdades e garantias de cada português, à luz da nossa Constituição.

Depois, esta medida prejudica os professores que querem mudar de residência! Oh, Sras. e Srs. Deputados, com todo o respeito pelos professores e as professoras que querem mudar de residência, o Bloco de Esquerda está é preocupado com aqueles que não têm residência, porque passam a vida a pular de ilha para ilha, ano após ano!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Casa das máquinas!

A Oradora: Portanto, antes de me preocupar e antes do Bloco de Esquerda se preocupar com aqueles que querem mudar de residência, peço imensa desculpa, mas já têm a segurança de um posto de trabalho, peço imensa desculpa, mas o Bloco de Esquerda não tem nenhum problema em assumir: está primeiro preocupado com aqueles que não têm residência nem segurança nem sequer a perspectiva ou a certeza de que no próximo ano terão novamente um posto de trabalho.

Para já, Sra. Presidente, fico-me por aqui.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou começar talvez pelo fim e relembrar ao Bloco de Esquerda e à Casa que a RAA, e voltando à diretiva e ao âmbito alargado da diretiva, que não se restringe ao pessoal docente, já com os governos do Partido Socialista, foram integrados na função pública “n” funcionários que estavam, de facto, com grande precariedade laboral. Em toda a Administração Pública havia muita gente em precariedade laboral e que, de facto, foram integrados nos quadros da Administração Pública, integrando atualmente e não estando com o receio de qualquer mobilidade,...

Deputado José Contente (PS): Muito bem!

A Oradora: ... como estão os da República, neste momento.

Ponte para começarmos agora a ir aos docentes.

Deputado José Contente (PS): Muito bem lembrado!

A Oradora: Eu nem vou responder à Sra. Deputada Graça Silveira,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não vai responder!?

A Oradora: ... porque, de facto, não acrescentou grande coisa, não acrescentou nada ao debate a não ser vir falar da questão da relação de professores contratados.

A questão, eu sabia, quando falei do plasmar do projeto de resolução do Bloco de Esquerda da República, porque obviamente me vai conceder esse mínimo, de ter visto como é que tinha votado o PS, mas, oh, Sra. Deputada, o PS lá fora tem uma postura que nem sempre é coincidente com o PS aqui. É por alguma razão que o PS na região está a governar quase há 19 anos! É porque o PS dos Açores não está a orientar para aí. E mais! E mais! Não me faz mal nenhum, não me faz engulho nenhum a forma como o PS votou na República, porque o Governo Regional da RAA, da responsabilidade do Partido Socialista, em 2014, deu resposta à diretiva! Porque a senhora vem aqui com uma coisa muito interessante que é dar prosseguimento à diretiva, dar prosseguimento ao que diz o Provedor, dar prosseguimento a tudo, mas não diz como. Não diz como! E, da

única vez que disse como, estava muito mau, tão mau que nós tivemos que alterá-lo completamente.

Portanto, a senhora ou traz propostas concretas ou então se vem para aqui dizer “Dê-se prosseguimento”, não se vai dar prosseguimento, porque nós, de facto, já estamos a fazer, e já estamos a fazer desde 2014. Fez-se um concurso, 2014-2015, e já se conseguiu, já integraram nos quadros mais de 134 contratados mais os outros...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quantos é que há, Sra. Deputada?

A Oradora: ... 59 ou os outros que têm a mobilidade assegurada, porque nós fizemos um concurso que não é para quem quer mudar de residência, é para aqueles que estão a querer aproximar-se da sua residência, porque a senhora há de reconhecer que é verdade que há muitos contratados sem residência, porque não querem deixar a família, as crianças pobrezinhas da sua ilha e da sua casa,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): A sua argumentação é que é lamentável!

A Oradora: ... os seus pobres filhos que a senhora disse, centenas de crianças que veem os pais se ausentarem, portanto, a senhora o que se esqueceu de dizer, o que a senhora se esqueceu de dizer é que muitos dos contratados que não concorrem para outras ilhas...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): São seus colegas de profissão, Sra. Deputada!

A Oradora: ... ficam na mesma ilha durante muito tempo contratados e nunca, não há nenhum sindicato honesto e que queira tirar parte pela maior parte dos seus docentes que não reconheça que primeiro é preciso um concurso de mobilidade e depois um concurso externo. E tanto é verdade que eu, há pouco, referi que o concurso excecional que o Governo da República fez em 2014 só para externos, depois, para acalmar as hostes do pessoal docente no continente, fez um concurso extra excecional só para mobilidade interna,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O que é que se fez na região, Sra. Deputada? Diga lá!

A Oradora: ... porque não há ninguém que reconheça que primeiro têm direito a escolher as vagas disponíveis os professores que já estão nos quadros de escola. Isto é um direito que lhes assiste e depois, sim, o preenchimento de vagas que fiquem disponíveis.

Se a senhora se preocupa só com os que não têm vaga efetiva, nós preocupamo-nos com o todo, porque o PS tem responsabilidade de governar e tem governado muito bem esta região.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Haja paciência!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Presunção e água benta cada um toma a que quer!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Em primeiro lugar, quero dizer que o PSD vai votar favoravelmente este projeto de resolução do Bloco de Esquerda, em consonância e coerência com aquilo que aqui fizemos no mês de janeiro quando apresentamos uma proposta de alteração dos critérios do concurso regional para ingresso na carreira docente e que, na altura, teve o voto favorável de todos os partidos, com a exceção da maioria, que o votou contra.

Em segundo lugar, vou usar esta intervenção para protestar contra a falta de humanismo que a intervenção...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Falta de?

Deputado André Bradford (PS): Humanismo!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... da Sra. Deputada Catarina Furtado revelou, desconsiderando os princípios da família, o direito à existência de uma família devidamente constituída segundo as opções de cada um, mas também contra aquilo que é o sacrifício enorme feito por centenas e centenas de professores, eu diria por muitos milhares de professores, ao longo dos anos, na nossa região, servindo com abnegação, com competência, com dedicação uma causa nobre como é a causa da educação.

Em terceiro lugar, quero naturalmente fazer um comentário a vários dos argumentos que já aqui ouvimos.

Para o Partido Socialista este é um assunto recorrente, é verdade. É recorrente pela iniciativa de vários partidos, porque o Partido Socialista, escudado numa maioria absoluta, fazendo mau uso desse requisito que integra os princípios da nossa democracia, continua teimosamente a não querer resolver, e bem, o problema grave que é a precariedade dos professores.

Mas diz o Partido Socialista também que esta iniciativa vem a destempo. É verdade que vem a destempo, porque o tempo útil para a resolver já passou há muito, mas também vem a destempo, porque isso incomoda o Partido Socialista e a governação.

Mas aduz ainda mais um argumento o Partido Socialista, é que desta vez a Representação Parlamentar que tomou a iniciativa não ouviu os sindicatos. Nós ficamos pasmados com o argumento, Sra. Presidente, porque V. Ex.^a sabe, e todas as Sras. e Srs. Deputados aqui presentes, de que temos entre mãos uma iniciativa legislativa do Governo que não cumpriu a disposição de ouvir os sindicatos, de os envolver na elaboração da legislação, nem fez a negociação prévia que a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas e a Constituição preveem, e isso, até agora, não foi resolvido, Sra. Presidente, nem pelos meios competentes deste nosso Parlamento, nem pela bancada do Partido Socialista, e vamos estar aqui provavelmente no próximo mês a discutir e a ouvir a bancada

do Partido Socialista e do Governo Regional a dizer que afinal os sindicatos não são tidos nem havidos para este problema. Portanto, nós ficamos pasmados com este argumento da Sra. Deputada Catarina Furtado.

Mas, finalmente, a Sra. Deputada aduziu ainda mais um argumento, é de que os professores dos Açores, ao abrigo do concurso extraordinário que tem sido realizado (já decorreram duas edições desse concurso), estão muito contentes, e eu quero acreditar que sim, e que esse contentamento até foi manifestado várias vezes na rua, junto à delegação, por exemplo, do nosso Parlamento em Ponta Delgada, em vigílias à porta do Palácio de Santana,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Depois do concurso!

O Orador: ... residência oficial do Sr. Presidente do Governo Regional, ou até nos apupos que foram feitos numa sessão pública promovida pelo Partido Socialista. Julgo que esse é o contentamento a que se refere a Sra. Deputada do Partido Socialista.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Isso foi antes do concurso! Valha-me Deus!

O Orador: Mas, Sra. Presidente, o Partido Socialista aduziu ainda mais um argumento, é de que, de facto, a solução encontrada na República não é boa,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): É boa!

Deputado André Bradford (PS): É boa para lá!

O Orador: ... porque resultou em ultrapassagens dos professores opositores ao concurso. Muito bem, Sra. Presidente. Admitamo-lo que assim foi, mas vamos ver o que é que se passou e passa exatamente na nossa região.

No concurso de 2014, o primeiro que fez aplicar as regras do concurso extraordinário, regras, aliás, ditadas por um diploma que seria bom nós nunca esquecermos, não pelo achincalhamento que foi feito por intermédio dele deste Parlamento, mas para que o processo legislativo siga sempre a tramitação mais correta e mais rigorosa para que o assunto não se volte a repetir. Mas vamos a

ver, dizia eu, o que é que as regras do concurso aplicado na região fizeram em 2014.

Tomemos o exemplo do grupo de Biologia do ensino secundário. O candidato colocado em primeiro lugar pelas regras feitas pelo Partido Socialista, e, já agora, o Sr. Deputado Aníbal Pires,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estava a ver!

O Orador: ... e é bom lembrarmo-nos disso e daí a sua posição relativamente a esta resolução, o candidato colocado em 37º lugar no concurso normal, com as regras introduzidas pelo Partido Socialista e pelo Sr. Deputado Aníbal Pires,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Seja sério!

O Orador: ... passou a ser o primeiro.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Seja sério no que vai dizer a seguir!

O Orador: No grupo de Inglês do ensino secundário, o candidato que obteve o segundo lugar no concurso extraordinário era o 42º com as regras do concurso ordinário. Em Português do ensino secundário, o candidato colocado em primeiro lugar pelo concurso extraordinário era o 46º no concurso ordinário. Mas há mais!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é muito grave!

O Orador: Na educação especial, agrupamento 700, o candidato colocado em primeiro lugar no concurso extraordinário havia sido, meses antes, o 56º no concurso ordinário.

Deputado André Bradford (PS): Mas isso vai chegar a algum lado, não vai, Sr. Deputado?

O Orador: E no grupo do 1º ciclo, o primeiro candidato pelas regras do concurso extraordinário tinha sido apenas posicionado na 88ª posição no concurso ordinário.

Portanto, relativamente às ultrapassagens que possam existir nas regras estabelecidas no Governo da República, uma coisa é certa, as ultrapassagens

nos Açores, que é aquilo que agora importa que esteja no centro do nosso debate, são estas que aqui mencionei. E, de facto, a República encontrou uma solução, porque após cinco anos sucessivos, cinco contratos sucessivos, a integração faz-se automaticamente nos quadros.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Nos Açores, a situação é muito diferente, porque nós temos, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, uma precariedade entre o corpo docente que é enormíssima e inadmissível.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): A educação que meu pai me deu não me permite que responda a isso!

O Orador: Já aqui foi dito e bem que este ano entraram no quadro 61 professores, mas foram contratados quase mil.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): 782!

O Orador: Alguém que não está muito por dentro destas matérias há de dizer, “Bom, mas são pessoas que foram contratadas este ano que, eventualmente, tinham sido contratadas o ano passado”. Puro engano, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Eu vou dar exemplos de professores opositores ao concurso para oferta de serviço, daqueles professores que se candidataram a ser contratados este ano. Alguns exemplos.

Primeiro ciclo. O primeiro candidato a essa contratação tem 5086 dias de serviço, ou seja, 14 anos de serviço e tem 41 anos de idade.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Concorre para?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso é vergonhoso!

O Orador: Isto diz bem da precariedade que se passa no nosso sistema.

Mas os exemplos sucedem-se e podia ficar aqui a percorrer todos os grupos disciplinares para dar mais exemplos. Dou só mais um ou dois.

Matemática, ensino secundário. O primeiro candidato este ano à contratação tem 11 anos de serviço...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Quantos alunos é por turma?

O Orador: ... e era o 4º em 2014-2015, portanto, significa que fez o seu 11º ano de contratação e ganhou quatro posições na lista de ordenação. E podia ir por aqui abaixo. Vou só dar mais este exemplo, talvez não. É seguramente paradigmático desta precariedade.

Filosofia. O primeiro candidato, que por acaso é uma senhora, à contratação em filosofia tem 6376 dias de serviço contratado, portanto, já fez 18 anos de serviço docente contratado, tem 41 anos de idade, em 2014-2015, já era primeiro classificado, em 2013-2014, já era primeiro classificado e, se recuarmos mais anos, vamos identificar sempre esta docente candidata com a mesma posição,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas essa senhora tem nome ou não?

O Orador: ... o que significa que esta Sra. Professora de Filosofia, se residisse no continente ou na Região Autónoma da Madeira, já tinha sido automaticamente integrada nos quadros. Apenas pela teimosia do Partido Socialista isto não acontece.

Portanto, em face disto, naturalmente que o PSD se revê...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É perseguição?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E a obrigatoriedade no continente?

O Orador: ... neste projeto de resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda e, neste caso, vamos dar o nosso voto a esta iniciativa.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E sobre a mobilidade obrigatória no continente, não?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Para quê estar usando exemplos que não funcionam? Usem coisas que funcionem!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Deputado André Bradford (PS): Está a prejudicar a intervenção do seu colega de coligação!

O Orador: Tem toda a razão! (*Risos*)

Esta coligação (esta coligação!) ...

(*Risos*)

Esta matéria...

Eu peço desculpa pelo lapso, tem a ver com o momento que nós estamos a viver.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Lapso?!

O Orador: Não, não é lapso! A coligação vai de vento em poupa, como tivemos a oportunidade de verificar, ontem, no grande comício que fizemos na gloriosa ilha Terceira.

Eu quero dizer, em relação a esta matéria, que é evidente que da parte do Governo Regional, que teve a colaboração do Partido Comunista nesta matéria, que esta solução não foi a melhor, como ficou demonstrado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está por demonstrar!

O Orador: Mantém-se a precariedade no âmbito...

Não está, não está!

Mantém-se ou não se mantém a precariedade para muitas centenas de professores? Mantém-se.

É evidente que todos nós sabemos que existem vagas que são vagas, olhe, por exemplo, a minha,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Pensei que não ia falar da sua!

O Orador: ... que dependerá da minha permanência ou não no Parlamento e da vontade do eleitor, mas é evidente que este número de situações não corresponde de forma nenhuma, esse número de situações como a minha, como a da Sra. Deputada Catarina Furtado ou como a sua, Sr. Deputado Aníbal Pires,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Em 2016, vai ocupar o seu lugar na escola!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E do Sr. Deputado Joaquim Machado!

O Orador: ... são situações em que nós temos um professor que nos está a substituir nas nossas respetivas escolas.

Mas esta situação, não há mil professores nesta situação, não há mil situações destas, o que há é um conjunto de situações que são facilmente verificáveis e temos também uma outra situação, que temos que considerar, que tem a ver com a redução da taxa de natalidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Vêm os sírios! O António Costa vai resolver isso!

O Orador: Significa que temos cada vez menos alunos e que é necessário projetar a necessidade que o sistema terá a curto e médio prazo. Essa projeção tem que ser feita, não existe um bom governo, que seja feito com eficácia, com sentido de responsabilidade, a menos que se queira entrar no populismo atroz, que é criar vagas sem pensar e sem olhar e analisar o futuro, quais são as necessidades permanentes do sistema e o que é que se projeta do ponto de vista do número de alunos no futuro a médio prazo. É desta forma que se pensa as coisas.

Bom, há outros partidos que têm uma análise deste tipo de situação, uma análise que não tem qualquer tipo de fundamentação. É o populismo puro e simples, que é dizer o que as pessoas querem ouvir.

Mas eu gosto de analisar com rigor esta questão.

Há duas variáveis que são importantes: a redução do número de alunos nos Açores, que é uma realidade que nós temos que ter em conta esta situação, e mais. Temos que saber qual é o impacto real desta situação, a curto e a médio prazo, nos Açores, para projetarmos as nossas necessidades reais.

Esta é uma questão que eu considero que é fundamental. A outra questão é verificarmos quais são as situações...

Deputado Aníbal Piros (PCP): Estou a gostar, Paulo!

O Orador: ... permanentes e qual é a variação, de facto, em relação a esta situação de substituição e que não são situações estruturantes do sistema, digamos assim.

Deputado Aníbal Piros (PCP): Sim, senhor! Estás a ser honesto!

O Orador: Bom, tendo em conta esta situação,...

Bom, Sra. Presidente!

Presidente: Srs. Deputados, por favor! O nível de apartes está de tal forma que ninguém consegue ouvir o Sr. Deputado Paulo Estêvão. É em termos audíveis, não em termos da elevação do que estão a dizer.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça o favor de continuar.

O Orador: Eu vou continuar a analisar este assunto com racionalidade, o assunto merece, como todos aqueles que são aqui discutidos neste Parlamento. A questão é esta. Portanto, são estas duas variáveis que temos de ter em conta em termos de projeção das necessidades. Agora, a questão é que, de forma alguma, o processo de integração dos docentes corresponde às necessidades reais do sistema, às necessidades permanentes. Neste momento, não corresponde.

Bom, dirão v. Ex.^{as}, “Mas para o ano, que é ano eleitoral, com certeza que o Governo terá uma perceção diferente, então, se calhar, vamos contar com centenas de entradas no sistema e diminuição do número de professores contratados”. Bom, mas isto não é um critério, isto é eleitoralismo, puro e

simples. Se este ano temos 60 e se para o ano tivermos 300 ou 400 ou 500, eu penso que ficará provado que a abordagem do Partido Socialista e do Governo Regional nesta matéria não foi uma abordagem séria, foi uma abordagem eleitoralista.

E, portanto, eu considero que é importante que o Governo, neste momento, verifique quais são as necessidades permanentes do sistema e quantas vagas faltam fechar e a partir daí nós ficamos com uma perceção do que é que o Governo pretende fazer e se pura e simplesmente a planificação do Partido Socialista corresponde a uma planificação pura e simplesmente eleitoralista.

A segunda questão é uma questão mais particular, e aproveito que o Sr. Presidente do Governo Regional está aqui, nesta Câmara, como estive ao longo da semana, para relembrar uma promessazinha que o Sr. Presidente fez em relação ao professor de Música na ilha do Corvo, que está parcialmente cumprida (parcialmente!), mas que há uma questão. Essa é, Sr. Presidente, uma necessidade permanente, porque o número de alunos no Corvo agora é de 50, mas vamos precisar sempre de um professor de música. O número de alunos está a aumentar todos os anos, agora, eu tenho a certeza que aquilo é uma necessidade, que aquele professor corresponde a uma necessidade permanente, porque aqueles alunos têm sempre a disciplina de Música. Portanto, aquele professor, que, neste momento, é um professor contratado, aquela vaga é de um professor contratado,...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Quando foi contratado?

O Orador: Muda todos os anos, Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Não! Quando começou a ser contratado?

O Orador: É contratado. Já lhe disse que cumpriu parcialmente, Sr. Presidente. Eu estou-lhe a dizer isto com frontalidade e com seriedade. Eu disse que cumpriu parcialmente a sua promessa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Uma promessazinha!

O Orador: Para a cumprir integralmente é necessário que se verifique, com absoluta racionalidade, se nós precisamos de um professor todos os anos, então, não faz sentido contratar permanentemente um professor de Música, abrir um lugar do quadro? Claro que faz. Este é um dos lugares que é indiscutível. Situações destas existem às centenas. Estou apenas a dizer-lhe uma em que o Sr. Presidente assumiu um compromisso e que eu espero que o cumpra.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu quero começar esta minha segunda intervenção por saudar o Deputado Paulo Estêvão e a sobriedade que teve na sua intervenção e a forma como, desta vez (desta vez, sim), avaliou esta situação, tomando em consideração dois fatores que são efetivamente muito importantes quando discutimos estas questões: a questão da demografia e a questão do apuramento das reais necessidades do sistema. E, de facto, assim é e, portanto, estas questões devem rever-se aqui com alguma cautela e V. Ex.^a, e estou a saudá-lo, enfim, quando tenho que o criticar, também o crítico, exatamente pela sobriedade que teve na sua intervenção e pelo contributo que deu para o esclarecimento destas questões.

Queria dizer ainda o seguinte.

Eventualmente, e nós, na altura devida, certamente que o faremos, poderão surgir mais vagas, ou melhor, eu tenho a certeza absoluta que vão surgir mais vagas do quadro para o próximo ano e é, de facto, um ano eleitoral, mas vão surgir mais vagas de professores do quadro por um motivo que vai decorrer da aprovação de um diploma legal que vamos aprovar aqui para o próximo ano e que traz lá, aliás, possivelmente até irei votar contra esse diploma, mas traz lá, por exemplo, uma questão que é fundamental para o assunto que aqui estamos a

discutir e que levará, eventualmente, ao aparecimento de mais vagas para o próximo ano, que é o referencial de 25 alunos para um lugar do quadro passar para 20. E, portanto, daí forçosamente terá que...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Oh, Sra. Presidente, é já, é já.

E, portanto, relativamente a esta questão.

Agora, relativamente à homilia do Sr. Deputado Joaquim Machado, dizer o seguinte, Sr. Deputado.

(Risos da Câmara)

V. Ex.^a esteve a mistificar a Câmara, porque a verdade é esta. Esses docentes que ficaram nesse lugar ou foram colocados, os que V. Ex.^a...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está absolutamente enganado!

O Orador: Ainda não disse nada e eu já estou enganado?! Ainda não disse e já estou enganado?! Oh, que chatice!

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a terminar.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

Ainda não disse nada e já estou enganado!

A questão é a seguinte. Essa opção foi uma opção dos candidatos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não! Está absolutamente enganado!

O Orador: Essa opção foi uma opção dos candidatos, porque se os candidatos concorressem em função das prioridades que estão definidas e as preenchessem,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Aí é que está enganado!

O Orador: ... certamente que não haveria nenhuma ultrapassagem. Está a perceber, Sr. Deputado? Portanto, a questão é essa.

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: V. Ex.^a esteve aí a mistificar a Câmara e, enfim, não me parece isso muito curial.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começando por uma declaração de interesses, a família é para mim um...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É para todos!

A Oradora: ... local especial e motivo de um imenso orgulho. Um imenso orgulho nos pais que tive, um imenso orgulho na educação que o meu querido pai e a minha querida mãe me deram. Espero que todos possamos dizer o mesmo aqui dentro. O respeito que eu tenho por eles e a consideração que tenho por eles, a estima é indizível.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, não fico por aí porque quanto a família creio estarmos conversados.

As vigílias, os apupos e as concentrações, eu lembrava ao Sr. Deputado Joaquim Machado que tudo isso aconteceu, e eu, por acaso, como até fui alvo de alguns dos apupos, lembro-me bem, antes do concurso, antes dos concursos, na fase de debate aqui, na fase de ir e vir do Representante da República, porque nunca mais se ouviu apupos nem concentrações nem vigílias após o resultado do primeiro concurso em 2014, nem apupos nem vigílias nem sequer comunicados de alguns sindicatos após o concursos de 2015.

Depois, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, e muito bem, falou aqui de uma questão importante, que, de facto, numa realidade arquipelágica e de baixa demografia como é a nossa região, não é de somenos importância que é a questão das vagas transitórias. As vagas transitórias são, de facto, um assunto que tem sido sempre

tratado, abordado com seriedade, com seriedade por parte dos governos, porque não põem em causa as funções que estão desempenhando nem põem ninguém a escolher ou volta à escola ou continua no desemprego. E a verdade é que nós temos imensas vagas transitórias que estão, por mais variados motivos, a ser ocupadas há muito tempo por contratados, a minha, por exemplo. Há 11 anos que está um contratado a ocupar a minha vaga. E já disse nesta Casa: no dia que tiver de escolher, volto para a escola, porque é a minha vaga e é a minha profissão.

Portanto, eu creio que entre professores que estão requisitados, destacados, comissões de serviço, requisições no continente, licenças sem vencimento (sim, porque as licenças sem vencimento no continente vão para a mobilidade interna, aqui não, e são 49), destacamentos (sim, porque os destacamentos e as dispensas de componente letiva no continente também vão para a mobilidade e aqui não), nós temos 252 professores. E, se quisermos falar de contratados, os contratados, este ano, aumentaram. Aumentaram pelas medidas pelo ProSucesso. O ProSucesso, que é um programa que tem sido feito com pés e cabeça, com a responsabilidade de quem governa, ao implementar o ProSucesso, só isso deu origem à contratação e à necessidade de mais 167 horários completos. Ou bem que nós queremos, de facto, trabalhar o sucesso educativo dos nossos alunos ou bem que não queremos. Mas além do ProSucesso e dessa exigência que é do acompanhamento por 167, nós podíamos falar dos professores que estão destacados e a trabalhar em todos os outros programas: no Programa Oportunidades, no Programa Curriculares Adaptados, no despiste de orientação vocacional, ligados ao Fénix, ligados ao EPIS, enquanto mediadores do sucesso escolar, que estão a participar do programa de formação de acompanhamento às disciplinas de Matemática e de Português ao 1º ciclo,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... os que estão a substituir elementos do Conselho Executivo, que só aí são à volta de 160 professores, da Rede Valorizar, do Programa ABC, dos que estão a participar nas CPCJ.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exato!

A Oradora: Estas pessoas constituem vagas transitórias, porque o Sr. Deputado Paulo Estêvão disse, e muito bem, ou então nós vamos pôr todos os que estão a substituí-los para dentro dos quadros, independentemente de sabermos o número de alunos que vamos ter e que condições vamos ter no futuro e o que é que se faz aos outros quando regressarem dos seus sítios.

Esta abordagem tem de ser feita de uma maneira séria. Não é, pura e simplesmente... Porque se se lembram, em 2014, e já em 2013, quando começou a saga da iniciativa do Bloco de Esquerda, quando os sindicatos foram ouvidos, quando o Bloco de Esquerda pôs o seu projeto de DLR de alteração do regulamento, quando isto entrou e quando nós ouvimos os sindicatos, as necessidades permanentes do sistema, foram-nos apontados 300 professores, que o sistema necessitaria de 300 professores. Neste momento, já foram postas a concurso 199 vagas e já entraram, dos contratados e com os da mobilidade, muito perto disso, porque não se pode impedir a intercomunicabilidade dos concursos entre a região e o continente e não se pode impedir que hajam professores que queiram mudar sabendo que na sua unidade orgânica há uma vaga que está como vaga negativa, mas ele, sem ninguém o obrigar, muda-se para uma que está aberta.

Portanto, é esta tranquilidade que se vive na classe docente nos Açores que incomoda muito a oposição.

Para mais. Há uma coisa que relembro aqui, uma frase do Sr. Presidente do Governo, dita aquando dos professores, que o Sr. Presidente disse: “Nunca vamos poder prescindir dos professores contratados”. Não vamos poder acabar com professores contratados. Mas alguém tem esta ideia de que vai haver uma

altura em nós não vamos ter docentes contratados na nossa região? Esta abordagem tem que ser feita de uma forma séria. A verdade é que há tranquilidade, a verdade é que nós iniciamos mais um ano letivo e era timbre nesta Casa que, em setembro, se fizessem declarações, intervenções sobre o ano letivo. Nós aqui estamos, as escolas estão lá fora a funcionar sem qualquer problema, sem qualquer denúncia, toda à vontade,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... quando no continente vai a barafunda do costume, já desde o ano passado. Isto é um sinal muito grande, isto é um progresso muito grande, feito ao longo dos governos do Partido Socialista,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... que é quem tem estado a governar.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

A Oradora: Não se falam de atrasos, não se falam de faltas, não se falam de escolas que não estão abertas a tempo e horas. Então, isso não é um sinal de que há paz social na classe?

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: De que há paz social nas escolas? Então, que leitura é que é essa? Então, é preciso vir aqui, agora, dizer que dê prosseguimento a uma coisa que está a ser feita com a responsabilidade e com o compromisso de que para as 300 vagas era o que se ia trabalhar?

Eu, sinceramente, se não está a ser feito, eu não estou a perceber como, porque a verdade é que está a ser feito. Está a ser feito de uma forma responsável, há dois anos, e a paz social e o ano letivo, na região, está lá fora e recomenda-se.

Deputado Berto Messias e Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente, porque julgo que já percebemos o essencial das posições das várias forças políticas aqui representadas sobre esta matéria.

Há uns que tudo fazem no âmbito daquilo que, regimentalmente e estatutariamente, lhes é possível fazer no sentido de resolver a precariedade de centenas de professores da nossa região, porque naturalmente a oposição, e falo, com certeza, em nome do PSD, não tem a pretensão de não existirem professores contratados, o problema são estes professores, alguns dos quais aqui por indicar como testemunha e prova dessa precariedade, continuam a dar o seu contributo empenhado, dedicado, competente, com muito sacrifício das nossas vidas para o nosso Sistema Educativo Regional. E num Estado de direito, que neste caso até também se sujeita a regras de um espaço mais amplo de onde nos integramos, que é a União Europeia, era natural, é desejável, era justo que esses professores tivessem a sua situação resolvida.

Sr. Deputado Aníbal Pires,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Diga! Tem é que me insultar que é para eu poder falar!

O Orador: ... eu poderia adjetivar as suas intervenções de populistas, pimbas, e estaria no uso do mesmo direito que permite a V. Ex.^a adjetivar as minhas intervenções. Não o farei, porque isso era embarcar no barco onde V. Ex.^a é capitão e no qual eu não quero navegar.

Mas as referências que fez relativamente aos professores e à opção dos professores vieram, aliás, na senda daquilo que já tinha sido argumentado pelo Partido Socialista, é de que estes professores permanecem anos a fio nessa situação de contratados porque, efetivamente, não se dispuseram a concorrer para todos os lugares. Nada mais falso, Sr. Deputado,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não foi só isso que eu disse, Sr. Deputado!

O Orador: ... porque todos os casos que aqui mencionei são de professores que, na lista de graduação, estão na primeira prioridade e, portanto, reúnem os requisitos de terem trabalho mais de 1075 dias nos Açores, consecutivos, de se candidatarem a todos os estabelecimentos de ensino e a todas as ilhas. Portanto, esse é um argumento falso. Pode arranjar outro, pode dizer muitas outras coisas, agora, faça a justiça, não a mim, não ao PSD, mas a esses professores, de que eles estão nessa situação de contrato porque a região, porque o Partido Socialista, porque o Governo Regional, ainda que com o seu modesto apoio, não querem resolver este problema.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

A primeira observação que não posso deixar de fazer, porque me causa estranheza, é o facto de ser impossível negar que o atual Presidente do Partido Socialista é o ex-Presidente do Governo Regional da RAA, ainda não assim há tanto tempo, e causa-me alguma estranheza que a linha política do Partido Socialista no continente seja agora, de repente, diferente da linha política do Partido Socialista na RAA, porque, então, alguma coisa está errada, alguém que sai de Presidente do Governo Regional dos Açores vai para Presidente do Partido Socialista e tem linhas diferentes! Eu não entendo, mas o problema deve ser meu, o problema deve ser meu, não é seguramente do Partido Socialista.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Em dezembro de 2013 não era Presidente do PS nacional!

A Oradora: Depois, dizer também que, há cerca de sete anos, o Bloco de Esquerda tem reiteradamente perguntado, nesta Casa, por todas as figuras regimentais colocadas à sua disposição, aos sucessivos titulares da pasta da Educação, nesta região, qual é o conceito de necessidade transitória, qual é o

conceito de necessidade permanente. Até hoje, nenhum dos ex-Secretários Regionais da Educação ousou, e uso bem a expressão, responder a esta pergunta, a esta clarificação de conceitos, porque responder-lhe é assumir um compromisso. Qual é o compromisso? É que os professores que respondem a necessidades permanentes têm obrigatoriamente que ser enquadrados no quadro da escola. E, portanto, é muito cómodo, dá imenso jeito esta confusão de dizer “Há mil professores contratados nesta região, uns respondem às necessidades dos professores que estão nesta Casa, de outros professores que estão noutros cargos dentro da Função Pública”, de tudo aquilo que as Sras. e os Srs. Deputados quiserem, mas o que não há é a coragem de dizer o que é um professor contratado transitoriamente, o que é um professor contratado permanentemente.

Quantos anos é que tem que ter um professor de contratos sucessivos para se considerar, na RAA, que ele responde a uma necessidade permanente ou transitória. E isso é muito importante também, Sras. e Srs. Deputados, não só porque ficava bem clarificar este conceito na RAA e até responder ao Bloco de Esquerda que, há anos, anda a fazer esta pergunta,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Já lhe respondeu em requerimento!

A Oradora: ... mas por uma outra razão, é que, como os Srs. e as Sras. Deputadas sabem, corre, neste momento, em instâncias europeias, uma queixa feita, nesta região, à cerca, exatamente, feita mais concretamente em maio de 2014, da inexistência, nos Açores, de um concurso, de uma forma, de um processo que garanta o acesso aos quadros dos professores contratados que, reiteradamente, respondem a necessidades permanentes do sistema. E esta queixa, tendo dado entrada em maio de 2014, em março deste ano, a nossa eurodeputada Marisa Matias perguntou à Comissão: primeiro, se a Comissão tem conhecimento desta denúncia; segundo, se tem conhecimento em que ponto é que ela se encontra; terceiro, o que pretende a Comissão Europeia fazer

perante esta clara violação a legislação europeia. E a Comissão respondeu à nossa eurodeputada, e respondeu em junho deste ano, e a resposta que deu foi a seguinte.

À primeira pergunta: Tem a Comissão conhecimento desta denúncia? Resposta: “Sim”.

À segunda pergunta: Se sim, em que ponto se encontra? E agora é que vamos novamente voltar às necessidades transitórias e permanentes. E a Comissão respondeu: “A Comissão apensou a queixa (a queixa da RAA) ao processo por infração em curso contra Portugal”, estou a falar de junho de 2015, portanto, continua a haver uma infração, um processo de infração em curso contra Portugal, à qual foi apensa agora, a queixa, relativamente à RAA, e tanto a de Portugal no seu todo, como a dos Açores, dizem respeito a contratos de trabalho a termo de professores.

Resposta à terceira pergunta: O que pretende a Comissão Europeia fazer perante esta violação da legislação europeia? Resposta, que vou resumir, da Comissão: “Os Estados Membros devem introduzir uma ou várias das três medidas indicadas para o caso do artigo 5º da Diretiva 1999”, que nós aqui já referimos suficientes vezes. E quais são uma das três medidas? Primeira: “Identificar razões objetivas que justifiquem a renovação dos mencionados contratos ou relações laborais a termo”. Razões objetivas, e sobre este conceito o Sr. Provedor de Justiça, no seu parecer, que, ainda agora, foi referido, detém-se longamente para explicar o que são razões objetivas e que me escuso de explicar.

Outra que se tem que cumprir: “Número máximo de renovações dos contratos ou das relações laborais a termo”, ou seja, onde é que nos Açores existe uma norma que diga qual é o número máximo de renovações dos contratos, neste caso, de relações laborais com as escolas que se podem fazer para vir a integrar?

E, finalmente, “A duração máxima total dos sucessivos contratos de trabalho ou relações laborais”, ou seja, se virmos bem as coisas, tal como elas estão, Sras. e Srs. Deputados, a região não responde a nenhum destes itens. E, portanto, mais uma vez a União Europeia, quando fizer estas perguntas à região, a região terá de responder partindo de um elemento que, volto a repetir, há anos o Bloco de Esquerda aqui pergunta: o que são necessidades permanentes do Sistema Educativo o que são necessidades transitórias? Dos mil professores contratados na região, quantos respondem a necessidades permanentes, quantos respondem a necessidades transitórias? Qual é o tempo máximo que os professores têm que ter relação com uma escola e cumprir contratos a termo para serem integrados no quadro? É isto que o Bloco de Esquerda pergunta, é isto que o Bloco de Esquerda propõe.

E, já agora, para finalizar esta parte, dizer que o Bloco de Esquerda não tem sagas, nesta Casa, o Bloco de Esquerda tem iniciativas regimentais aceites pela Mesa desta Assembleia e, portanto, não há sagas, há cumprimento daquilo que, regimentalmente, nos é exigido.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Eu intervenho neste debate e participo apenas porque me parece que há, em concreto esta última intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares, que me parece que não coloca o problema da forma como eu acho que ele efetivamente existe. Aliás, ao longo deste debate, assistimos a várias interpelações e a várias questões colocadas e juízos sobre a atuação do Governo que me parece importante clarificar.

Em primeiro lugar, o Governo repudia por completo a observação de que não está a cumprir a diretiva. Nós entendemos que estamos a cumprir a diretiva, só que há uma diferença, é que a Sra. Deputada entende, ou parece entender, que o cumprimento da diretiva automaticamente acarretaria a inexistência de professores contratados.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não!

O Orador: Eu já fui citado aqui, neste Plenário, e reafirmo isso: nós continuaremos a ter professores contratados, por várias razões, e que podem, aliás, ir por muito tempo.

(Aparte inaudível da Deputada Zuraida Soares)

O Orador: Não é!

E isso tem a ver com o artigo 5º, que não é o artigo da diretiva...

Deputada Zuraida Soares (BE): É, é!

O Orador: Não é, não senhora, é do anexo da diretiva, e o anexo da diretiva é um acordo feito, não é o artigo 5º da diretiva, Sra. Deputada,...

Deputada Zuraida Soares (BE): É do anexo. Está aqui!

O Orador: ... é o anexo da diretiva, e que é um acordo feito entre várias entidades, patronais e laborais, a nível europeu, e que foi assumido pela diretiva.

E o que é que diz o artigo 5º? O artigo 5º tem como epígrafe “Disposições para evitar abusos de contratação temporária”.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mais do que estes?!

O Orador: Não é um problema de recurso à contratação temporária, é um problema de se evitarem abusos, e isso leva a que em situações, que já foram também referidas aqui, os professores que estão a desempenhar funções ao nível de órgãos políticos ou sindicais ou que são requisitados por outras funções

dentro da administração, nós consideramos, independentemente da questão do tempo, uma situação de abuso? Não! O que tem que haver, e é isso que diz a alínea a) do artigo 5º, é uma justificação objetiva para o recurso a contratação temporária, uma justificação objetiva, e nessas situações não há essa justificação objetiva?

Deputada Zuraída Soares (BE): São razões objetivas!

O Orador: Nós entendemos que há! Nós entendemos que há!

Sra. Deputada Zuraída Soares, o número de 300 professores contratados não foi um número apenas referido pelo Governo. A necessidade de integrar 300 professores, ao longo de três anos, não foi um número inventado pelo Governo, foi um número, num caso, referido por um sindicato, dizer que esperava que isso acontecesse e, noutro caso, até um sindicato a dizer que não acreditava que o Governo conseguisse integrar esses 300 professores.

E, portanto, 300 é um número que nós consideramos que está assumido. Nós não temos interesse absolutamente nenhum em que, em situações que correspondam a necessidades permanentes do sistema educativo, ter professores contratados, mas também achamos que não é do interesse do sistema educativo, da sua sustentabilidade e do interesse da região que em situações como, por exemplo, de um professor que está temporariamente requisitado para funções noutras entidades, noutro nível da administração, em órgãos políticos, onde seja, que seja criada uma vaga efetiva para substituir aquele professor. Isso também não é do interesse, não é do Governo, é do interesse da sustentabilidade do sistema, porque isso não é possível. Não é possível, embora, naturalmente, quem entender defender isso, defende.

E, portanto, em relação a esta matéria, Sra. Deputada Zuraída Soares, o que eu gostaria de lhe dizer, participando apenas no debate, é que eu compreendo aquilo que nos distingue ou aquilo que nos diferencia na abordagem a esse aspeto, mas o Governo considera ter um mandato desta Assembleia, e o

mandato é a legislação que foi aprovada para que, ao longo de três anos, fossem regularizadas essas situações. É isso que o Governo está a fazer, é isso que o Governo continuará a fazer e o Governo espera, até para defesa daqueles que já foram colocados ou não foram colocados, ao longo destes dois anos, que até ao final do cumprimento deste prazo que nos foi dado, possamos fazê-lo com estas regras, que nós entendemos que são regras que se adequam perfeitamente àquilo que estabelece a diretiva.

A diretiva não é exclusiva para professores,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não, não! Não foi isso que eu disse!

O Orador: ... não é. E a propósito de contratos temporários, há outras situações que se calhar merecem muito mais a atenção,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... sobretudo nesta conjuntura que vivemos,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Os privados!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E não só!

O Orador: ... também desta Câmara, do que uma situação que já está perfeitamente clara nas regras que deve seguir, nos procedimentos que deve seguir. Podemos discordar deles, claro que sim, é um direito, não apenas de cada um dos deputados desta Casa, como é um direito dos professores e de qualquer cidadão, mas há regras que estão definidas e o Governo está a cumprir estas regras e vai cumprir. E essa é mais uma razão para que não se alterem estas regras a meio do jogo.

E por aqui me fico.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Sr. Presidente, agradeço-lhe ter vindo ao debate e ter feito questão de esclarecer o seu ponto de vista e, obviamente e democraticamente, podermos divergir nas interpretações que fazemos acerca da mesma matéria.

O Sr. Presidente disse que professores contratados sempre haverá. Sem dúvida nenhuma! Mas o Bloco de Esquerda nunca disse o contrário. Agora, aquilo a que eu chamo a atenção para o Sr. Presidente é que, neste momento, há mil professores contratados na nossa região, mil, e dentro destes mil, a pergunta que eu fiz antes da intervenção do Sr. Presidente é: quantos respondem a necessidades permanentes e quantos a necessidades transitórias?

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Não são mil, Sra. Deputada!

A Oradora: Até hoje, a resposta, Sr. Presidente, ainda não a obtivemos, nem sequer o conceito do que é uma necessidade permanente e do que é uma necessidade transitória, porque só depois é que se pode identificar. Este conceito está por definir, a não ser que o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura agora o diga, neste Plenário, mas até hoje ainda não o fez. Portanto, a pergunta continua, Sr. Presidente. Há mil professores contratados nesta região, todos eles correspondem a necessidades transitórias? O Bloco de Esquerda tem dúvidas. O Sr. Presidente responde: 300 é o compromisso do Governo, aliás, de acordo com a legislação votada maioritariamente nesta Casa, o Governo assumiu que 300 é o número que entrará nos quadros até ao final desta legislatura. Sr. Presidente, então, se eu a 1000 tirar 300, ficam 700.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Não são mil!

A Oradora: Então, eu tenho que concluir que há 700 docentes nesta região que respondem a necessidades transitórias. E, portanto, há 700 professores que

respondem a necessidades transitórias. O Sr. Presidente diz que não é justo, e não é, quando as pessoas querem voltar à sua profissão de origem porque prestaram uma missão, um serviço público, como nesta Casa e noutros locais, não terem o seu lugar à espera. Estamos de acordo, Sr. Presidente,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas não é isso!

A Oradora: ... mas o Bloco de Esquerda também não considera justo que alguém, neste caso um professor, trabalhe ano a ano, 20 anos, por exemplo, em variadíssimas escolas, com variadíssimos horários, no caso concreto da nossa região, em variadíssimas ilhas, porque não é só uma questão de escolhas, é em variadíssimas ilhas e ao fim de 20 anos, não tenha direito a uma segurança laboral que lhe diga, “Não! No próximo ano tu terás o teu posto de trabalho”. É esta a questão. Portanto, eu não discuto nem discordo de algumas coisas que o Sr. Presidente disse, agora, levanto-lhe é outros problemas que, no nosso entendimento, continuam por responder.

E, finalmente, o Sr. Presidente disse que as regras são claras, e são claras, são as tais que foram aprovadas nesta Casa, mas, far-me-á o favor de reconhecer que o Bloco de Esquerda nunca concordou com elas e, portanto, a democracia é isso, nunca concordou com elas, não concorda com os critérios, não encontramos clareza nos critérios. Trezentos vão entrar até ao final desta legislatura. Quem? Trezentos, porquê? Porque os sindicatos indicaram que este era um número razoável. Aceitamos isso, mas quem? Quem? Qual é o critério? Qual é o critério para estes 300? Trabalharam em todas as ilhas? Trabalharam durante 10 anos seguidos? Trabalharam durante 5 anos seguidos?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Tiveram contratos sucessivos? Quem? Quem? Quem são estes 300?

E é neste sentido que o Bloco de Esquerda não concorda que as regras sejam claras, como disse o Sr. Presidente.

Quanto ao mais, estamos de acordo.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

De momento, a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretária: É sempre uma grande tentação fazer política cavalgando a onda de todos os descontentamentos. Todavia, a tradição evidencia que os resultados nem sempre são compensadores.

Para que não haja a suspeita de que por parte da Secretaria Regional da Educação e Cultura se levantam obstáculos ao exercício da justiça, e sobretudo por isto, ainda bem que quem de direito, que são os Srs. Deputados, concordaram e concordaram por unanimidade em aceitar esta urgência.

A priori, há um fator que nos une, e estou a referir-me a mim próprio e à Sra. Deputada Zuraída Soares. O fator que nos une é o seguinte: a escola pública é, de facto, o pilar da democracia, a escola pública é, necessariamente, nos Açores, o pilar da autonomia. Tem, por isso, de ser servida pelos melhores (eu acrescentava, que nas melhores condições possíveis).

Esta iniciativa parlamentar, se não pretende revogar, pelo menos questiona o DLR n.º 8/2014/A, de 23 de junho, sobre o novo regime de recrutamento excecional de docentes contratados mediante concurso interno e externo extraordinário a realizar em 2014-2015-2016, e reside também esta iniciativa parlamentar no propósito da fixação de um novo modelo, de um novo regime de recrutamento que permite a integração nos quadros, no decurso desta ano letivo 2015-2016, dos professores contratados por três anos consecutivos nos quadros da RAA.

Após a averiguação dos argumentos do Bloco de Esquerda, o Governo mantém a convicção da bondade da legislação já aprovada, concretamente da bondade do DLR n.º 8/2014/A, de 23 de junho, com efeito, 1075 dias, nos últimos três anos, em escolas públicas da RAA, constitui uma garantia da integração nos quadros de todos aqueles que há mais tempo, que de forma mais continuada, suprem as necessidades permanentes do Sistema Educativo Regional e que são os principais contemplados pela diretiva europeia sobre integração de contratados em quadros.

A candidatura por três anos a todas as escolas da RAA é sempre uma solução politicamente correta já que incentiva a unidade de região com atos, não propriamente com artifícios de retórica. Além disso, o Governo insiste na manutenção do DLR n.º 8/2014/A, de 23 de junho, porque da vigência de tal diploma não resultou o persistente clima de contestação que foi referido pela oposição, também por um sindicato à altura da aprovação da lei. Aliás, os concursos de 2014 e de 2015, como aqui já foi dito, decorreram com celeridade, com rigor, com transparência, a sugerir, portanto, a prossecução do processo em 2016.

Por acréscimo, no último ano, todos os testemunhos que fomos colhendo aconselham à persistência dos concursos extraordinários até ao fim, até 2016.

Em visitas estatutárias a ilhas, em audiências formais, em contactos informais, foram muitos os docentes que me aconselharam, que me pediram a manutenção das regras até 2016 para evitar injustiças relativas. Em Ponta Delgada, em setembro do ano passado, numa audiência concedida a quatro representantes de um grupo mais vasto de professores ainda contratados e não integrados, foi também feito um idêntico pedido de manutenção das regras, também para evitar injustiças relativas.

Com dois terços do processo concretizado, não é legítimo, muito menos justo, alterar as regras do concurso, com implicações na ordenação dos candidatos, em

prejuízo eventualmente dos que foram colocados já em 2014 e 2015, que não hesitaram em correr riscos para obtenção de um vínculo, convictos de que as prioridades do concurso seriam para manter.

Os Açores, em matéria de concurso de pessoal docente, possuem o sistema mais transparente e mais simples, que assegura o preenchimento atempado das vagas, sem dúvidas e sem atropelos.

Num tempo de diminuição do número de alunos, que se traduz em diminuição de horários disponíveis e em diminuição de docentes contratados, nos Açores, neste ano letivo de 2015-2016, procedeu-se à contratação de mais docentes, o mesmo é dizer à oferta de mais trabalho.

Fizemos essa oferta fundamentalmente em áreas que consideramos estratégicas: no 1º ciclo do ensino básico, na educação especial, nas disciplinas nucleares do Português e da Matemática, indispensáveis, aliás, para a implementação do ProSucesso, programa de combate ao insucesso escolar.

Quanto à integração dos contratados nos quadros, creio que tudo já foi dito. Tudo foi dito pelo Sr. Presidente. Nós estamos, efetivamente, a dar cumprimento à diretiva comunitária, porque ela aconselha a integração dos contratados, mas ela não define o modelo de integração e nós definimos o modelo de integração, definimos a abertura de 300 vagas, através de concursos extraordinários, a decorrer em 2014, em 2015 e em 2016. No fim, em 2016, faremos, naturalmente, uma avaliação do processo, consoante estejam ou não integrados nos quadros os docentes contratados que suprem necessidades permanentes do Sistema Educativo Regional.

E quanto a necessidades permanentes e necessidades transitórias, a definição e a diferença podem, efetivamente, não ser estabelecidas com facilidade. Curiosamente, no âmbito da revisão do estatuto da carreira docente, procuramos avançar algo neste capítulo e discutimo-lo com as forças sindicais. Todavia, em

referência ao atual ano letivo, dos 876 contratados, efetivamente, a sua grande maioria supre carências transitórias do Sistema Educativo Regional.

Já foi dito pela Deputada Catarina Furtado que 252 se encontram fora do sistema, requisitados, destacados, em comissões de serviço, em licenças sem vencimento, etc., etc., etc.. Mas foram contratados, efetivamente, 876. Mas há 160 que estão em conselhos executivos, quer como membros de conselhos executivos, quer como assessores. Há cerca de 90 que resultam de reduções de componentes letivas e há muitos e muitos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Alguém tem de ir para os Conselhos Executivos!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esses não contam!

O Orador: ... que trabalham em projetos que são, efetivamente, projetos transitórios que as escolas têm em funcionamento.

Quantos são aqueles que, efetivamente, cumprem necessidades permanentes do Sistema Educativo? Não tenho, obviamente, a capacidade de dizer aqui o número absoluto, redondo e certo, mas estou em crer que com as 100 vagas, que com as cerca de 100 vagas que nós vamos disponibilizar ainda no concurso extraordinário de 2016 e também com a possibilidade aberta na proposta de estatuto da carreira docente de um diferente cálculo das vagas do quadro, tendo em consideração turmas de 20 alunos e não de 25 alunos, julgo que, efetivamente, no fim dos três concursos, no fim dos três anos, estaremos numa situação muito próxima da resolução daquilo que se pretendia, ou seja, da integração nos quadros da região daqueles professores que no Sistema Educativo Regional cumprem necessidades permanentes.

Para terminar, queria apenas dizer uma coisa.

Entendo com dificuldade, embora entenda as regras da política, que de vez em quando haja, nos Açores, forças, inclusivamente um sindicato, que, afinal, achem que bom é o que se passa lá fora, bom é o que se passa no continente.

Bem, no continente, houve um sistema de colocação de professores que colapsou no ano passado, gerando grande perturbação no arranque do ano letivo; no continente, há um sistema que contratou agora menos professores do que contratou no ano passado, embora muito recentemente tenha feito a rescisão com mais de 2000 docentes; no continente, há um sistema que coloca na requalificação, o mesmo é dizer no desemprego a prazo, os professores com horário zero e que registaram um aumento de cerca de 30% na passagem de 2014-2015 para 2015-2016; no continente, existe um sistema que exige uma prova de ingresso na profissão, que coloca muitos e muitos professores à margem do exercício da profissão; no continente, existe um sistema que obriga a trabalhar mais em muitos e muitos casos, 22 horas por semana, nem sempre 22 segmentos de 45 minutos, por semana; no continente, existe um sistema que possui uma percentagem muito menor de professores de educação especial, indispensáveis no apoio aos estudantes com necessidades educativas especiais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ai, aqui está perfeito! Nos Açores está muito bem!

O Orador: É uma atitude talvez ingénuas, mas sempre, enfim, normal, recorrente de considerar que é sempre melhor aquilo que se faz fora da nossa casa. Eu não creio assim.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Dispõe de cerca de 3 minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A questão está absolutamente clara. A Sra. Deputada Zuraida Soares acabou de dizer que não entende que as necessidades permanentes sejam aquelas, todas as vagas que estão atualmente ocupadas por contratados, nomeadamente substituindo quem exerce cargos políticos, cargos na administração, nos sindicatos, etc.. O conceito não é esse. Portanto, acabou-se de admitir que as necessidades permanentes não são todos os professores, ou não dizem respeito a todas as vagas ocupadas por professores contratados.

Aqui a questão é que o Sr. Presidente também deixou claro que a avaliação que faz é uma avaliação das tais 300 vagas, que são as vagas permanentes. É uma avaliação que eu considero que está errada. Estávamos na época em que estava a passar o Filme *Os 300 Espartanos*, e eu penso que pode ter sido um pouco influenciado por essa grande produção, mas eu considero que está subavaliada (está subavaliada!), claramente subavaliada. As necessidades permanentes são superiores, é evidente que não correspondem a todas as situações, já vimos que não, mas é uma situação que está claramente subavaliada.

Da nossa parte, o compromisso da Representação Parlamentar é a seguinte. Nós, até ao final desta legislatura, vamos apresentar os nossos próprios cálculos fundamentados em relação às necessidades permanentes do sistema. Depois, vamos apresentar esse compromisso no âmbito da próxima campanha eleitoral. E, portanto, nós vamos calcular com precisão quais são as necessidades permanentes. E posso dizer-vos que tenho grandes dúvidas, grandes dúvidas mesmo, que o Sr. Presidente do Governo Regional, depois de analisar corretamente os dados, que vai ter oportunidade de o fazer, no final deste ano, eu tenho grandes dúvidas que o Sr. Presidente continue a ter esta avaliação apenas destas 300 vagas.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O senhor devia fazer o cálculo para nós sabermos!

O Orador: E, portanto, neste momento, o que existe da nossa parte, a avaliação que fazemos é que, inegavelmente, com racionalidade, olhando para os números, mas de forma correta, é evidente que estes 300 lugares não correspondem, nem pouco mais ou menos, às necessidades permanentes.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

Dispõe também de cerca de 3 minutos.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, permita-me que comente algumas das suas afirmações, na sua intervenção.

Estranho, antes de mais, o seu início, “cavalgar a onda do descontentamento”, e estranho esse início por duas razões. Primeiro, porque foi aqui afirmado e reafirmado que não há descontentamento. O povo é sereno, está tudo calmo e está tudo bem na RAA. Portanto, não há descontentamento nenhum para cavalgar, Sr. Secretário. Mas já que falamos em cavalgar o descontentamento, eu também me interrogo se não passará por aí o facto do Governo Regional se comprometer em que, para o ano, que, por mero acaso, é um ano de eleições regionais, vai integrar cerca de 100 professores contratados, se bem entendi as suas contas.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses): Não são deste ano!

A Oradora: Portanto, se estamos a falar em cavalgar, então, eu diria que eu não tenho cavalo, porque cá não há descontentamento, agora, o Sr. Secretário provavelmente tem, porque para o ano há eleições.

Segunda questão. O Sr. Secretário Regional diz, falou sobre uma troca de impressões com os sindicatos a propósito da negociação do estatuto da carreira docente, falou nas necessidades transitórias, nas necessidades permanentes, falou, inclusive, num número que, eventualmente, umas centenas de professores, talvez 800, se bem entendi, deveriam corresponder mais ou menos a necessidades transitórias, as outras a permanentes, mas, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, continua a não dizer o que são as necessidades transitórias, o que são as necessidades permanentes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é absolutamente extraordinário!

A Oradora: É a olho, Sr. Secretário Regional? São à volta de 300 a olho! São à volta de 500 a olho, porque não há nada nesta região que dê um critério claro, transparente, rigoroso aos professores para eles saberem qual é a sua situação, durante anos e anos de trabalho letivo: ou estão a responder a uma necessidade transitória ou estão a responder a uma necessidade permanente. E se estão a responder a uma necessidade permanente, à luz da legislação aprovada nesta Casa, não pelo Bloco de Esquerda, que votou contra, mas à luz da legislação aprovada nesta Casa, se estão a responder a necessidades permanentes, têm que ser integrados no sistema. Não é a olho, não são 300 porque foi o sindicato que disse, ou 200 porque foi o vizinho do lado que disse, é com clareza, é com critérios, é com conceitos claros. E, Sr. Secretário Regional, passados que são quase oito anos da presença do Bloco de Esquerda nesta Câmara, vamos embora, provavelmente, para eleições no próximo ano, sem termos a resposta connosco. E o problema não é o Bloco de Esquerda, o problema é que os professores precários e contratados vão continuar na mesma, a não saber em que lugar é que estão. E isto para nós continua a ser grave.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputada.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foram-me colocadas duas questões, vou falar sobre as duas questões, porque posso não dar uma resposta convincente.

Garanto-lhe uma coisa, Sra. Deputada, no próximo ano, não se vai fazer nada diferente do que se fez em 2014 e 2015, porque o compromisso que existiu, em 2014, foi de em três anos se abrirem 300 vagas. Se já foram abertas 199, portanto, falta abrir-se 101.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): E os outros 900 são transitórios!

O Orador: E se abirmos 101 no próximo ano, não estamos a fazer nada de diferente do que fizemos com 102 no primeiro e com 99, enfim, no segundo. Portanto, é isso.

No próximo ano, o que poderá acrescer a isto, e sinceramente acho que não há aqui qualquer intenção eleitoral,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Não!

O Orador: ... o que poderá crescer, portanto, enfim, a isto é com a aplicação do novo estatuto da carreira docente haver mais lugares para o quadro por via da diferente fórmula de cálculo que foi encontrada, mais nada.

Mas isto foi discutido com os sindicatos, isto vai ser discutido nesta Assembleia a um tempo ainda relativamente substancialmente longe das eleições.

Quanto à segunda questão, diferenças entre necessidades permanentes e necessidades transitórias. Estou em crer que qualquer resposta que dê não vai satisfazer por completo a Sra. Deputada.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Uma!

O Orador: Já lhe disse que no âmbito do estatuto da carreira docente se procurou clarificar melhor as coisas. Se me perguntar: Ficou clarificado em absoluto? Sra. Deputada, não, mas porque nós não conseguimos e os nossos parceiros de negociação também não conseguiram.

Bem, eu creio que necessidades permanentes são necessidades que só podem ser supridas por contratados. Essas são necessidades permanentes. Portanto, só há contratados, enfim, para as suprir, não há mais ninguém, não se pode ir buscar mais ninguém. São necessidades permanentes. Estes contratados devem ser integrados. Necessidades transitórias são aquelas que são supridas por contratados, mas a prazo, porque, ao fim e ao cabo, os titulares dos lugares estão por fora e têm direito a regressar. Nem mais nem menos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Isso é uma tautologia! Isso não é nenhuma clarificação!

O Orador: Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

De momento, a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque estas duas intervenções do Sr. Secretário Regional da Educação, de facto, não acrescentaram grande coisa à clarificação que se pretendia e julgo, inclusivamente, que procuraram, e espero que não tenha sido essa a intenção, mas o resultado foi esse, acabaram por criar ainda mais alguma confusão, designadamente na inventariação que o Sr. Secretário Regional aqui nos apresentou daquilo que são necessidades transitórias do Sistema Educativo Regional, por duas razões existenciais, Sr. Secretário.

Primeiro, a redução da componente letiva dos docentes é um direito consagrado no estatuto da carreira e, portanto, matéria irrevogável, e isso significa que esse docente cumpre o seu horário completo. E, portanto, as horas que faltam não é a ele, são horas que faltam na escola, e, portanto, a redução da componente letiva não pode ser aduzida para este efeito.

E permita-me, Sr. Secretário, dizer que, quanto ao número que adiantou de membros dos Conselhos Executivos, também errou, para não dizer que nos quis induzir num erro. É que 160 professores nos Conselhos Executivos representa exatamente quatro por cada unidade orgânica, e o senhor sabe e, portanto, devia ter evitado esta tentação, que os quatro membros dos Conselhos Executivos, desde logo, esse número depende da dimensão da população escolar de cada estabelecimento de ensino e mesmo assim os quatro não estão dispensados da componente letiva, o que significa que estes 160 que o senhor aqui aponta estão muito longe de ser o número correto e o senhor, com a obrigação que tem de saber isto, devia ter evitado este número.

E permita-me que finalize nos seguintes termos. Isso significa, pelas suas intervenções, que se pode bem aplicar, em termos políticos, aquele preceito popular de que “O hábito faz o monge”. E o senhor já encarnou bem o hábito e não fugiu à tentação de nos comparar com o continente, só faltou dizer mais uma coisa nessa comparação entre os Açores e o continente, é que no continente quem tem cinco contratos anuais sucessivos integra o quadro; nos Açores há professores com 14, 15, 18 anos de serviço que continuam contratados.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Faltou esse pequeno pormenor!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos passar então à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi rejeitado com 26 votos contra do PS; 1 do PCP; 17 a favor do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Eu peço aos líderes e à Sra. Secretária Regional o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Eram 19 horas e 03 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que retomem os vossos lugares para continuarmos com os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 18 minutos.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para podermos recomeçar os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 14 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 132/X – “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pronuncia-se, por sua iniciativa, frontalmente contra a criação da figura de Presidente dos Açores e de governos de ilha, no âmbito de uma futura revisão da Constituição da República Portuguesa”.**

Este pedido de urgência é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, entendemos que o órgão primeiro para se discutir qualquer Reforma da Autonomia é exatamente a Assembleia Legislativa da Região Autónoma e entendemos ser urgente discutir nesta altura e que nesta altura a Assembleia se pronuncie sobre a criação das figuras de Presidente dos Açores e dos Governos de Ilha.

É urgente, porque estamos numa fase de campanha eleitoral e porque estamos numa fase de eleições para a próxima da Assembleia da República.

É urgente que os açorianos saibam que quem sai daqui, quem for eleito pelos Açores, qual é o compromisso, qual o mandato que leva dos seus respetivos partidos ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... daqui emanados do maior órgão da autonomia, do primeiro órgão da autonomia e por isso é importante que se pronunciem o mais rapidamente possível.

Não é mandando cartas a um partido e esquecendo os outros, mandando cartas a um presidente e ignorando os outros e fazendo uns números para a comunicação social que se faz a Reforma da Autonomia.

A Reforma da Autonomia e a criação de novos cargos vai fazer-se sobretudo na futura revisão constitucional e até temos deputados que já se acham autoeleitos e que estarão na próxima Assembleia da República e com certeza que ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está a falar de mim!

O Orador: ... terão uma opinião sobre essa matéria e por isso é fundamental ...

Estou a falar do Sr. Deputado António Ventura que num debate do Rádio Clube de Angra entre mim e o Deputado Berto Messias se virou para nós e diz: “Eu já estou eleito”. Portanto, a falar naturalmente da graça do Sr. Deputado António Ventura que estava eleito, ...

Deputado André Bradford (PS): Nem vale a pena irem votar!

O Orador: ... o melhor se calhar é nem irmos a votos.

Portanto, revisão constitucional. A Região vai eleger cinco deputados e é preciso ...

Eu ouço às vezes uns que levam umas indicações dos seus partidos regionais para tomarem uma determinada atitude e depois de a tomarem são castigados e expulsos, mas eu acho que é bom que esta Casa se pronuncie inequivocamente sobre a criação da figura de Presidente dos Açores, dos Governos de Ilha no órgão primeiro da autonomia e é urgente fazermos isso antes das eleições e também é interessante saber o que cada um dos partidos pensa e sobretudo as indicações que darão aos seus cabeças de lista na discussão deste processo que nós entendemos sem prejuízo de virmos eventualmente a discutir o problema noutra e maior amplitude que é necessário, não se resume apenas a isto, a Reforma da Autonomia não se resume apenas e só a isto, mas consideramos que estes assuntos são de premente prenuncia por esta Casa e com a maior urgência possível.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, em primeiro lugar, naturalmente reconhecer que esta iniciativa prende-se com o debate que temos vindo a fazer genericamente designado por Reforma da Autonomia e que inclusive à relativamente poucos

meses nesta Casa e por iniciativa do CDS-PP também tivemos oportunidade de discutir.

Começo naturalmente por registar a coerência do CDS-PP e do PPM, do outro proponente, no sentido quer quanto à substância, já que logo na altura essas posições foram manifestadas por ambos os partidos, mas dela, da substância, não vamos curar agora, quer quanto ao sentido de oportunidade. Também na altura, lembro, o CDS-PP e o PPM que manifestaram a necessidade dessa urgência no sentido de entenderem que essa legitimação devia ser feita ao nível, digamos assim, das próprias propostas contratuais dos candidatos à Assembleia da República.

Também com coerência creio que me será reconhecida e ao Partido Socialista, ao nível da oportunidade, que nós temos uma posição bastante diversa. Aliás, o que nós achamos, com toda a sinceridade e sempre o dissemos, é que é urgente dar tempo aos partidos, às representações parlamentares, às associações da sociedade civil, para que se possa nesta matéria fazer consensos e para que a legitimidade advenha, sim, de outra forma, ou seja, de um processo que nasce nos Açores, que tenha a retificação dos órgãos de governo próprio dos Açores e naturalmente ao nível partidário teremos, com certeza, oportunidade de fazer essa voz chegar às instâncias próprias, designadamente (e quando o momento disso) à Assembleia da República eventualmente na assunção de poderes constituintes.

Nessa medida, e independentemente dos partidos terem naturalmente algumas posições mais firmes, algumas convicções mais fortes acerca de determinados assuntos, a verdade também é que (pelo menos foi essa leitura que fiz deste nosso último debate aqui, nesta Casa, dizia eu) foi em geral manifestada uma grande abertura para a negociação e houve da parte de todos o cuidado de não se fecharem posições.

Acho que é absolutamente prudente e útil continuarmos com esse espírito e embora percebendo a intenção dos proponentes creio que, ainda que de forma parcial, poder-se-ia em momento que não seria, no nosso entender, o adequado fechar algumas posições, ou de algum crisar o debate e assim objetivamente dificultar um consenso o mais largo possível, porque todos ansiamos e em que naturalmente todos serão válidos e até pela experiência institucional do CDS-PP, aquando da revisão do Estatuto Político Administrativo, por exemplo, que naturalmente os proponentes também serão chamados a esse debate e darão com certeza, como os restantes, um contributo muito útil.

Estas são as razões porque nós achamos que, no nosso entender, este processo não é urgente e a urgência até teria alguns contratempos que devemos evitar e que deve por isso mesmo seguir o processo legislativo normal e ser devidamente integrada num conjunto de iniciativas que creio que estão mais ou menos aceites e que inclusive foram feitas sobre proposta do Sr. Presidente do Governo e Presidente do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda está perfeitamente de acordo quando o CDS diz que é necessário clarificar posições, conceitos e esclarecer sobretudo os eleitores e as eleitoras do que é que podem esperar dos candidatos e futuros deputados eleitos para a Assembleia da República pelos Açores e do que podem esperar da sua postura numa futura revisão da Constituição que aborde este tipo de temas.

Nisto estamos perfeitamente de acordo.

Estamos também de acordo na resolução e no título e conteúdo deste pedido de urgência, ou seja, o Bloco de Esquerda votará frontalmente contra a criação da

figura do Presidente dos Açores e de Governos de Ilha no âmbito de uma futura revisão constitucional, da Constituição Portuguesa.

Em que é que nós não estamos de acordo?

Na forma como este debate pretende ser desencadeado, no caso por parte do CDS e do PPM, ...

Deputado André Bradford (PS): E urgente! Não é urgente!

A Oradora: ... ou seja, nós achamos que é um debate pertinente, mas não é um debate urgente do ponto de vista da figura regimental que está a utilizar.

Outra coisa é os candidatos dizerem claramente ao que vão, às pessoas, ao povo, a quem elege. Agora, de supetão, tomarmos aqui uma posição quando ainda há dois meses atrás dissemos nesta Casa que este debate sobre a Reforma da Autonomia seria feito dentro desta Casa, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E está a ser feito!

A Oradora: ... com toda a sociedade e com todos os representantes da sociedade, não me parece agora curial anteciparmo-nos antes do debate sequer ter começado fora desta Casa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já começou!

A Oradora: Portanto, o conteúdo o Bloco de Esquerda subscreve-o completamente; a forma o Bloco de Esquerda entende que não é a melhor e, portanto, votará contra a urgência.

Se estivesse em votação o Projeto, ah, votaria favoravelmente.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

(*) **Deputado Humberto Melo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou ser breve, porque o Deputado Francisco Coelho já traçou o fundamento para o voto contra a urgência e eu e o PSD também vamos votar contra com os mesmos princípios e argumentos.

O líder do PSD apresentou uma proposta de revisão do sistema autonómico, uma proposta aberta, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: ... sobretudo para ser levada à participação de todos, desde os partidos políticos à sociedade.

Portanto, é esse o nosso caminho e o que é urgente é começar esse processo.

Achamos que agora, passada esta fase eleitoral que é sempre provocadora de tensões e de falta de ... As coisas agudizam-se sobre o ponto de vista partidário, há uma certa tensão partidária e, portanto, pensamos que a seguir é o momento oportuno para se levar a cabo essa tarefa e vista numa forma global e não parcelar *de per si*, mas sim numa forma global da revisão do sistema autonómico.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições, pelo que vamos ...

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O debate sobre a Reforma da Autonomia está no fundo lançado. Da sua pertinência, ou não, restam algumas dúvidas e na opinião do PCP especialmente na forma como ele foi lançado no espaço público e político regional, mas na opinião do PCP, tendo nós mostrado toda a disponibilidade para o fazer (aliás, não se encontrou ainda um calendário face à proposta que o Presidente do Governo Regional e no caso o Presidente do Partido Socialista fez, sobre o qual manifestámos a nossa disponibilidade, julgo que proximamente se dará) é esse

compromisso para já que mantemos, que o PCP vai manter, mas sobre esta questão dizer o seguinte: é fundamental que se faça uma reflexão sobre a questão autonómica. Na perspetiva do PCP essa reflexão é necessária, muito na perspetiva de facto de utilizarmos todas as competências que nós temos, utilizá-las até ao seu limite, mas sobretudo também ...

E mais! Exigir que o acervo autonómico seja respeitado, porque a verdade é que (e isto independentemente de quem está a governar na República) a autonomia em determinados momentos é desrespeitada, o acervo autonómico, as nossas competências são desrespeitadas e por vezes quem está na República (e não me estou a referir ao Governo atual, para não haver nenhum tipo de confusões), os governos da República por vezes, e na nossa opinião e legitimamente, fazem tábua rasa daquele que é o acervo autonómico, que são as competências autonómicas e que estão consagradas constitucional e estatutariamente e nós temos também, a esse nível, de refletir e de encontrar aqui instrumentos para protegermos a nossa autonomia.

Portanto, se de facto a autonomia está consagrada constitucional e estatutariamente, não podemos ver vilipendiadas as nossas competências por um determinado contexto político externo à Região.

Portanto, julgo que é necessário ...

Não me vou (isto é a questão da urgência) aqui alongar-me em mais considerações.

Portanto, não podemos reduzir o debate sobre a autonomia à questão se há ou não há um Presidente dos Açores, se há ou não há Conselhos de Ilha, Governos de Ilha. Julgo que isso é muito redutor. Merece uma reflexão aturada e mais alargada, não pode ser redutora sob pena das decisões que vierem a ser tomadas por esta Assembleia, pela Região no seu conjunto, com o envolvimento da sociedade açoriana, sob pena de estarmos a reduzir questões como Presidente dos Açores, Governos de Ilha, Representante da República, etc., ...

Julgo que essa discussão tem de ser muito mais vasta, cabe-nos avaliar se estamos a utilizar todas as nossas competências e sobretudo exigir que as competências do Estado sejam aqui na Região cumpridas, devidamente cumpridas, mas também, digamos, encontrarmos aqui mecanismos, instrumentos de proteção da nossa Autonomia de modo a que os contextos não levem a que se faça tábua rasa da Constituição e do Estatuto.

Muito obrigado, Sra. Presidente, e vou votar contra. Contra!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência de dispensa de exame em Comissão foi rejeitado com 26 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 2 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O nosso sentido de voto nesta matéria, e a iniciativa que conjuntamente apresentámos com o CDS-PP, é de uma enorme urgência democrática, porque veja-se bem que as matérias que nós estamos aqui a referir não são todas as que constam ou as que já foram elencadas por, por exemplo, o Sr. Presidente do Governo Regional.

Nós não falámos aqui das listas abertas, nem falámos na possibilidade de candidaturas de listas de independentes. Não o fizemos, porquê?

Porque isso cabe dentro das competências deste Parlamento, esse processo legislativo esgota-se aqui e aí estou de acordo, temos tempo.

Agora, nestas duas questões da criação do Presidente dos Açores e da criação de Governos de Ilha aqui estamos a falar de um processo em que será necessário votar de uma determinada forma, conforme a posição que cada um defende na Assembleia da República e aqui nesta matéria é que existe urgência, existe a urgência democrática de cada um definir as suas posições, porque o pior que pode acontecer numa democracia e muitas vezes utiliza-se esta expressão de forma muito gratuita, a expressão do cheque em branco, é porque isto é mesmo um cheque em branco ...

Eu quero saber, os eleitores têm o direito de saber qual é a posição do Sr. Deputado António Ventura em relação a estas questões.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado António Ventura irá posicionar-se em relação a esta reforma e tem que o dizer antes de ser votado para que o eleitor tenha a consciência, Sr. Deputado, que o senhor representa as posições do eleitor.

Por isso é que nós somos uma democracia representativa. Nós não nos estamos lá a representar na Assembleia da República a nós próprios. Nós estamos a representar a opinião e as prioridades dos açorianos e nós temos que saber e esta é a última oportunidade. Por isso é que o CDS e o PPM o fazem neste momento para que as diversas forças políticas definam muito concretamente aquilo que vão fazer lá fora no âmbito da Assembleia da República.

Mas podem-me dizer: “Com certeza que nessas matérias que ninguém quer ir representar-se a si próprio, querem representar a opinião da cidadania, com certeza que essas matérias estão nos programas eleitorais.”

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é na campanha eleitoral!

O Orador: Fiz durante a tarde esse exercício. Fui ver o programa eleitoral do Partido Social Democrata, fui ver o programa eleitoral do Partido Socialista.

Sobre esta matéria nada. Zero!

Deputado André Bradford (PS): E sobre a urgência?

O Orador: Ou seja, estou precisamente a explicar porque é que é urgente, porque não existiu uma definição desta matéria, nem nos programas eleitorais, nem no posicionamento aqui na Assembleia Legislativa e o que eu pergunto é que mandato, com que legitimidade estarão os cinco deputados que vão ser eleitos para a Assembleia da República, com que legitimidade é que estarão a votar esta matéria, representando quem e a opinião de quem.

Deputado André Rodrigues (PS): Dos Açores e dos açorianos!

O Orador: Esta é que é a questão fundamental, por isso é que é urgente que os senhores, que os diversos partidos políticos definam a sua opinião ...

Deputado André Bradford (PS): A 4 de outubro já vai ficar a saber!

O Orador: ... em relação a questões que vão ser votadas, em questões que vão ser apreciadas, a questões que vão ser analisadas no âmbito da Assembleia da República, porque senão então o que é que nós temos?

Termino já, Sra. Presidente.

Então nós não temos um sistema democrático representativo (não temos um sistema democrático representativo!), temos um sistema corporativo, porque nós, os deputados que forem eleitos para a Assembleia da República, que vierem a ser eleitos pela Assembleia da República, têm que ter um mandato claro.

Ainda por cima dizia o Sr. Deputado do PCP que agora abandonou a sala, ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Isso é uma declaração de voto?

O Orador: ... com certeza que temporariamente, dizia o Sr. Deputado do PCP ...

Presidente: Na declaração de voto não pode interpelar, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar e evidentemente ...

Presidente: Mas não pode interpelar, Sr. Deputado. É uma declaração de voto.

O Orador: Tem toda a razão, Sra. Presidente. Tem toda a razão!

Quando comecei a falar do Sr. Deputado do PCP pensava que ele estivesse e depois é que reparei que ele não estava ali. Não foi propositado.

De qualquer das formas, um dos argumentos que foi aduzido foi o facto desta questão não ser importante.

Não é importante?

Esta questão se vier a ser adotada, esta reforma política se vier a ser adotada, se os Governos de Ilha vierem a ser criados, se o Presidente da Região vier a ser criado, esta é a questão mais importante de todas e a questão mais importante de todas não foi referendada pelo eleitor e não foi referendada pelo eleitor, porque os partidos que estão a pedir o voto ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino, Sra. Presidente.

... para a Assembleia da República não estão a definir sobre esta matéria nada.

Deputado André Bradford (PS): E a urgência?!

O Orador: O que lá está nos programas eleitorais do PS e do PSD em relação a isto é exatamente isto: uma folha em branco. Não há nenhuma definição sobre posicionamento político, sobre uma das reformas ...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... de maior impacto na sociedade açoriana e isto, meus senhores, não é democracia representativa.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Nem sequer é uma declaração de voto!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos continuar com os nossos trabalhos.

Tendo sido rejeitada a urgência, passamos agora para o ponto 16.

Sr. Deputado Artur Lima?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para uma declaração de voto!

Presidente: A iniciativa é apresentada em conjunto, portanto, à partida ...

São individuais mas é quando um deputado do mesmo partido vota em sentido diferente do seu Grupo Parlamentar. Neste caso, aqui entendemos que o requerente é um conjunto de dois partidos, portanto, escolhe aquele que apresenta a iniciativa e escolhe quem de certa forma declara o sentido de voto dos que representam. É a interpretação que eu faço da declaração de voto.

De facto cada deputado tem direito a fazer, mas no caso concreto se votar em sentido contrário aos da sua bancada. Aí, neste caso, é que pode haver mais do que uma declaração de voto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem sempre! Dado o adiantado da hora aceito a sua justificação!

Presidente: Como eu ia a dizer passamos agora para o ponto 16: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 133/X – “Plano de Investimentos Participativo”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A urgência relativamente a esta iniciativa parece óbvia para quem analisou este Projeto de Resolução. Trata-se de dar aos açorianos já para 2016 (e este já para 2016 é mais do que justificativo da urgência que temos em relação a esta iniciativa) a possibilidade de terem voz na definição das opções de desenvolvimento da Região, ou seja, para dar já para 2016 a possibilidade que os açorianos participem de uma forma efetiva nos destinos da sua terra, nos destinos da sua Região, participem na definição das opções da forma como querem que sejam desenvolvidos os Açores.

Daí parece-me designadamente que o facto de ser já, pretendermos já e de ser proveitoso que isso se passe já em 2016 justifique a urgência desta iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

A Mesa já tem uma inscrição.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A substância daquilo que é a iniciativa do PSD, não vou, digamos, tecer considerações sobre ela, mas diria que estas questões ligadas à participação cidadã nas decisões coletivas é de facto importante.

Agora, nós estamos a dois a meses de discutir o orçamento da Região para 2016 e não me parece (ainda por cima o PSD certamente teria esta ideia há muito tempo, ou poderia ter apresentado esta proposta há muito tempo) exequível que a dois meses da discussão do orçamento, quando eventualmente eu não sei, eu não faço ideia, mas julgo eu que um documento daquela importância, o orçamento e o plano para a Região, eventualmente já estará a ser preparado nesta altura e, portanto, (eventualmente, eu não sei! Eventualmente já estará a ser preparado!) a aprovação desta recomendação levaria certamente a um acréscimo de trabalho por parte do Governo Regional, mas isso ainda é como o outro. É para isso que os senhores estão, é exatamente para servir o povo.

O problema não é esse. O problema não é o acréscimo de trabalho. O problema é como é que isso se tornava possível no espaço de tempo que medeia entre a aprovação desta resolução e a discussão do orçamento.

Mas não é só isso Srs. Deputados, não é só isso!

Julgo que um partido com a dimensão e a aspiração que tem o PSD, aquilo que deveria ter feito era agora, há dois meses atrás, há quatro meses, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é a urgência!

O Orador: ... uma proposta de decreto legislativo regional exatamente a apontar para isso e para vigorar não só para 2016, mas para estabelecer como norma nesta Casa a possibilidade de nós termos orçamento participativo.

Agora, não percebo como é que um grupo com a dimensão e as aspirações do PSD ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Isto tem muito a ver com a urgência, Sra. Presidente!

O Orador: ... faz uma coisa destas.

Não percebo! Não é não vale tudo, Sr. Deputado, é que de facto Vs. Exas. falam mais do que aquilo que produzem e isto não é ...

Presidente: Sr. Deputado, vamo-nos centrar na questão da urgência.

O Orador: Oh, Sra. Presidente, isto tem a ver com a urgência. Eu tenho de justificar a urgência.

Deputado Luís Garcia (PSD): Pois claro!

O Orador: Estou a dizer que os 20 deputados do PSD falam mais do que trabalham, porque se trabalhassem tinham apresentado aquilo que deviam apresentar, que era a figura regimental certa, um decreto legislativo regional para consagrar a possibilidade de termos um orçamento participativo.

Mas não, fazem uma recomendaçãozinha.

Muito obrigado, Sra. Presidente. O voto é contra, claro!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias tem agora a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para, no que se refere a esta proposta, a este pedido de urgência apresentado pelo PSD/Açores, dizer o seguinte: nós não pomos em causa a legitimidade da iniciativa, nem tão pouco o conteúdo dessa iniciativa. Isso dirá respeito naturalmente ao seu proponente.

No entanto, parece-nos que esta iniciativa tem alguns problemas até práticos, se quisermos dizer assim, desde logo porque é um Projeto de Resolução e, portanto, sendo um Projeto de Resolução cria de imediato um problema em

termos da criação do quadro legal para que fosse possível implementar aquilo que é defendido na proposta mais rapidamente.

Portanto, se haveria esta pressa e esta urgência toda aquilo que seria expetável era que se criasse desde já um quadro legal para pôr em prática o tal orçamento participativo, portanto, aquilo que se exigia é que estivesse em causa aqui um Projeto de Decreto Legislativo Regional e não um Projeto de Resolução que, como sabe, é uma recomendação ao Governo para que o Governo faça aquilo que está recomendado e isso do ponto de vista legislativo teria uma tramitação que naturalmente fazia com que esse processo de criação do tal orçamento tivesse que inevitavelmente ser concluído e materializado depois do plano e orçamento para 2016.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que está aqui é que nem no próximo!

O Orador: Portanto, tem desde logo esse problema prático.

Além disso há outra questão que me parece relevante que é o facto de ter entrado nesta Casa na semana passada, ou julgo que no início desta semana,

Deputado Luís Garcia (PSD): Julga!

O Orador: ... um Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado pelo CDS-PP de teor semelhante, mas um Projeto de Decreto Legislativo Regional não uma recomendação, que foi despachado para a Comissão permanente competente e, portanto, julgo que esse é também mais um motivo para que estas matérias sejam apreciadas em sede de Comissão Parlamentar.

Deste ponto de vista parece-nos que aquilo que é mais correto do ponto de vista do procedimento parlamentar é apreciar devidamente esta recomendação do PSD/Açores, mas também o Decreto Legislativo Regional, o Projeto de DLR apresentado pelo CDS-PP que também já entrou nesta Casa e que também versa sobre a criação de orçamentos participativos no âmbito do plano e orçamento regional.

Portanto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, da parte do Partido Socialista estamos obviamente como é nossa obrigação disponíveis para discutir aprofundadamente estas matérias em sede de Comissão, mas não nos parece correto, parece-nos apressado e a destempo, como já foi aqui referido hoje várias vezes, que este Projeto de Resolução seja aqui discutido no plenário. Portanto, deve ser apreciado em sede de Comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ou esta proposta de plano de investimentos participativo é para levar a sério e o Bloco de Esquerda nos seus objetivos leva a sério e considera-a uma proposta interessante, uma intenção interessante, ou não é para levar a sério, e Sras. e Srs. Deputados, se é para levar a sério então o Bloco de Esquerda considera que ela tem de ser trabalhada, esclarecida, completada, corrigida e tem várias dúvidas acerca do seu conteúdo.

Portanto, nós consideramos que a urgência pedida pelo PSD não se compadece com a complexidade do conteúdo proposto.

Por outro lado, sejamos sensatos, Sras. e Srs. Deputados. É completamente impossível criar os mecanismos de implementação de um plano de investimentos participativo, como este propõe, para o próximo ano, para um orçamento que daqui a um mês e pouco os deputados desta Casa terão na mão.

Quer dizer, é humanamente impossível, é tecnicamente impossível. É impossível!

Às vezes o impossível consegue-se. A política é isso, mas às vezes é desaconselhável e do ponto de vista do Bloco de Esquerda este é um impossível

desaconselhável e, portanto, achando a proposta interessante, mas que precisa de muita maturação ...

Eventualmente em sede de Comissão a maturação já está de alguma maneira introduzida por uma outra proposta com o mesmo tema e que poderá ser trabalhada em conjunto, agora votar uma coisa destas com a ideia de que se vai aplicar no próximo plano e orçamento?

Sras. e Srs. Deputados, isto não tem regulamento nenhum. O orçamento participativo mesmo de um município não é isto. Não sei!

Dá imenso, imenso, imenso trabalho! Leva muito tempo! É preciso ouvir muita gente, é preciso ter muitas sessões para ser uma coisa a sério, não é depois pôr tudo nas mãos dos Conselhos de Ilha que são os últimos a ser ouvidos e que afinal têm a decisão final.

Resumindo: urgência? Não!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O orçamento participativo é uma questão muito séria e que o CDS tinha no seu programa eleitoral. Não o vi em outro programa eleitoral nas eleições de 2012 e o CDS ouviu várias instituições, consultou vários orçamentos participativos, tirou ideias de vários orçamentos participativos e fez, com certeza, um Projeto de Decreto Legislativo Regional que justifica a urgência do PSD.

Ou seja, a urgência do PSD só entra, porque deu entrada ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso ainda é mais grave!

O Orador: ... um Projeto de Decreto Legislativo Regional da autoria do CDS.

Deputado Luís Garcia (PSD): É precisamente o contrário!

Deputado Luís Maurício (PSD): Esta iniciativa foi anunciada antes da sua iniciativa, Sr. Deputado!

O Orador: Oh, Sr. Deputado Luís Maurício, a minha iniciativa foi anunciada em agosto de 2012 e, portanto, andou o senhor distraído este tempo todo. Andou o senhor distraído este tempo todo!

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Luís Maurício)

O Orador: O meu programa eleitoral, o nosso programa eleitoral nós definimos quando devemos implementar.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso parecem as promessas do PS para a Terceira!

O Orador: Julguei que eram as do PSD para a República!

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo.

O Orador: A urgência, quando é apresentada esta maravilha do PSD, que primeiro para aprovar a urgência era preciso perceber o que aqui está, porque esta iniciativa do PSD, um partido que quer ser do Governo faz-me lembrar uma cadeia de supermercados.

Há uma cadeia de supermercados que tem um cartão que diz ‘Resolve’. Portanto, a gente tem algum problema, chega lá com o cartão ‘Resolve’ e eles resolvem.

O PSD quer fazer uma coisa, chega aqui com um Projeto de Resolução e diz ao Governo ‘resolve’.

Deputado André Bradford (PS): E que é obrigação!

Deputado Berto Messias (PS): Mas já não é primeira vez que fazem isso!

O Orador: Portanto, é esta a iniciativa do PSD nessa matéria. É a iniciativa do cartão ‘Resolve’, porque não há urgência e é impossível aprovar esta urgência, porque o Governo tem de definir regras que não estão definidas, depois tem de ir ouvir o Conselho de Ilha, o parecer do Conselho de Ilha e, portanto, já não dá tempo de ir ouvir o Conselho de Ilha para este orçamento.

Portanto, a urgência só entra, porque efetivamente entrou um Projeto de Decreto Legislativo Regional do CDS.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é muito grave!

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é falso!

O Orador: E quando foi anunciada, nem foi anunciada como urgência e, portanto, é aquela velha teoria da política que se está cada vez mais a desacreditar os eleitores e que se tenta (e que já é hábito deste PSD) apropriar-se das ideias dos outros. Isto já vem sendo hábito há algum tempo e, portanto, não estranhemos essa postura.

Votaremos naturalmente contra, porque não há aqui urgência nenhuma, há que discutir matéria e nós temos um Projeto de Decreto Legislativo Regional que será discutido com todos na Comissão e naturalmente com este Projeto, porque esta urgência é injustificável.

Só se justifica por número político e eleitoralista e da mais pura e fina demagogia social-democrata.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta matéria já está em debate neste Parlamento e por isso nós consideramos que este debate aprofundado sobre uma questão desta pertinência e que terá um impacto tão acentuado na vida cívica da população açoriana ...

Deputado André Bradford (PS): Não se esqueça que agora a sua coligação é com o CDS-PP!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não te enganes!

O Orador: ... é importante que se faça com tempo e é importante que se faça no momento em que esta análise já está a ser feita e está a ser feita com o rigor que é necessário para implementar uma alteração deste tipo.

Nesse sentido, é evidente que da parte do PPM nós consideramos que o processo que está em curso e a análise que está em curso deve continuar e que estas opiniões por parte do Partido Social Democrata devem ser também, obviamente, consideradas e discutidas no âmbito da Comissão Parlamentar que já o está a fazer neste momento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Concluídas estas intervenções, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência de dispensa de exame em Comissão foi rejeitado com 25 votos contra do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 votos a favor do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma declaração de voto para exprimir um conjunto de lamentos em relação a várias matérias.

Desde logo à partida um lamento pelo facto de se verificar que (obviamente que pode não ser extensivo a todos os outros grupos ou representações parlamentares já que eles votaram contra) mas que realmente não aprofundaram sequer a apreciação deste Projeto de Resolução.

Não apreciaram! Não podem ter apreciado esse Projeto de Resolução, porque se tivessem dúvidas aqui estaríamos naturalmente para tirar as dúvidas. Portanto, isso não é justificação.

Lamento, lamentamos que não tenham feito essa análise aprofundada.

Um lamento também porque manifestamente estão muitos (não estou a dizer todos os grupos e representações parlamentares) aqui formatados para outros interesses que não são propriamente o de levar a uma participação dos açorianos nas opções de desenvolvimento da sua terra.

Há outros interesses no ar neste momento e estão formatados para esse efeito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sim, sim!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Lá isso é verdade!

O Orador: Lamentando ainda um terceiro lamento é que tenham resvalado realmente para alguns *fait divers* que certamente os açorianos se vão encarregar de apreciar lá fora, de fazer a sua apreciação e de ter naturalmente o juízo correspondente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Com certeza!

O Orador: Lamentamos acima de tudo que se tenha adiado da possibilidade que se pretendia dar aos açorianos de participarem no desenvolvimento da sua terra, nas opções de desenvolvimento dos Açores.

É um adiamento que faz perder tempo no momento em que o tempo é um fator precioso e quiseram assim.

Esperemos que agora que aquilo que não quiseram fazer agora não seja efetivamente um subterfugio para depois, nos variados momentos, dizerem que foi tarde demais.

Deputado Berto Messias (PS): Mas foi tarde de mais o quê?

O Orador: Como dizia, aquilo que aqui se acabou de passar, e como diz um familiar meu: “Eu já sabia que isso ia acontecer.”

No dia 17 de setembro, a 15 dias do dia 4 de outubro, ...

Deputado André Bradford (PS): Diz um familiar seu e mais de 230 mil pessoas!

O Orador: ... “eu já sabia.” É um familiar meu pequenino que diz assim: “Eu já sabia.”

Aqui obviamente para nós foi claro, daí a nossa declaração de voto, de querer deixar isso expresso, é que alguns dos discursos que acabaram aqui de ser proferidos para justificar a não votação da urgência traduzem uma atitude como que receosa. Receosa não sei bem de quê, mas os senhores devem ter certamente muitas razões para isso.

Vozes de alguns dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Julgo que não há nenhuma figura regimental para a reapreciação, porque se houvesse, e depois da intervenção do Deputado António Marinho, eu até ia, digamos, reler a proposta que o PSD aqui nos apresentou para ver o que é que eu não tinha percebido.

Eu pelo menos, a parte que me toca, tive oportunidade de ler e perceber qual é que era o objetivo da iniciativa do PSD ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro!

O Orador: ... e realmente há aqui uma parte da declaração de voto do PSD feita pelo Deputado António Marinho com a qual eu concordo. É que o objetivo ...

Oh, Sra. Presidente, não se preocupe!

... da apresentação desta iniciativa não era termos orçamento participativo. Não era, Sr. Deputado!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires na declaração de voto não pode interpelar diretamente o colega e tem que justificar o seu voto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Até fez acusações para quem não lhe disse nada! Vamos lá ver a latitude!

O Orador: Eu não estou a interpelar diretamente.

E longitude e altitude que é para definir bem o ponto!

Mas como eu estava a dizer até concordo.

Aliás, eu não estava a interpelar, estava a concordar com o Deputado António Marinho dizendo que efetivamente esta iniciativa não pretendia que houvesse orçamento participativo, porque se o PSD pretendia que houvesse orçamento participativo, tinha apresentado isto há meio ano, sobre outra figura, sem urgência e para se tratar ...

Deputado António Marinho (PSD): Não é orçamento participativo!

O Orador: Um orçamento participativo!

... e para ...

Deputado António Marinho (PSD): Não é por acaso que não tem essa situação!

O Orador: Pois, não é por acaso não! É evidente!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: É evidente que não é por acaso.

O objetivo do PSD foi fazer apenas uma coisa: anunciar para a opinião pública que queria que o orçamento fosse participativo e que os cidadãos se envolvessem, sabendo de antemão que à data a que o apresentavam não era possível fazê-lo.

Portanto, o objetivo do PSD foi esse.

É evidente que V. Exa. tinha razão quando disse que efetivamente assim não era e que havia aqui outras intenções, mas as outras intenções não são da Representação Parlamentar do PCP, são mesmo é do PSD. São mesmo do PSD

...

Deputado António Parreira (PS): Ora aí está!

O Orador: ... que quando trouxe para aqui sabia que isso não era exequível e que era impossível termos um orçamento participativo para 2016.

Portanto, Vs. Exas., foi mais um daqueles números que fazem para a comunicação social e para a opinião pública regional para dizer que fazem alguma coisa em nome do povo açoriano e não fazem rigorosamente nada. É apenas isso, Sr. Deputado. É mais uma prova da vossa ineficácia, da vossa inércia. É apenas isso.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Deputado António Marinho tem um tio que diz que já sabia.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não! É uma criança!

A Oradora: Ah, é uma criança! Pensei que era um tio! Então é uma criança que diz “eu já sabia”.

Eu gostava de dizer que eu não sabia. Eu não sabia!

O que é que eu não sabia?

Primeiro, eu não sabia (quando digo eu, digo o Bloco de Esquerda não sabia) que esta proposta que já foi apresentada publicamente há uns dias atrás era uma urgência para ser apresentada nesta Casa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro! Não era!

A Oradora: Ninguém anunciou que era uma urgência e embora tenha, confesso, achado a proposta interessante, nunca me passou pela cabeça que poderia ser uma urgência a apresentar aqui.

Portanto, eu não sabia.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não tem nenhuma criancinha em casa!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está muito socrática!

A Oradora: Eu não sabia que uma proposta urgentíssima para ser aplicada no plano e orçamento que vem a esta Casa daqui a dois meses iria ser apresentada a este plenário exatamente agora, dia 18 de setembro, ou seja, eu não sabia que o PSD tinha uma conceção de urgência que é completamente diferente da minha.

Depois, eu não sabia que era permitido regimentalmente nós discutirmos o conteúdo de uma proposta antes de discutirmos e votarmos a urgência. Eu também não sabia, porque se soubesse tinha discutido o conteúdo do Projeto e depois tinha votado a urgência.

Eu também não sabia, sinceramente Sras. e Srs. Deputados e com todo o respeito que esta Casa me merece, que é possível respeitar uma proposta que não se dá ao respeito. Esta proposta do PSD só pode ser respeitada olhando para ela e dizendo: “É complexa, é difícil, está incompleta, deve ser trabalhada, é interessante, é possível fazer, mas não é neste momento.” Isto é a forma de respeitar a proposta do PSD e porque eu sabia isso votei contra a urgência. Era a única coisa que eu sabia.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Marinho e Sr. Deputado Luís Maurício, nós não temos no CDS a arrogância de querermos saber tudo e por isso perguntamos, consultamos, e naturalmente haverá na nossa proposta de orçamento participativo artigos comuns a tantos outros orçamentos participativos.

Aliás, há um *site* até que explica muito bem isso e como se faz, até dão ajuda e até o fazem.

Portanto, não temos nenhum problema nessa matéria.

O problema é quando os senhores trazem aqui coisas completamente copiadas, como já trouxeram (e depois podemos ir a esse assunto no decorrer de outros assuntos). Agora fique descansado que afinal de contas isto não é a mesma coisa que um orçamento participativo. É uma coisa diferente.

Só que a demagogia tem limites e o populismo tem limites e o Sr. Deputado António Marinho que já cá anda alguns anos e a bancada do PSD vão-me explicar como é que é possível, aprovando esta urgência, sendo aprovado isto, como é que isto chegaria a tempo do próximo plano e orçamento?

Deputado António Marinho (PSD): Então pelos vistos a urgência não devia ter sido chumbada!

O Orador: Quando é que isto seria publicado?

A urgência era aprovada, era mandado para publicação, quando é que entrava em vigor, etc., etc.?

Isso chegaria a tempo e depois os senhores ...

E mesmo que fosse antes do nosso plano e orçamento o primeiro ponto diz: “O Governo Regional deverá criar um plano de investimentos participativo da Região Autónoma.”

O Governo Regional cria um plano de investimento em 10 dias?

Deputado António Marinho (PSD): Diga quantos pontos tem a resolução!

O Orador: Em 15 dias?

Tem o primeiro, o senhor esbarra logo no primeiro.

Como é que o senhor manda o Governo Regional, após a publicação que demorará um mês, um mês e meio a ser publicado, e o Governo Regional como é que vai fazer a tempo e horas um plano de investimentos participativo da Região Autónoma dos Açores que contemple iniciativas propostas pelos cidadãos de todas as ilhas?

Como é que os cidadãos vão ter tempo de fazer as propostas?

E depois continuo a ler, Sr. Deputado, e chego à conclusão que só para 2017 é que isto é possível, porque o senhor ainda tem que ir ouvir ...

Deputado André Bradford (PS): Por isso é que o Duarte Freitas se foi embora!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: O senhor ainda tinha que ouvir ...

Não estou a discutir a proposta, Sra. Presidente.

Deputado António Marinho (PSD): Está a discutir a proposta! Tenho muito gosto!

Presidente: Sei que não está.

O Orador: Estou a demonstrar ...

Sra. Presidente, dá-me licença?

Presidente: Dou, sim senhor.

O Orador: Não quero faltar à sua orientação, nem à sua ordem.

Eu só quero com isto justificar o ridículo da urgência. Eu estou a justificar a minha declaração de voto por ter votado contra a urgência.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E se a gente repetisse a votação!

Presidente: Sr. Deputado, concordo. Este tem sido de facto o plenário das leituras e citações, mas tendo em conta que é uma declaração de voto eu apelava à sua capacidade de síntese e de facto se não se chegou a discutir a matéria, também não me parece que seja muito correto está a ler-se partes do Projeto de Resolução.

O Orador: Sra. Presidente, eu compreendo a sua observação e compreendo sobretudo o incomodo da bancada aqui à minha esquerda.

Deputado Luís Maurício (PSD): Tem a noção que incomoda muito, mas incomoda pouco!

Presidente: Eu não me deixo levar por incómodos, Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente, vou dizer-lhe uma coisa e vai concordar comigo nesta matéria.

Votei contra a urgência. O meu voto foi contra e eu estou a justificar porque é que votei contra, é porque ela no tempo que se quer pôr para o próximo orçamento é impossível exatamente pelos pontos que aqui estão e eu tenho que ler para os açorianos para saberem o ridículo que aqui está que não pode entrar em vigor no próximo plano e orçamento. Ponto final paragrafo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Devo dizer que tenho em relação a esta matéria um grande conjunto de dúvidas em relação à eficácia da democracia dos orçamentos participativos enquanto instrumento de democracia, porque a questão aqui é a seguinte. Isto é um mecanismo da democracia direta que coloca em causa ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Estou a dizer porque é que considero que neste momento a urgência, este assunto, não deve ser debatido no âmbito de uma urgência. Merece uma reflexão muito aprofundada, porque a questão aqui é uma questão de princípio.

Nós estamos aqui a falar de algo que é fundamental na democracia que é algo que está a legitimar o nosso papel neste Parlamento, que é nós representamos a cidadania. É preciso ter em conta que quando se fala de democracia indireta ou de democracia representativa é necessário que o procedimento seja claramente definido, porque isto é uma matéria da maior complexidade e que pode colocar em causa o fundamento do funcionamento do estado democrático nesta situação da Região.

Porque a questão é esta: ou isto é feito de uma forma o mais consensual possível, de uma forma que obriga a uma análise profunda e há assunção de responsabilidades; ou isto é feito de uma forma absolutamente populista e se vem aqui dizer “não, isto é uma democracia direta”, que é uma democracia em que é mais perfeita do que aquela democracia que nós estamos aqui a representar, o sistema que nós estamos aqui a representar que é o sistema representativo, colocando nós próprios que representamos o sistema democrático, colocando as nossas competências em causa e colocando a nossa legitimidade em causa?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Por isso, não se pode brincar com esta questão no âmbito de uma urgência.

Deputado André Bradford (PS): Mas isso tanto vale para o Projeto de Resolução do PSD como para o CDS. O Sr. Deputado Artur Lima não está gostando muito dessa parte!

O Orador: É necessário que exista um debate profundo sobre este assunto.

Sra. Presidente, eu sei do adiantado da hora, mas considero que esta questão é a questão fundamental e quero que fique bastante claro a posição do PPM.

Considero que esta questão exige que sejam perfeitamente definidos os mecanismos, até porque quem está a defender a democracia direta poderá dizer que as suas expectativas foram colocadas em causa. Portanto, nós temos aqui o pior de dois mundos.

As pessoas consideram-se enganadas, porque afinal participam muito pouco, ou participam de forma deficiente e nós próprios abdicamos de um elemento da nossa legitimidade democrática enquanto democracia representativa.

Acho que esta matéria é da maior complexidade. Debater uma matéria deste tipo, desta complexidade, no âmbito de uma urgência, penso que não é o adequado e considero por isso que a votação do PPM é uma votação em

consciência. Este debate é um debate técnico, com certeza, e é um debate político do maior interesse, da maior importância, mas tem que ser um debate realizado com a maior responsabilidade e com a maior informação possível, porque isto pode afetar os fundamentos do regime democrático representativo.

Deputado André Bradford (PS): E também complexidade!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Muito rapidamente para dizer o seguinte.

Nós votámos contra este pedido de urgência porque achamos que aquilo que é mais correto é discutir esta questão em sede de Comissão parlamentar, ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... tendo em conta aquilo que está em causa, tendo em conta, reconheço, a matéria relevante daquilo que está em causa, subscrevendo as palavras e as preocupações que o Sr. Deputado Paulo Estêvão acabou de referir e também tendo em conta o Projeto de Decreto Legislativo Regional que o CDS já entregou neste Parlamento sobre esta matéria.

Também dizer o seguinte, Sr. Deputado António Marinho: o seu familiar disse que já sabia, porque provavelmente leu o Projeto de Resolução ...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado António Marinho (PSD): Já está a fazer um juízo!

O Orador: ... e percebeu que ele não tinha ponta por onde se lhe pegue para ser discutido aqui com pedido de urgência e para baixar à Comissão.

Sr. Deputado António Marinho, deixe-me dizer-lhe o seguinte, porque o Sr. Deputado na sua declaração de voto referiu, ...

Deputado António Marinho (PSD): Isso eu não sabia!

O Orador: ... fez uma abordagem que eu considero perigosa do ponto de vista daquilo que está em causa e do ponto de vista até da nossa função enquanto parlamentares, mas Sr. Deputado António Marinho não faça o número que tentou fazer e que ensaiou, que é dizer várias vezes, construindo o *soud byte* para a comunicação social, que os açorianos não podem participar na elaboração do próximo plano de investimentos da Região, porque os partidos aqui não deixaram, porque chumbaram a urgência. Não faça esse número, porque isso é politicamente desonesto ...

Deputado António Marinho (PSD): Ainda tem um tempinho!

Deputado Luís Garcia (PSD): Querem condicionar!

O Orador: ... e veremos se não deu já instruções à sua assessoria de imprensa para que o título da nota do PSD deste debate não seja precisamente este e veremos se nos próximos tempos o líder do PSD/Açores, que curiosamente não esteve presente neste debate, ...

Deputado André Bradford (PS): Também já sabia!

O Orador: ... não andaré por aí a dizer que os açorianos não participam na elaboração do próximo plano de investimentos, porque nós chumbámos aqui no Parlamento essa intenção.

Não faça esse número, porque nós estaremos atentos e porque não era isso que estava em causa neste pedido de urgência.

Muito obrigado.

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é uma boa conclusão!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado André Bradford (PS): Duarte Freitas também já sabia, por isso não veio!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tendo sido chumbada a urgência terminámos aqui também os nossos trabalhos. Antes de ler a Proposta de Deliberação final quero agradecer a todas as bancadas a tolerância de tempo, porque ultrapassámos em quase meia hora o nosso horário regimental e por isso agradeço-vos a todos.

Vou passar então a ler a Proposta de Deliberação final: **A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de setembro.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito obrigada a todos e um bom regresso a casa.

Eram 20 horas e 24 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Alberto da Costa Pereira

Luís Carlos Correia Garcia

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Documentos entrados

1 – Projeto de Portaria:

Assunto: Alteração à Portaria n.º 95/94, de 9 de fevereiro - Regime Geral das Instituições de Crédito e sociedades Financeiras - n.º 211/X

Proveniência: Presidência de Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 09 – 11

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 09 – 25.

2 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Orçamento Participativo da Região Autónoma dos Açores - n.º 57/X](#)

Proveniência: CDS/PP

Data de Entrada: 2015 – 09 – 11

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 10 – 15.

3 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Aprova o Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores \(PEPGRA\) n.º 61/X](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 09 – 11

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 10 – 14;

Assunto: [Estabelece as normas e os critérios para a delimitação de perímetros de proteção de captações de águas superficiais e subterrâneas destinadas ao abastecimento público para consumo humano na Região Autónoma dos Açores - n.º 62/X](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 09 – 14

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 10 – 14;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 63/X - Alteração ao DLR n.º 32/2002/A, de 8 de agosto, que estabelece o regime de Cooperação Técnica e Financeira entre Administração Regional e a Administração Local](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 09 – 15

Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão

4 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional a aplicação das recomendações do "parecer fundamentado" da Comissão Europeia que "insta Portugal a pôr fim ao](#)

tratamento discriminatório dos professores que trabalham com contratos a termo nas escolas públicas", de acordo com a diretiva 1999/70/CE, do Conselho, de 28 de junho de 1999, dando seguimento às considerações do Provedor de Justiça, de 8 de junho de 2012, sobre a mesma matéria – n.º 131/X

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2015 – 09 – 16.

Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão;

Assunto: A ALRAA pronuncia-se, por sua iniciativa, frontalmente contra a criação da figura de Presidente dos Açores e de governos de ilha, no âmbito de uma futura revisão da Constituição da República Portuguesa – n.º 132/X

Proveniência: CDS/PP e PPM

Data de Entrada: 2015 – 09 – 16.

Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão;

Assunto: Plano de Investimentos Participativo - n.º 133/X

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2015 – 09 – 16.

Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

5 – Petição:

Assunto: Introdução da "MARALFALFA" Penninsetum sp. – n.º 42/X

Proveniência: João Oliveira Teves

Data de Entrada: 2015 – 09 – 08

Comissão: Economia

Para Admissibilidade.

6 – Requerimentos:

Assunto: [Transferência para a UAC das verbas no Orçamento da RAA](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2015 – 06 – 30

Referência: 54.06.00 – N.º 429 /X;

Assunto: [Promessa do Governo Regional de ampliação da Placa de Estacionamento para aviação civil da Aerogare das Lajes](#)

Autores: Luís Rendeiro, António Ventura e Judite Parreira (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 09 – 15

Referência: 54.03.03 – N.º 458 /X.

7 – Resposta ao requerimento:

Assunto: [Mobilidade Intercarreiras.](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 09 – 14

Referência: 54.03.00 – N.º 362 /X;

Assunto: [Rua Dr. Vasco Rodrigues](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 09 – 14

Referência: 54.03.04 – N.º 413 /X;

Assunto: [A bárbara discriminação a que o Governo Regional está a submeter a ilha do Corvo no âmbito das ligações aéreas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 09 – 14

Referência: 54.07.09 – N.º 443 /X;

Assunto: [Atribuição dos direitos individuais ao prémio à vaca aleitante](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 09 – 15

Referência: 54.07.00 – N.º 441/X.

8– Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 09 – 15;

Assunto: [Pedido de autorização para que o Deputado Lizuarte Manuel Machado possa prestar depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito ao Transporte Marítimo de Passageiros e Infraestruturas Portuárias, de acordo com os artigos 13.º e 14.º do Decreto Legislativo Regional n.º 37/2012/A, de 18 de setembro e o n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 48/2014, de 28 de julho](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 09 – 16;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que “Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios - MAI” – Reg. DL 514/2015 – n.º 210/X – OGP](#)

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 09 – 16;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 09 – 15;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 09 – 14;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei – Estabelece o regime jurídico aplicável ao aproveitamento da energia geotérmica, para efeitos de climatização, produção de águas quentes sanitárias e produção de energia elétrica – MAOTE – \(Reg. DL 397/2015\).- n.º 209X-OGP](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 09 – 16.

As redatoras, Ana Sofia Machado e Sónia Nunes